

COMPETE

PROGRAMA OPERACIONAL FACTORES DE COMPETITIVIDADE



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu
de Desenvolvimento Regional



RELATÓRIO DE EXECUÇÃO

2008

2007PT161PO001

Regiões: Norte, Centro e Alentejo

Objectivo: Convergência

Período de Programação: 2007-2013

FICHA TÉCNICA

Relatório de Execução 2008 do Programa Operacional Factores de Competitividade

Aprovado pela Comissão de Acompanhamento do POFC
em 22 de Junho de 2009.

Aprovado pela Comissão Ministerial de Coordenação do POFC
em 24 de Junho de 2009.

Aceite pela Comissão Europeia
em 25 de Agosto de 2009.

APRESENTAÇÃO

O Relatório de Execução que se apresenta relata o primeiro ano efectivo de implementação do Programa Operacional Factores de Competitividade (COMPETE), integrado no QREN, relativo ao novo ciclo dos Fundos Estruturais 2007-2013.

O ano de 2008 foi particularmente difícil, quer porque corresponde ao final do anterior ciclo de programação de fundos estruturais, com impactes directos na acumulação de responsabilidades e actividades, quer, de forma particular, por ser um ano de crescente instabilidade económica, com tradução negativa em termos de *performance* de indicadores e de forte perda de confiança dos actores económicos particularmente nos últimos meses do ano.

Foi, sem dúvida, um ano de desafios em termos de inovação e flexibilidade de gestão para todos os actores da economia não só no espaço nacional mas também em toda a Europa e Mundo.

É, pois, com uma nota final de esperança e de confirmação e reforço do rumo de inovação, de empenhamento, de rigor, de dinâmica e esforço colectivo que quero agradecer a colaboração das Empresas, das Associações Empresariais, dos membros da Comissão de Acompanhamento, do IFDR, do Observatório do QREN e dos serviços da Comissão Europeia. Naturalmente, este agradecimento é extensivo à estrutura técnica do Gabinete de Gestão e aos Organismos Intermédios e demais estruturas Ministeriais envolvidas na gestão e implementação do COMPETE.

A Comissão Directiva do COMPETE

Nelson de Souza
Isabel Matalonga
Piedade Valente



SUMÁRIO EXECUTIVO

INTRODUÇÃO E ENQUADRAMENTO DO PROGRAMA OPERACIONAL

O Relatório de Execução do ano de 2008 foi estruturado em torno de sete capítulos, respondendo ao conteúdo tipificado no art. 67.º do Regulamento (CE) 284/ 2009, de 7 de Abril de 2009, que alterou o Regulamento (CE) 1083/ 2006, de 11 de Junho.

O Programa Operacional Temático Factores de Competitividade (COMPETE) foi aprovado a 5 de Outubro de 2007, tendo sido estruturado em torno de 6 Eixos Estratégicos. O ano de 2008 correspondeu a um processo de reforço e ao mesmo tempo de reflexão sobre a operacionalização dos instrumentos que serviram de arranque ao Programa (Sistemas de Incentivos - Eixos I e II), tendo sido regulamentados os restantes instrumentos do Programa e publicados os Avisos para Apresentação de Candidaturas (AAC) aos diferentes instrumentos de apoio e, ao nível da governação, desencadeados os passos necessários à efectivação do Secretariado Técnico.

Num contexto de forte instabilidade internacional, a gestão do COMPETE vivencia de forma particular no segundo semestre de 2008 importantes alterações conjunturais, com reflexo na execução e na operacionalização do Programa, para o qual foi exigido um conjunto de iniciativas e medidas específicas, implicando um esforço adicional colectivo da rede de actores envolvidos na implementação do Programa.

O diagnóstico desenvolvido no texto do Programa (ponto “Os Factores de Competitividade na Economia Portuguesa”) permanece válido, assim como o conteúdo da matriz SWOT, mas as condições que determinaram a sua identificação alteraram-se profundamente. Efectivamente, a conjuntura económica que determinou a estruturação do Programa é substantivamente diferente da actual, ou seja assumiu-se uma fase inicial de implementação da estratégia num clima económico de recuperação e o que se verificou foi um agudizar de uma instabilidade nos mercados financeiros com origem nos EUA, que se estendeu rapidamente a todo o mundo, traduzindo-se num clima recessivo e de forte pressão social.

Naturalmente este ciclo recessivo teve consequências significativas no abrandamento dos ritmos de investimento e de execução, induzindo a adopção de medidas de emergência quer ao nível dos diferentes Estados-membros quer ao nível da Autoridade de Gestão do COMPETE.

Em face de um perigoso risco sistémico, o governo português, e a quase globalidade dos governos europeus e internacionais, adoptou um conjunto de medidas de estímulo orçamental com grande significado incluindo a transferência de risco das instituições financeiras para o Estado.

As perspectivas para 2009, revistas no Relatório da Primavera do Banco de Portugal, vão no sentido do agravamento da situação económica em Portugal, com claro crescimento económico negativo na ordem dos 3,7%, com o investimento a contrair-se em 14,4%, e as exportações e importações a registarem crescimentos negativos na ordem dos 10%. O consumo privado deverá igualmente contrair-se (-1,3%), num clima de confiança

crescentemente negativo, de instabilidade social e de aumento do desemprego.

Apresentando-se a economia portuguesa fortemente vulnerável a evoluções menos positivas da economia internacional, só deverá registar sinais de inflexão após uma clara recuperação económica e dos níveis de confiança internacionais, expectáveis de forma tímida para 2010/ 2011.

SISTEMAS DE GESTÃO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLO

A governação dos PO temáticos compreende três órgãos: órgão de direcção política, órgão de gestão e órgão de acompanhamento.

O Órgão de direcção política é a Comissão Ministerial de Coordenação (CMC) do COMPETE que integra o Ministro da Economia e Inovação, que coordena, o Ministro da Presidência, o Ministro da Justiça e o Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

A este órgão foram remetidos para aprovação os Regulamentos Específicos, as minutas de contrato no âmbito dos instrumentos do Programa, quando previsto nos Regulamentos Específicos os protocolos/contratos de delegação de competências celebrados entre a Autoridade de Gestão do COMPETE e os Organismos Intermédios, o Plano de Avaliação, o presente Relatório de Execução e para informação as Orientações Técnicas e de Gestão e os Avisos para Apresentação de Candidaturas e/ ou Convites para apresentação de candidaturas.

Em Outubro de 2007 tinha sido nomeada a Comissão Directiva do COMPETE e a 13 de Fevereiro de 2008, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/ 2008, estabelecida a configuração do Secretariado Técnico, nomeadamente quanto à sua dimensão e composição.

A organização interna do Programa congrega dois tipos de áreas:

- Três áreas de natureza operacional de gestão - “Conhecimento e Desenvolvimento Tecnológico”, “Empresas e Inovação” e “Modernização da Administração Pública”;
- Cinco áreas de natureza horizontal e de suporte - “Gestão Estratégica e Avaliação”, “Sistemas de Informação”, “Comunicação e Imagem”, “Controlo Interno” e “Gestão Administrativa”.

No âmbito do Órgão de Acompanhamento, durante o ano de 2008 realizou-se a segunda Reunião da Comissão de Acompanhamento do POFC (3 de Abril), tendo sido ratificada a acta da primeira reunião e aprovados os Critérios de Selecção dos instrumentos que não tinham sido apreciados na reunião anterior (Sistema de Apoio a Entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SAESCTN), Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha de Risco da Inovação (SAFPRI), Sistema de Incentivos a Acções Colectivas (SIAC) e da Assistência Técnica).

O Modelo de Governação definido estabelece que a Comissão Directiva do COMPETE assegura a articulação com as Comissões Directivas dos PO Regionais no âmbito dos Sistemas de Incentivos ao investimento empresarial, visando a eficácia e uma gestão coordenada. No âmbito da Rede Incentivos QREN foi efectuado em Alcobaça nos dias 17 e 18 de Janeiro, em regime de residência, um conjunto sucessivo de sessões de formação sobre os Sistemas de Incentivos na Agenda da Competitividade, visando divulgar junto dos

técnicos da Rede de Sistemas de Incentivos, na fase de arranque dos SI do QREN, informação relevante, fomentando o espírito de rede e a harmonização de conceitos e práticas.

Ainda no âmbito da Rede Incentivos QREN foram efectuadas ao longo de 2008, 18 reuniões da Comissão de Selecção, envolvendo a análise e debate em torno de mais de mil projectos que foram objecto de apreciação e de temáticas relacionadas com a Rede, nomeadamente ao nível de processo e de critérios de avaliação do mérito dos projectos.

Os concursos abertos durante o ano de 2007 foram objecto de análise por parte da Comissão de Selecção durante o ano de 2008, tendo-se verificado uma média ponderada de 79 dias corridos, demonstrador de um enorme esforço de Rede e de eficácia no cumprimento dos prazos.

Conforme regulamentado, foi publicado a 28 de Janeiro de 2008 o Plano Anual de Concursos para 2008, que calendariza a publicação dos Concursos dos vários instrumentos ao longo de 2008.

Foi desenvolvido durante o ano de 2008 (tendo sido aprovado já durante o ano de 2009) um Manual de Procedimentos da Rede Sistemas de Incentivos QREN, tendo em vista a definição dos procedimentos inerentes às funções a executar pelos intervenientes da Rede, no completo cumprimento de todos os normativos comunitários e nacionais, no que concerne às diversas funções inerentes à prossecução da estratégia para a melhoria da competitividade da economia portuguesa.

Tendo em conta que o ano de 2008 pode ser considerado como o primeiro ano em velocidade cruzeiro, foram preparados, por parte dos serviços técnicos de apoio à Comissão Directiva do COMPETE, vários pontos de situação periódicos e outros apuramentos de interesse para a gestão da Agenda da Competitividade (AC), incluindo dados referentes aos PO Regionais, enviados aos membros da Rede e aos membros do Governo que tutelam a referida AG.

O sistema de monitorização e acompanhamento do COMPETE está a ser construído numa lógica de operacionalização modular e de melhoria contínua, tendo presente as diferentes necessidades de informação e reflexão ao longo do ciclo de vida do Programa. O objectivo é a instituição de um Sistema assente em processos/ iniciativas que conduzam a melhorias contínuas na concepção, na execução e na implementação de políticas públicas.

Um das peças deste sistema é o Plano de Avaliação, o qual foi entendido como em construção e afinação ao longo do ciclo de vida do Programa, podendo ser alvo de revisão anual ou de ajustamento em função de factos relevantes decorrente do sistema de monitorização, para além das propostas decorrentes da análise do Programa pela Comissão Ministerial do Programa e pela Comissão de Acompanhamento do Programa. O Plano de Avaliação do COMPETE foi aprovado pela Comissão Ministerial de Coordenação em 18 de Dezembro de 2008.

No início de Abril de 2009, tendo em conta o cenário de crise económica nacional e internacional, foram introduzidas alterações nos Regulamentos dos três Sistemas de Incentivos (SI I&DT, SI Inovação e SI Qualificação e Internacionalização de PME) de forma a adaptá-los às novas exigências, numa lógica de simplificação processual e de reforço do incentivo ao investimento qualificante.

Tendo em conta a necessidade de clarificar alguns aspectos de natureza técnica, contribuindo para uma melhor percepção dos instrumentos de apoio no âmbito do COMPETE, foram publicadas durante, o ano de 2008, seis Orientação de Gestão e uma Orientação Técnica.

Dado o arranque inicial do Programa ter incidido sobretudo nos Sistemas de Incentivo e também devido à gestão partilhada da agenda temática Factores de Competitividade, foi decidido em sede de Rede Incentivos QREN (Comissão de Selecção) a criação de um grupo de trabalho para proceder à elaboração do Manual de Procedimentos, naturalmente centrado nos sistemas de incentivos do QREN. Em Dezembro de 2008 foi submetida à apreciação da Comissão de Selecção a 1ª versão deste Manual, a qual viria a ser aprovada pelas Comissões Directivas dos vários PO entre finais de Janeiro e início de Fevereiro de 2009.

O ano de 2008 teve igualmente por objectivo a concepção do modelo de Controlo Interno, visando garantir a estrita conformidade de todos os procedimentos definidos e a sua aplicação pelos Organismos Intermédios e Secretariado Técnico do COMPETE, bem como o assegurar da melhoria continua dos processos e procedimentos de gestão.

Tendo sido aprovado o COMPETE no último trimestre de 2007 e sendo exigido nos termos do disposto no artigo 71.º do Regulamento (CE) n.º 1083/ 2006 do Conselho, de 11 de Julho de 2008, a apresentação à Comissão Europeia de uma descrição do sistema de gestão e controlo antes da apresentação do primeiro pedido de pagamento intermédio ou no prazo de doze meses a contar da data de aprovação do respectivo PO, uma das principais actividades desenvolvidas pela área de Controlo Interno durante o ano de 2008, reporta à elaboração da descrição do sistema de gestão e controlo do POFC, bem como dos Manuais de Procedimentos dos Sistemas de Incentivos e COMPETE.

A 2 de Outubro de 2008, foi assinado o Protocolo entre as Autoridades de Gestão do Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER) e as Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais do QREN, no domínio da Agenda Factores de Competitividade, com vista a regular, de forma específica, a articulação das intervenções do FEADER e do FEDER, no que respeita aos Sistemas de Incentivos às Empresas do QREN. A 27 de Fevereiro de 2009 foi assinado o protocolo de articulação com a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Potencial Humano, reflectindo a articulação efectuada ao longo de 2008, quer ao nível da troca de informação quer de clarificação dos domínios de intervenção.

Tendo o ano de 2007 marcado o arranque do Sistema de Informação do Programa Operacional Factores de Competitividade (SI POFC), o ano de 2008 traduziu-se, ao nível do Sistema de Informação, por um ano de intenso trabalho de desenvolvimento e aperfeiçoamento das suas funcionalidades. O Sistema de Informação do Programa Operacional Factores de Competitividade é um sistema de rede comum e centralizado na medida em que nele residem todas as informações necessárias ao cumprimento de obrigações atribuídas à Autoridade de Gestão (AG). O SI POFC assegura, de forma fiável e validada, o registo e armazenamento informatizado de dados contabilísticos de cada operação e a recolha de dados sobre a execução necessários para a gestão financeira, o acompanhamento, as verificações, as auditorias e a avaliação, tal como previsto na alínea c) do art.º 60.º do Regulamento (CE) n.º 1083/ 2006, bem como os constantes do Anexo III ao Regulamento (CE) n.º 1828/ 2006.

O SI POFC constitui, independentemente da existência de outros sistemas de informação, a única base de informação relativa ao Programa, quer para efeitos de relacionamento com a Autoridade de Certificação, quer para efeitos de cumprimentos das demais obrigações definidas na regulamentação comunitária.

IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

O ano de 2008 ficou marcado pelo encerramento e análise dos oito AAC publicados ainda durante o ano de 2007 (com uma dotação prevista inicial de 212,5 milhões de euros), pelo lançamento, encerramento e análise de 11 concursos lançados no primeiro semestre de 2008 (envolvendo uma dotação inicial de 297,5 milhões de euros) e pela publicação de 15 concursos no segundo semestre (com uma dotação inicial prevista de 256,75 milhões de euros).

Além destas iniciativas, foi igualmente lançado e concluído o processo de pré-qualificação de propostas de ideia de projectos de I&DT Colectiva, dinamizado através do AAC 10/ SI/ 2008, que precedeu o concurso específico para apresentação de projectos desta natureza, também aberto em 2008, bem como, através do AAC n.º 01/ SI/ 2008, foi lançado o concurso para o reconhecimento e qualificação de entidades para prestação de serviços no âmbito dos Vales I&DT e Inovação.

Foram recepcionadas desde o início do Programa 1.595 candidaturas, envolvendo um investimento total proposto de 7,4 mil milhões de euros, das quais 1.540 candidaturas foram recepcionadas durante o ano de 2008.

Em termos de Eixo Prioritário, verifica-se que o arranque do Programa se concentrou nos instrumentos de apoio directo às empresas, através dos concursos do SI I&DT do Eixo I, do SI Inovação e SI Qualificação e Internacionalização das PME do Eixo II e dos convites no âmbito do SAFPRI do Eixo III, representando 93% do investimento ao nível das candidaturas.

Em termos de número de candidaturas recepcionadas, constata-se por um relevante dinamismo da procura, não obstante o arrefecimento económico continuado vivenciado de forma particular no último semestre de 2008, verificando-se uma média de 593 candidaturas por fase.

Do total de candidaturas, excluindo as que foram recepcionadas na 2ª fase de 2008 (uma vez que os prazos dos respectivos concursos tinham terminado recentemente ou ainda estavam na fase final de recepção de candidaturas), verifica-se que 90% das candidaturas já tinham sido objecto de decisão ou de desistência a 31 de Dezembro de 2008.

Das 963 candidaturas com decisão, 585 projectos foram aprovados (incluindo projectos que foram anulados ainda durante o ano de 2008), traduzindo-se numa taxa de aprovação de 60,7% em termos de número de projectos e de 83,2% em termos de investimento proposto.

Uma vez que em 2007 não se registaram aprovações e excluindo 35 projectos (com um incentivo proposto de 6,4 milhões de euros) que foram objecto de anulação ainda durante o ano de 2008, conclui-se que o Programa já aprovou 550 projectos, representando um investimento elegível de 2,4 mil milhões de euros e um incentivo de 817,9 milhões de euros.

Os instrumentos de apoio directo a empresas concentram 91% do incentivo atribuído.

APROVAÇÕES POR EIXO PRIORITÁRIO, 2008

Unid: Mil Euros

Eixo Prioritário	Projectos Aprovados (2008)		
	Nº Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
EIXO I - Conhecimento e Desenvolvimento Tecnológico	119	142.169	70.539
EIXO II - Inovação e Renovação do Modelo Empresarial e do Padrão de Especialização	378	1.971.259	566.806
EIXO III - Financiamento e Partilha de Risco da Inovação	1	154.200	107.940
EIXO IV - Uma Administração Pública Eficiente e de Qualidade	50	126.810	66.394
EIXO V - Redes e Acções Colectivas de Desenvolvimento Empresarial			
EIXO VI - Assistência Técnica	2	8.926	6.248
TOTAL COMPETE	550	2.403.364	817.926

Fonte: SI POFC

Por Região, constata-se que é a Região do Norte que maior dinamismo tem apresentado, concentrando 42,7% dos projectos aprovados e 38,1% do incentivo atribuído. Destaque-se ainda o facto do incentivo médio por projecto ser substancialmente maior na Região do Alentejo (5,4 milhões de euros por projecto), face à média total de 1,5 milhões de euros).

Do total de projectos aprovados, encontravam-se contratados no final do ano de 2008 perto de 3/4 do total de projectos, correspondendo a 78,6% do incentivo contratado.

O financiamento aprovado durante o ano de 2008 ascende a um montante de custo total elegível de 2,4 mil milhões de euros, ao qual corresponde uma despesa pública de 929 milhões de euros e um montante de fundo comunitário FEDER de 818 milhões de euros.

Com excepção do Eixo Prioritário 5 - Redes e Acções Colectivas de Desenvolvimento Empresarial, que não teve em 2008 qualquer verba comprometida, todos os restantes Eixos apresentam níveis de compromisso assinaláveis, destacando-se os Eixos prioritários 2 e 3, que, respectivamente, comprometeram já cerca de 46% e 30% do sua programação financeira de Fundo Comunitário FEDER.

Em termos globais, a 31 de Dezembro de 2008, o Programa atingiu uma taxa de compromisso de 26% da sua dotação de fundo comunitário FEDER.

No que respeita à afectação das aprovações por dimensão Tema Prioritário, constata-se que as aprovações registadas em 2008 se concentram em dois Temas Prioritários: Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (IDT) e Inovação e Empreendedorismo e Sociedade da Informação.

O Tema Prioritário Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (IDT), Inovação e Empreendedorismo absorve cerca de 86% dos projectos aprovados e cerca de 91% do montante de Fundo Comunitário aprovado.

O montante total de pagamentos realizados durante o ano de 2008 ascende a 93,4 milhões de euros de fundo comunitário. Este montante de pagamentos traduz-se numa taxa de pagamento do Programa, a qual é calculada pelo rácio Pagamentos/ Aprovações, na ordem dos 11%.

É o Eixo Prioritário 3 - Financiamento e Partilha de Risco da Inovação, que absorve a maior fatia de pagamentos, cerca de 60% do total realizado, seguindo-se o Eixo Prioritário 2 - Inovação e Renovação do Modelo Empresarial e do Padrão de Especialização, que é responsável por 38% do total de pagamentos efectuados.

O conceito de execução adoptado pelo COMPETE baseia-se numa execução apurada com base nos parâmetros ou pressupostos que estão previstos no art.º 78 do Regulamento (CE) n.º 1083/ 2006, de 11 de Julho e na sua nova redacção dada pelo Regulamento (CE) n.º 284/ 2009, de 08 de Abril. Nesta óptica, a execução realizada em 2008 ascende a 66,9 milhões de euros de custo total elegível, ao qual corresponde uma parcela de despesa pública de 37,3 milhões de euros.

Esta execução distribui-se por 3 Eixos Prioritários, sendo que o Eixo Prioritário 2 - Inovação e Renovação do Modelo Empresarial e do Padrão de Especialização - concentra 94% da execução realizada.

Face ao montante total de aprovações, o Programa apresenta uma taxa de realização na ordem dos 5%.

Os fluxos financeiros com a CE que ocorreram durante o ano de 2008 respeitam exclusivamente à transferência da 2ª fracção do pré-financiamento correspondente a 3% da dotação global FEDER do PO Factores de Competitividade.

Durante o ano de 2008, além de 5 dos 7 grandes projectos a transitar do QCA III (Programa PRIME) para o COMPETE já definidos no texto do PO, foram ainda aprovados 2 grandes projectos no âmbito do SI Inovação. Foi aprovado pela CE em Novembro de 2008 o grande projecto da Swedwood Portugal - Indústria de Madeiras e Mobiliário, Lda, envolvendo um incentivo de 29 milhões de euros.

ACÇÕES DE DIVULGAÇÃO, INFORMAÇÃO E PUBLICIDADE

Divulgar a nova identidade visual do Programa (COMPETE) junto das empresas e dos cidadãos em geral, incrementar a notoriedade deste enquanto Programa Operacional do QREN, maximizar o conhecimento do COMPETE pelos cidadãos, alargando a comunicação aos que não falam português, divulgar o site como meio privilegiado de comunicação e obtenção de informação, foram os grandes objectivos que pautaram a implementação da estratégia de comunicação no ano de 2008.

A 22 de Maio foi formalmente aceite pela Comissão Europeia o Plano de Comunicação do COMPETE para o período de 2007-2013.

A estratégia de comunicação do Programa privilegia as tecnologias digitais de informação e comunicação, que mantêm um fluxo permanente de difusão de informação e uma interacção, quer com os actores directos do Programa, quer com a sociedade em geral. Este modo de actuação permite a difusão instantânea e alargada da informação sobre o Programa e o desenvolvimento de um processo comunicacional com todos os intervenientes no processo.

Neste enquadramento durante o ano de 2008, foi disponibilizado o site em inglês alargando a comunicação a todos aqueles que não falam português e assim maximizando o conhecimento do Programa pelos cidadãos europeus.

A 18 de Novembro foi lançada a *newsletter*, em português e a 23 de Dezembro foi editada pela primeira vez em inglês, com o objectivo de divulgar as principais novidades, bem como cativar e fidelizar utilizadores. Até ao final do ano foram editadas 6 *newsletters* em português. Paralelamente foi disponibilizado o serviço RSS FEED (em português e inglês), permitindo visualizar de imediato as novidades.

Relativamente à realização de eventos e sessões públicas foram cumpridos os objectivos estabelecidos a este propósito no Plano de Comunicação. Neste contexto pode ser referenciada a Sessão Pública de Apresentação de Resultados, realizada a 12 de Novembro; e com o objectivo de aumentar a proximidade aos públicos-alvo e de transmitir, para a opinião pública, uma imagem de eficácia e eficiência do processo de decisão, as sessões de assinatura de contratos.

Para além destas sessões, foram ainda realizadas com o objectivo de divulgar os apoios disponíveis e aumentar a procura qualificada: (i) Sessão de Sensibilização das Estratégias de Eficiência Colectiva; (ii) Sessão de Apresentação do Pólos de Competitividade; (iii) Sessões de Esclarecimento e participação em conferências e seminários, com o objectivos de divulgar e informar sobre o Programa.

O lançamento da nova identidade visual do Programa envolveu a criação de um anúncio institucional e a sua inserção na imprensa nacional e regional. Para além desta campanha institucional, durante o ano de 2008 realizaram-se: Campanha “Plano Anual de Concursos”; Campanha “Abertura de Concursos” e a Campanha “Centro de Atendimento Telefónico”.

Com o objectivo de preparar os colaboradores do Secretariado Técnico e das entidades envolvidas para todo o processo de análise/ decisão/ encerramento dos projectos e de criar um ambiente informativo e de partilha de valores entre os diversos intervenientes, realizou-se em Janeiro, um seminário de formação, envolvendo representantes do Secretariado Técnico do COMPETE, dos Organismos Intermédios e dos PO Regionais envolvidos na rede de Sistema de Incentivos QREN. Foi ainda dinamizada pelo Secretariado Técnico do COMPETE, a 11 de Novembro, uma acção de formação dirigida aos colaboradores do *Call-Center*, focalizada nos seguintes sistemas de apoio: SAESCTN, SAFPRI, SAMA e SIAC.

Procurando avaliar a imagem do Programa e informar os colaboradores sobre a imagem deste, veiculada nos meios de comunicação, foi organizado e divulgado um *clipping* de imprensa nacional (genérica e especializada) sobre o COMPETE, a União Europeia e respectivos Fundos e os projectos apoiados.

EVOLUÇÃO PREVISIVEL PARA 2009

A manutenção de um clima recessivo e de forte instabilidade económica e financeira em 2009, exige por parte da Autoridade de Gestão um acompanhamento muito apertado da dinâmica económica, e um elevado grau de flexibilidade de gestão no sentido de adequar da melhor forma os instrumentos disponíveis no Programa, sem desvirtuar os seus objectivos, funcionando como catalisador e alavanca para a necessária optimização das oportunidades surgidas com a melhoria do contexto económico internacional e europeu.

A par deste papel chave, dever-se-á continuar o processo de consolidação da estrutura orgânica do Programa, e a um nível operacional, continuar no sentido da simplificação e eficiência (prazos, processo, resultados), numa lógica de cooperação e rede, e de maior aproximação aos seus *stakeholders*.

2009 será igualmente um ano chave para a implementação das Estratégias de Eficiência Colectiva, as quais deverão ser formalmente reconhecidas no final do 1.º semestre do ano. Os Pólos de Competitividade e Tecnologia e Cluster reconhecidos encerram um forte potencial catalisador de iniciativas face ao objectivo da mudança do perfil económico em direcção aos grandes desafios competitivos de futuro.

O Sistema de Monitorização e Avaliação deverá ser consolidado e será expectável a produção de informação muito relevante para a gestão estratégica do Programa e da Agenda Factores de Competitividade. Recorde-se que no ano de 2009 será efectuado um exercício de "Avaliação da Operacionalização Inicial dos Sistemas de Incentivos no Contexto da Agenda da Competitividade QREN, no período 2007-2008".

Prevê-se também a certificação do Sistema de Gestão e Controlo do COMPETE que permitirá a sua efectivação plena, dentro dos normativos comunitários aplicáveis.

A previsão para 2009 do montante a pagar de comparticipação comunitária pelo Programa, ascende a cerca de 360 milhões de euros. No que respeita às previsões de Pedidos de Pagamento FEDER à Comissão Europeia a realizar pelo COMPETE durante o ano de 2009, o montante comunicado pelo IFDR à Comissão Europeia foi de 241 milhões de euros.

No âmbito da Divulgação e Comunicação, manter-se-á a aposta numa estratégia de meios diferenciados, privilegiando a internet, complementada pelos canais comunicacionais e transaccionais já criados (*e-mails* e *call-center*). Neste contexto, será disponibilizada a versão em inglês do site "Incentivos às Empresas" bem como lançada a *newsletter*, em português e inglês, do mesmo.

Nos *sites* COMPETE e "Incentivos às Empresas" será criado o módulo de consulta de projectos, completando a informação já disponibilizada pela através da lista de projectos apoiados.

Estão programadas três campanhas publicitárias: Campanhas temáticas (Empreendedorismo Feminino), Campanha "Plano Anual de Concursos" e Campanha "Abertura de Concursos".

ÍNDICE

Página

APRESENTAÇÃO

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. INTRODUÇÃO E ENQUADRAMENTO DO COMPETE	1
1.1 APRESENTAÇÃO E BALANÇO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA	2
1.2 CONTEXTO SOCIOECONÓMICO	7
2. SISTEMAS DE GESTÃO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLO	17
2.1 GESTÃO E ACOMPANHAMENTO	17
2.1.1 <i>Modelo de Governação</i>	18
2.1.2 <i>Actividades de Acompanhamento</i>	26
2.1.3 <i>Instrumentos de Operacionalização</i>	28
2.1.4 <i>Plano de Avaliação</i>	44
2.2 SISTEMA DE INFORMAÇÃO	47
2.3 CONTROLO INTERNO	52
3. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA	56
3.1 REALIZAÇÃO FÍSICA GLOBAL E POR EIXO	57
3.1.1 <i>Realização Global</i>	57
3.1.1.1 Candidaturas e Aprovações	57
3.1.1.2 Indicadores de Realização e Resultado	65
3.1.2 <i>Realização Eixo I - Conhecimento e Desenvolvimento Tecnológico</i>	67
3.1.2.1 Candidaturas e Aprovações	67
3.1.2.2 Qualificação de Entidades Prestadoras de Serviços no Âmbito das Tipologias de Projecto Vale I&DT e Vale Inovação	71
3.1.2.3 Candidaturas à Pré-qualificação de Projectos de I&DT Colectiva	74
3.1.2.4 Indicadores de Realização	75
3.1.2.5 Regra "Spill-over Effects"	76
3.1.3 <i>Realização Eixo II - Inovação e Renovação do Modelo Empresarial e do Padrão de Especialização</i>	79
3.1.3.1 Candidaturas e Aprovações	79
3.1.3.2 Indicadores de Realização	86
3.1.4 <i>Realização Eixo III - Financiamento e Partilha de Risco da Inovação</i>	87
3.1.4.1 Candidaturas e Aprovações	88
3.1.4.2 Indicadores de Realização	91

ÍNDICE (CONT.)

	<i>Página</i>
3.1.5 Realização Eixo IV - Uma Administração Pública Eficiente e de Qualidade.....	92
3.1.5.1 Candidaturas e Aprovações.....	92
3.1.5.2 Indicadores de Realização.....	96
3.1.5.3 Regra "Spill-over Effects".....	97
3.1.6 Realização Eixo V - Redes e Acções Colectivas de Desenvolvimento Empresarial.....	101
3.1.6.1 Candidaturas e Aprovações.....	102
3.1.6.2 Indicadores de Realização.....	109
3.1.7 Realização Eixo VI - Assistência Técnica.....	110
3.1.7.1 Candidaturas e Aprovações.....	110
3.1.7.2 Indicadores de Realização.....	111
3.2 PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E DESPESA EXECUTADA.....	112
3.2.1 Financiamento Aprovado.....	113
3.2.2 Pagamentos Realizados.....	118
3.2.3 Execução Financeira.....	120
3.3 FLUXOS FINANCEIROS COM A CE.....	123
3.4 GRANDES PROJECTOS.....	123
4. ACÇÕES DE DIVULGAÇÃO, INFORMAÇÃO E PUBLICIDADE.....	132
5. PRINCIPAIS DIFICULDADES ENCONTRADAS NA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA.....	142
6. MEDIDAS ADOPTADAS PARA GARANTIR A COMPATIBILIDADE COM AS POLÍTICAS COMUNITÁRIAS.....	144
7. EVOLUÇÃO PREVISÍVEL PARA 2009.....	154

ANEXOS:

- Anexo A. Legislação Relevante Publicada em 2008
- Anexo B. Ficha de Programa
- Anexo C. Programação Financeira, Aprovações e Execução por Eixo Prioritário
- Anexo D. Repartição Cumulativa das Dotações da Contribuição Comunitária por Categoria
- Anexo E. Lista dos Projectos Aprovados em 2008
- Anexo F. Lista dos Grandes Projectos
- Anexo G. Lista das Entidades Qualificadas para a Prestação de Serviços a PME em Projectos de Vale I&DT e Vale Inovação
- Anexo H. Realização Física do Programa

ÍNDICE QUADROS

Página

QUADRO 1.1 – SÍNTESE PROGRAMÁTICA DO COMPETE	3
QUADRO 1.2 - PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS DA ÁREA DO EURO	10
QUADRO 1.3 - PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS, COMPONENTES DA DESPESA, TAXA DE DESEMPREGO E INFLAÇÃO, 2007-2010	12
QUADRO 1.4 - EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DE MERCADORIAS POR CATEGORIAS ECONÓMICAS E GRAU DE INTENSIDADE TECNOLÓGICA.....	12
QUADRO 1.5 – EVOLUÇÃO DO VAB, POR SECTORES	14
QUADRO 2.1 - DETERMINAÇÃO DA AUTORIDADE DE GESTÃO COMPETENTE	25
QUADRO 2.2 - CONCURSOS ABERTOS EM 2007 – 1ª FASE.....	31
QUADRO 2.3 - CONCURSOS ABERTOS EM 2008 – 1ª FASE.....	32
QUADRO 2.4 - CONCURSOS ABERTOS EM 2008 – 2ª FASE.....	33
QUADRO 2.5 - CONVITES À APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS, 2008	34
QUADRO 2.6 - CONCURSOS PREVISTOS PARA 2009	37
QUADRO 2.7 – PRINCIPAIS EXERCÍCIOS DE AVALIAÇÃO DO COMPETE	45
QUADRO 2.8 – MÓDULOS DE INFORMAÇÃO DO SI POFC	50
QUADRO 3.1 - CANDIDATURAS RECEPCIONADAS POR EIXO PRIORITÁRIO.....	58
QUADRO 3.2 - CANDIDATURAS RECEPCIONADAS POR FASE	59
QUADRO 3.3 - SITUAÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2008 DAS CANDIDATURAS RECEPCIONADAS.....	60
QUADRO 3.4 - PROJECTOS APROVADOS E NÃO APROVADOS POR EIXO PRIORITÁRIO, 2007-2008.....	60
QUADRO 3.5 - APROVAÇÕES POR EIXO PRIORITÁRIO, 2008.....	61
QUADRO 3.6 - PROJECTOS APROVADOS POR FASE DE CANDIDATURA, 2008.....	63
QUADRO 3.7 - PROJECTOS APROVADOS POR REGIÃO, 2008	63
QUADRO 3.8 - PROJECTOS APROVADOS POR TIPOLOGIA DE PROMOTOR, 2008	64
QUADRO 3.9 - PROJECTOS CONTRATADOS POR EIXO PRIORITÁRIO, 2008	65
QUADRO 3.10 - INDICADORES COMUNS DE REALIZAÇÃO, 2008	66
QUADRO 3.11 - CANDIDATURAS E PROJECTOS APROVADOS POR INSTRUMENTO.....	68
QUADRO 3.12 - CANDIDATURAS E PROJECTOS APROVADOS POR CONCURSO	69
QUADRO 3.13 - PROJECTOS APROVADOS POR NUTS II	70
QUADRO 3.14 - PROJECTOS APROVADOS POR SECTOR DE ACTIVIDADE.....	70
QUADRO 3.15 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO DO EIXO I.....	76
QUADRO 3.16 - LISTA DE PROJECTOS APROVADOS AO ABRIGO DA REGRA SPILL-OVER EFFECTS.....	77
QUADRO 3.17 - CANDIDATURAS E PROJECTOS APROVADOS DO EIXO II POR INSTRUMENTO	80
QUADRO 3.18 - CANDIDATURAS E PROJECTOS APROVADOS DO EIXO II POR CONCURSO.....	81
QUADRO 3.19 - PROJECTOS APROVADOS DO EIXO II POR NUTS II	82
QUADRO 3.20 - PROJECTOS APROVADOS DO EIXO II POR SECTOR DE ACTIVIDADE.....	82
QUADRO 3.21 - PROJECTOS APROVADOS DO EIXO II POR INTENSIDADE TECNOLÓGICA E DE CONHECIMENTO.....	83
QUADRO 3.22 - PROJECTOS APROVADOS DO EIXO II POR GRAU DE TRANSACÇÃO	83
QUADRO 3.23 - DESCRIÇÃO DAS EMPRESAS CRIADAS NA TIPOLOGIA EMPREENDEDORISMO QUALIFICADO	84
QUADRO 3.24 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO DO EIXO II	86

ÍNDICE QUADROS (CONT.)

Página

QUADRO 3.25 - OPERAÇÕES DE FINANCIAMENTO APOIADAS PELAS LINHAS DE CRÉDITO PME INVEST I E II POR SECTOR DE ACTIVIDADE	89
QUADRO 3.26 - OPERAÇÕES DE FINANCIAMENTO APOIADAS PELAS LINHAS DE CRÉDITO PME INVEST I E II POR NUTS II	90
QUADRO 3.27 - FINANCIAMENTO DO CUSTO DAS LINHAS DE CRÉDITO PME INVEST I E II	90
QUADRO 3.28 - INDICADORES DE REALIZAÇÃO DO EIXO III	91
QUADRO 3.29 - CANDIDATURAS E PROJECTOS APROVADOS DO EIXO III POR CONCURSO	92
QUADRO 3.30 - PROJECTOS APROVADOS DO EIXO IV POR NUTS II	93
QUADRO 3.31 - PROJECTOS APROVADOS DO EIXO IV POR TIPO DE PROJECTO	93
QUADRO 3.32 - INDICADORES DE REALIZAÇÃO DO EIXO IV	97
QUADRO 3.33 - LISTA DE PROJECTOS APROVADOS DO EIXO IV AO ABRIGO DA REGRA SPILL-OVER EFFECTS	99
QUADRO 3.34 - CANDIDATURAS E PROJECTOS APROVADOS POR CONCURSO	103
QUADRO 3.35 - LISTA DE EEC-CLUSTERS RECONHECIDAS CONDICIONALMENTE	108
QUADRO 3.36 - INDICADORES DE REALIZAÇÃO DO EIXO V	110
QUADRO 3.37 - CANDIDATURAS E PROJECTOS APROVADOS DO EIXO VI POR BENEFICIÁRIO	111
QUADRO 3.38 - INDICADORES DE REALIZAÇÃO DO EIXO VI	112
QUADRO 3.39 - LISTA DE GRANDES PROJECTOS APROVADOS, 2007-2008	124
QUADRO 4.1 - DINÂMICA DE CONTACTOS PARA ESCLARECIMENTO DE DÚVIDAS	138
QUADRO 4.2 - PONTO DE SITUAÇÃO DO CALL-CENTER, 2008	138
QUADRO 4.3 - NÚMERO DE INSCRIÇÕES DE NOTÍCIAS SOBRE O COMPETE, 2008	140
QUADRO 4.4 - INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO DO PLANO DE COMUNICAÇÃO DO COMPETE, 2008	141
QUADRO 6.1 - ENQUADRAMENTO COMUNITÁRIO DOS INSTRUMENTOS DE APOIO DO COMPETE	145
QUADRO 6.2 - PROJECTOS APROVADOS COM AS TIPOLOGIAS AMBIENTE E DIVERSIFICAÇÃO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	150
QUADRO 6.3 - PROJECTOS APROVADOS COM COMPONENTE DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL POR EIXO PRIORITÁRIO	151

ÍNDICE GRÁFICOS

Página

GRÁFICO 3.1 - TAXAS DE APROVAÇÃO E NÃO APROVAÇÃO (N.º DE PROJECTOS), 2008	62
GRÁFICO 3.2 - ENTIDADES QUALIFICADAS POR SISTEMA	72
GRÁFICO 3.3 - ENTIDADES QUALIFICADAS POR TIPO DE VALE	73
GRÁFICO 3.4 - APROVAÇÕES POR EIXO PRIORITÁRIO, 2008 (DESPESA PÚBLICA)	113
GRÁFICO 3.5 - TAXAS DE COMPROMISSO POR EIXO PRIORITÁRIO, 2008 (FUNDO COMUNITÁRIO)	114
GRÁFICO 3.6 - APROVAÇÕES POR TEMA PRIORITÁRIO, 2008 (N.º PROJECTOS)	115
GRÁFICO 3.7 - APROVAÇÕES POR TEMA PRIORITÁRIO, 2008 (FUNDO COMUNITÁRIO)	116
GRÁFICO 3.8 - TAXAS DE COMPROMISSO POR TEMA EARMARKING, 2008 (FUNDO COMUNITÁRIO)	117
GRÁFICO 3.9 - APROVAÇÕES POR NUT II, 2008 (FUNDO COMUNITÁRIO)	118
GRÁFICO 3.10 - PAGAMENTOS REALIZADOS POR EIXO PRIORITÁRIO, 2008 (FUNDO COMUNITÁRIO)	119
GRÁFICO 3.11 - EXECUÇÃO POR EIXO PRIORITÁRIO, 2008 (DESPESA PÚBLICA)	120
GRÁFICO 3.12 - TAXAS DE REALIZAÇÃO POR EIXO PRIORITÁRIO, 2008 (FUNDO COMUNITÁRIO)	121
GRÁFICO 3.13 - EXECUÇÃO POR NUT II, 2008 (FUNDO COMUNITÁRIO)	122
GRÁFICO 4.1 - INDICADORES DE ACTIVIDADE NO SITE COMPETE	134
GRÁFICO 4.2 - INDICADORES DE ACTIVIDADE NO SITE INCENTIVOS QREN	135



1.

INTRODUÇÃO E ENQUADRAMENTO DO COMPETE

O Relatório de Execução do ano de 2008 foi estruturado em torno de sete capítulos, respondendo ao conteúdo tipificado no art. 67.º do Regulamento (CE) 284/ 2009, de 7 de Abril de 2009, que alterou o Regulamento (CE) 1083/ 2006, de 11 de Junho.

Inicia-se com uma breve apresentação do Programa e das principais prioridades associadas ao primeiro ano efectivo de realização do Programa, incluindo a análise de um conjunto de variáveis económicas e sociais de contexto.

No capítulo 2 descrevem-se as actividades desenvolvidas em 2008 ao nível dos sistemas de gestão, acompanhamento e controlo, para no capítulo 3 se analisar o progresso do Programa em matéria de realização física e financeira. No capítulo 4 identificam-se as acções de divulgação, informação e publicidade realizadas e no capítulo 5 explicita-se um conjunto de dificuldades com que o Programa se deparou no início da sua implementação. No capítulo 6 apresentam-se as medidas adoptadas pela Autoridade de Gestão com vista a garantir a compatibilidade e o cumprimento das políticas comunitárias, designadamente em matéria de auxílios de estado, mercados públicos e políticas ambientais, por fim, no capítulo final, perspectiva-se a evolução do Programa e estabelecem-se as metas de gestão para 2009.

No Anexo A encontra-se listada a legislação associada ao Programa e a mais relevante em termos de política económica publicada em 2008. Os Anexos B a G explicitam um conjunto de informação complementar à explicitada ao longo do Relatório de Execução.

1.1 APRESENTAÇÃO E BALANÇO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

O Programa Operacional Temático Factores de Competitividade (COMPETE) foi aprovado a 5 de Outubro de 2007¹, tendo sido estruturado em torno de 6 Eixos Estratégicos:

Eixo Prioritário I - Conhecimento e Desenvolvimento Tecnológico

Eixo Prioritário II - Inovação e Renovação do Modelo Empresarial e do Padrão de Especialização

Eixo Prioritário III - Financiamento e Partilha de Risco da Inovação

Eixo Prioritário IV - Uma Administração Pública Eficiente e de Qualidade

Eixo Prioritário V - Redes e Acções Colectivas de Desenvolvimento Empresarial

Eixo VI - Assistência Técnica

Constituem principais objectivos:

- Qualificação do tecido produtivo, por via do *upgrading* do perfil de especialização e dos modelos empresariais;
- Maior orientação para os mercados internacionais do conjunto da economia portuguesa, por via do incremento da produção transaccionável ou internacionalizável;
- Qualificação da Administração Pública e da eficiência da acção do Estado, por via da modernização da Administração Pública e da promoção de uma cultura de serviço público centrado no cidadão e nas empresas;
- Promoção de uma economia baseada no conhecimento e na inovação, por via do estímulo ao desenvolvimento científico e tecnológico e do fomento do empreendedorismo.

O quadro que se explicita de seguida traduz, de forma esquemática, os respectivos objectivos e instrumentos operacionais.

¹ Decisão CE n.º C (2007) 4623, de 5 de Outubro

QUADRO 1.1 - SÍNTESE PROGRAMÁTICA DO COMPETE

Eixo Prioritário	Objectivos Específicos	Instrumentos Operacionais	Tipologias de projecto
<p>I. Conhecimento e Desenvolvimento Tecnológico</p> <p>[500 milhões de euros Fundo = 16,1% POFC]</p>	<p>a) Intensificar o esforço de I&D e a criação de novos conhecimentos com vista o desenvolvimento do País e o aumento da sua competitividade;</p> <p>b) Intensificar o esforço de I&DT empresarial e a articulação entre empresas e centros de saber, acelerando a difusão, transferência e utilização de tecnologias, conhecimento e resultados de I&DT por parte das empresas.</p>	<p>a) Sistema de Apoio a Entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SAESCTN)</p> <p>b) Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)</p>	<p>a1. projectos de I&DT coordenados por entidades do SCTN (incluindo empresas ou não);</p> <p>a2. projectos de I&DT orientados para a implementação de políticas públicas;</p> <p>a3. projectos de promoção da cultura científica e tecnológica;</p> <p>a4. projectos de redes temáticas de Ciência e Tecnologia;</p> <p>a5. projectos de criação e operação de consórcios de I&D;</p> <p>a6. projectos de I&DT em cooperação internacional.</p> <p>b1. projectos de I&DT individuais;</p> <p>b2. projectos de I&DT em co-promoção;</p> <p>b3. projectos mobilizadores;</p> <p>b4. Vale I&DT;</p> <p>b5. I&DT colectiva;</p> <p>b6. Núcleos de I&DT;</p> <p>b7. Centros de I&DT;</p> <p>b8. projectos demonstradores.</p>
<p>II. Inovação e Renovação do Modelo Empresarial e do Padrão de Especialização</p> <p>[1.220 milhões de euros Fundo = 39,3% POFC]</p>	<p>a) Promover a inovação no tecido empresarial através do incremento da produção transaccionável e dos serviços que suportam a sua progressão na cadeia de valor;</p> <p>b) Reforçar a orientação das empresas portuguesas para mercados internacionais, reposicionando-as nos segmentos mais competitivos e diferenciados;</p> <p>c) Incentivar o empreendedorismo qualificado, nomeadamente o feminino;</p> <p>d) Incentivar o investimento estruturante de grande dimensão em novas áreas com potencial crescimento;</p> <p>e) Promover a produtividade através da qualificação das PME, reforçando a intensidade do uso de factores dinâmicos de competitividade.</p>	<p>a) Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)</p> <p>b) Sistema de Incentivos à Inovação (SI Inovação)</p>	<p>a1. projectos individuais;</p> <p>a2. projectos conjuntos;</p> <p>a3. projectos de cooperação;</p> <p>a4. projectos simplificado de inovação (Vale Inovação).</p> <p>b1. projectos de produção de novos bens e serviços ou melhorias significativas da produção actual através da transferência e aplicação de conhecimento;</p> <p>b2. projectos de adopção de novos, ou significativamente melhorados, processos ou métodos de fabrico, de logística e distribuição, bem como métodos organizacionais ou de marketing;</p> <p>b3. projectos de expansão de capacidades de produção em actividades de alto conteúdo tecnológico ou com procuras internacionais dinâmicas;</p> <p>b4. criação de empresas e actividades nos primeiros anos de desenvolvimento, dotadas de recursos qualificados ou que desenvolvam actividades em sectores com fortes dinâmicas de crescimento, incluindo as resultantes do empreendedorismo feminino ou do empreendedorismo jovem.</p>

QUADRO. 1.1 - SÍNTESE PROGRAMÁTICA DO COMPETE (CONT.)

Eixo Prioritário	Objectivos Específicos	Instrumentos Operacionais	Tipologias de projecto
<p>III. Financiamento e Partilha de Risco da Inovação</p> <p>[360 milhões de euros Fundo = 11,6% POFC]</p>	<p>a) Estimular a intervenção do capital de risco na criação e desenvolvimento de empresas;</p> <p>b) Consolidar o sistema de garantia mútua e alargar o espectro de intervenção do mecanismo de concessão de garantias;</p> <p>c) Dinamizar a utilização de novos instrumentos, nomeadamente o microcrédito, destinados a potenciar o financiamento a PME;</p> <p>d) Apoiar o financiamento da inovação numa perspectiva integrada (capital e dívida);</p> <p>e) Incentivar o empreendedorismo, garantindo o capital e as capacidades de gestão requeridas em iniciativas de maior risco;</p> <p>f) Incrementar o empreendedorismo feminino como elemento de mobilização das mulheres para a vida económica activa, bem como apoios às iniciativas empresariais, particularmente propícias à promoção dos factores da igualdade entre homens e mulheres.</p>	<p>Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha de Risco da Inovação (SAFPRI)</p> <p>FINOVA</p>	<p>a1. instrumentos de reforço do capital próprio – Fundos de Capital de Risco, Fundos de Sindicação de capital de Risco;</p> <p>a2. instrumentos de reforço do financiamento de capitais alheios – Fundo de Contra-garantia Mútua, Sociedades de Garantia Mútua, Fundo de Garantia para Titularização de Créditos, Fundos de Investimento Imobiliário, etc..</p>
<p>IV. Uma Administração Pública Eficiente e de Qualidade</p> <p>[685 milhões de euros Fundo = 22,1% POFC]</p>	<p>a) Aumentar a eficácia e a eficiência da actividade administrativa com reflexo nas condições e no desempenho de funções de interacção do Estado com os cidadãos e com os agentes económicos;</p> <p>b) Reduzir os “custos públicos de contexto” que representam constrangimentos à criação de empresas e ao desenvolvimento da sua actividade;</p> <p>c) Promover o uso intensivo das tecnologias de informação e comunicação, promovendo uma administração em rede;</p> <p>d) Qualificar a prestação do serviço público, com impacto nos funcionários que prestam directamente o serviço aos cidadãos e às empresas, bem como naqueles que os apoiam.</p>	<p>Sistema de Apoios à Modernização Administrativa (SAMA)</p>	<p>a1. operações individuais e transversais de qualificação e simplificação do atendimento dos serviços públicos aos cidadãos e às empresas;</p> <p>a2. operações de racionalização dos modelos de organização e gestão da Administração Pública;</p> <p>a3. operações no domínio da administração em rede;</p> <p>a4. operações globais.</p>

QUADRO. 1.1 - SÍNTESE PROGRAMÁTICA DO COMPETE (CONT.)

Eixo Prioritário	Objectivos Específicos	Instrumentos Operacionais	Tipologias de projecto
<p>V. Redes e Acções Colectivas de Desenvolvimento Empresarial</p> <p>[260 milhões de euros Fundo = 8,4% POFC]</p>	<p>a) Favorecer e acelerar a alteração do perfil de especialização da economia, desenvolvendo estratégias de criação de novos pólos de crescimento;</p> <p>b) Reforçar a oferta de serviços às empresas reforçando e capacitando as infraestruturas e orientando as suas actividades para as necessidades das PME;</p> <p>c) Promover a formação de redes e de outras formas de parcerias e cooperação, como instrumento privilegiado do benefício de economias de aglomeração;</p> <p>d) Promover o desenvolvimento de acções inovadoras de teste a novas abordagens de política pública nos domínios de estímulo ao desenvolvimento empresarial da inovação.</p>	<p>a) Sistema de Apoio a Acções Colectivas (SIAC)</p> <p>b) Enquadramento das Estratégias de Eficiência Colectiva</p>	<p>a1. actividades de promoção, divulgação e imagem internacionais dos sectores, regiões e actividades com relevância para a economia nacional;</p> <p>a2. informação, observação e vigilância prospectiva e estratégica, incluindo ferramentas de diagnóstico e de avaliação de empresas;</p> <p>a3. criação e dinamização de redes de suporte às empresas e empreendedores;</p> <p>a4. sensibilização para os factores críticos da competitividade e para o espírito empresarial;</p> <p>a5. estudos de novos mercados, tecnologias e oportunidades de inovação;</p> <p>a6. actividades de animação, coordenação e gestão da parceria, no âmbito de Estratégias de Eficiência Colectiva.</p> <p>b1. Pólos de competitividade e tecnologia;</p> <p>b2. Outros clusters.</p>
<p>VI. Assistência Técnica</p> <p>[78.789 mil euros Fundo = 2,5% POFC]</p>	<p>Dinamizar, gerir e implementar de forma eficaz e eficiente o Programa</p>	<p>Regulamento de Execução da Assistência Técnica</p>	<p>a1. criação e funcionamento de estruturas de apoio técnico e respectivo apoio logístico;</p> <p>a2. informação, divulgação e publicitação de Programa e seus instrumentos;</p> <p>a3. Análise de projectos, verificação e acompanhamento da execução do Programa e dos projectos aprovados;</p> <p>a4. Auditoria e controlo interno;</p> <p>a5. Desenvolvimento, actualização e manutenção de sistemas de informação;</p> <p>a6. Estudos de avaliação globais e específicos;</p> <p>a7. Estudos de análise da implementação do Programa;</p> <p>a8. Outras intervenções que se revelem imprescindíveis para garantir níveis adequados de gestão e controlo.</p>

O ano de 2008 correspondeu a um processo de reforço e ao mesmo tempo de reflexão sobre a operacionalização dos instrumentos que serviram de arranque ao Programa (Sistemas de Incentivos - Eixos I e II), tendo sido regulamentados os restantes instrumentos do Programa e publicados os Avisos para Apresentação de Candidaturas (AAC) aos diferentes instrumentos de apoio e, ao nível da governação, desencadeados os passos necessários à efectivação do Secretariado Técnico.

Note-se que face ao arrefecimento conjuntural, já evidenciado no Relatório de Execução de 2007 na sequência da instabilidade nos mercados financeiros a nível mundial, e ao evidente agravamento das condições económico-sociais da globalidade dos países da UE (com a Área Euro a entrar em recessão económica), foi considerado oficialmente pela presidência da UE como data de início para a implementação de medidas excepcionais no âmbito da crise económica, 01 de Julho de 2008.

Neste contexto, a gestão do COMPETE vivencia de forma particular no segundo semestre de 2008 importantes alterações conjunturais, com reflexo na execução e na operacionalização do Programa, para o qual foi exigido um conjunto de iniciativas e medidas específicas, implicando um esforço adicional colectivo da rede de actores envolvidos na implementação do Programa (cf. Caps. 2, 3 e 5).

Tinham-se assumido como principais objectivos de gestão para 2008, os seguintes:

Objectivos	Realização
a) Publicar os regulamentos específicos dos instrumentos ainda em falta face aos objectivos e Eixos Estratégicos do Programa	Sim (SAMA em 13.Dez.07; SAESCTN em 5.Mar.08; SAFPRI em 2.Jul.08; SIAC em 8.Mai.09; EEC em 8.Mai)
b) Atingir até ao final de 2008 um volume de pagamentos a beneficiários finais de 130 milhões euros	93.394,5 mil euros (71,9% da meta)
c) Minimizar os desvios entre a data prevista e efectiva de comunicação da decisão aos promotores	Em ¾ dos AAC publicados (18) foram cumpridos os prazos
d) Operacionalizar o modelo de governação do Programa, procedendo à nomeação dos Secretários Técnicos e à formalização das respectivas equipas técnicas	Secretários Técnicos nomeados a 10.Out; constituição formal das equipas técnicas transitou para 2009

A avaliação da sua realização é positiva não obstante os constrangimentos externos induzidos pela crise económica ao nível da redução dos pedidos de pagamentos dos promotores. Neste particular, não obstante este constrangimento, optimizou-se e criou-se flexibilidade nos instrumentos operacionais disponíveis no sentido de facilitar e promover o investimento nas empresas promotoras de projectos.

No Anexo A pode ser consultada a legislação relevante publicada durante o ano de 2008, que inclui não apenas informação regulamentar ao nível dos fundos estruturais, mas também importantes medidas e instrumentos de política económica.

1.2 CONTEXTO SOCIOECONÓMICO

O diagnóstico desenvolvido no texto do Programa (ponto “Os Factores de Competitividade na Economia Portuguesa”) permanece válido, assim como o conteúdo da matriz SWOT, mas as condições que determinaram a sua identificação alteraram-se profundamente. Efectivamente, a conjuntura económica que determinou a estruturação do Programa é substantivamente diferente da actual, ou seja assumiu-se uma fase inicial de implementação da estratégia num clima económico de recuperação e o que se verificou foi um agudizar de uma instabilidade nos mercados financeiros com origem nos EUA, que se estendeu rapidamente a todo o mundo, traduzindo-se num clima recessivo e de forte pressão social.

Naturalmente, e como se poderá constatar pela análise dos capítulos subsequentes do presente Relatório de Execução, este ciclo recessivo teve consequências significativas no abrandamento dos ritmos de investimento e de execução, induzindo a adopção de medidas de emergência quer ao nível dos diferentes Estados-membros quer ao nível da Autoridade de Gestão do COMPETE.

Nos pontos que se seguem, explicita-se para a Área Euro e Portugal as principais dinâmicas económicas e sociais vivenciadas em 2008.

ECONOMIA MUNDIAL - ÁREA EURO

A economia mundial, como várias instituições de referência internacionais referem, está a enfrentar a mais severa e sincronizada recessão económica das últimas décadas. Desaceleração e turbulência que se intensificou ao longo de 2008, de forma particular no último trimestre do ano². A OCDE projecta o início da recuperação para 2010, mas que deverá ocorrer de forma muito lenta e moderada, não obstante o elevado grau de incerteza que as projecções neste momento envolvem.

O PIB mundial deverá ter crescido 3,2%, contrastando com a dinâmica dos anos anteriores (crescimentos superiores a 5%), reflectindo uma quebra generalizada de confiança, dificuldades no acesso a financiamento e a redução/ adiamento das despesas/ investimentos dos agentes económicos. Consequentemente os fluxos de comércio mundial reduzem-se de forma significativa nos últimos meses de 2008, assim como a produção industrial e os fluxos de investimento directo estrangeiro.

Num contexto em que o risco sistémico é elevado e a economia real começa a verificar importantes sinais de debilidade, vários governos implementam programas de estímulo à actividade económica (política orçamental e monetária). Refira-se o Plano Europeu de relançamento da UE lançado no final de Novembro (que orçou cerca de 1,5% do PIB da UE) e o *American Recovery and Reinvestment Act* aprovado em Fevereiro de 2009, para além de um conjunto vasto de pacotes de medidas adoptados por parte dos Estados membros da UE.

PLANO DE RELANÇAMENTO DA UE A FAVOR DO CRESCIMENTO E DO EMPREGO

A CE lançou a 26 de Novembro de 2008 um Plano global visando impulsionar o relançamento da economia europeia de modo a superar a actual crise. O Plano prevê um *mix* de medidas de curto prazo, visando estimular a procura, preservar postos de trabalho e contribuir para restabelecer a confiança, e de medidas de médio e longo prazo, dinamizando a realização de “investimentos inteligentes” (energias renováveis, eficiência energética, produtos verdes - acelerar a transição para uma economia de baixo carbono), para favorecer uma aceleração do crescimento e uma prosperidade sustentável a longo prazo. As medidas de estímulo orçamental, associadas a objectivos específicos e de natureza temporária, orçam cerca de 1,5% do PIB da UE (valor aproximado de cerca de 200 milhões de euros).

Algumas das medidas preconizadas: aumento da intervenção do Banco Europeu de Investimento (30 mil milhões de euros em 2009/ 2010); simplificação dos procedimentos e aceleração da implementação dos Programas financiados pelo Fundo de Coesão e Fundos Estruturais; lançamento de medidas suplementares do FSE para apoio ao emprego; possibilidade de aplicação de taxas reduzidas de IVA em certos sectores; aumento do limiar *de minimis* para 500 mil euros; Aumento do limiar de

² A este propósito refira-se o efeito “bola de neve” sobre a perda de confiança no sistema financeiro internacional induzido pela falência do banco de investimento Lehman Brothers a 15 de Setembro.

admissibilidade automática aplicável ao capital de risco (de 1,5 para 2,5 milhões de euros); concessão de auxílios a favor de garantias de empréstimos a certas empresas com dificuldades em recorrer ao crédito (redução máxima de 25% do prémio anual para PME e de 15% para as GE - a garantia pode ser prestada quer a favor de empréstimo para investimento quer para empréstimo de tesouraria); concessão de auxílios num montante máximo de 50% (PME) e de 25% (GE) da taxa de referência em investimentos que cumpram antecipadamente ou excedam novas normas comunitárias ambientais; Demonstrada a inexistência de disponibilidade no mercado privado de seguros para cobrir certos riscos de crédito, a CE permite que os Estados-membros promovam a concessão de seguros de crédito à exportação de operações garantidas a curto prazo (necessidade de notificação).

Referências: COM(2008)800, de 26.Nov.2008, "Plano de relançamento da economia europeia"; MEMO/08/740, de 26.Nov.2008, "O caminho para a retoma: o pacote da coesão"; IP/08/1983, de 16.Dez-2008, "Investir na economia real: Política de Coesão na base do relançamento"; COM(2008)876/3, de 16.Dez.2008, "Cohesion Policy: investing in the real economy"; Comunicação da CE 2009/C16/01, de 22.Jan.2009, "Quadro Comunitário temporário relativo às medidas de auxílio estatal destinadas a apoiar o acesso ao financiamento durante a actual crise financeira e económica".

Na Área do Euro, a contracção da actividade económica é particularmente significativa, com o PIB a crescer 0,8% em 2008 (note-se que no último trimestre diminuiu 1,5%) face aos 2,7% em 2007. Embora a desaceleração da actividade económica tenha sido comum a todas as economias da Área do Euro, foi particularmente pronunciada na Irlanda, Finlândia, Espanha e Itália. Em Portugal observam-se também fracos desempenhos económicos.

O consumo privado abrandou o seu crescimento para 0,5% (1,6% em 2007), traduzindo no 1.º semestre o aumento dos preços no consumidor dos produtos energéticos e alimentares e no 2.º semestre, o aumento da incerteza em relação ao futuro de curto prazo da actividade económica e emprego.

O investimento abrandou para 0,4% (quando em 2007 tinha crescido 4,3%), tendo mesmo diminuído 2,7% no último trimestre de 2008 face ao trimestre anterior. As exportações e importações registam igualmente um forte abrandamento e reflectem o enfraquecimento da procura interna.

As projecções macroeconómicas apontam para o agravamento dos principais indicadores económicos em 2009, com fortes quebras nas exportações e no investimento, prevendo-se uma ligeira e muito gradual recuperação a partir de 2010. Esta recuperação deverá ser estimulada pelas exportações e em sequência dos fortes pacotes de estímulo económico implementados pela UE e pelos vários Estados-membros.

QUADRO 1.2 - PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS DA ÁREA DO EURO

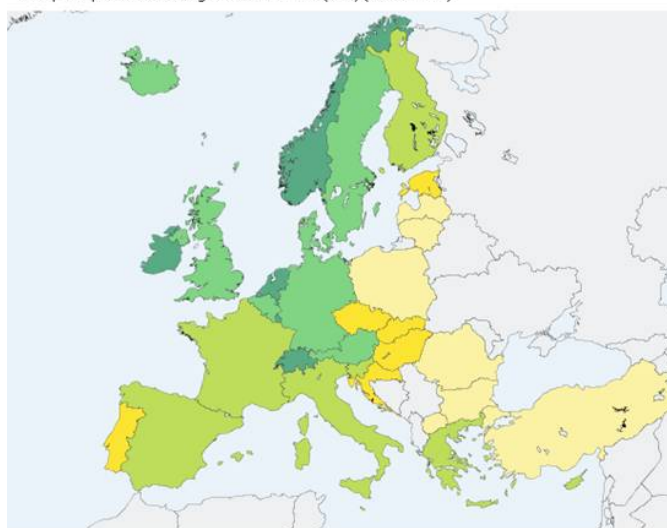
(crescimento real em %)

Indicadores Económicos	2006	2007	2008*	2009*	2010*
PIB	2,9	2,7	0,8	-4,0	-0,1
Consumo privado	2,0	1,6	0,5	-0,9	-0,3
Consumo público	1,9	2,2	2,0	2,0	1,7
FBCF	5,6	4,4	0,0	-10,4	-2,7
Exportações de bens e serviços	8,4	6,0	1,2	-13,2	-0,3
Procura final	4,5	3,5	0,9	-5,9	-0,3
Importações de bens e serviços	8,3	5,4	1,2	-10,5	-0,8
Emprego	1,4	1,7	0,7	-2,6	-1,5
Taxa de desemprego	8,3	7,5	7,5	9,9	11,5
Inflação	2,2	2,1	3,3	0,4	1,2
Dívida Bruta SPA (% PIB)	68,3	66,0	69,3	77,7	83,8
Saldo Global SPA	-1,3	-0,6	-1,9	-5,3	-6,5

Legenda: CE, Spring 2009 Forecast

GDP per capita in PPS

GDP per capita in Purchasing Power Standards (PPS) (EU-27 = 100)

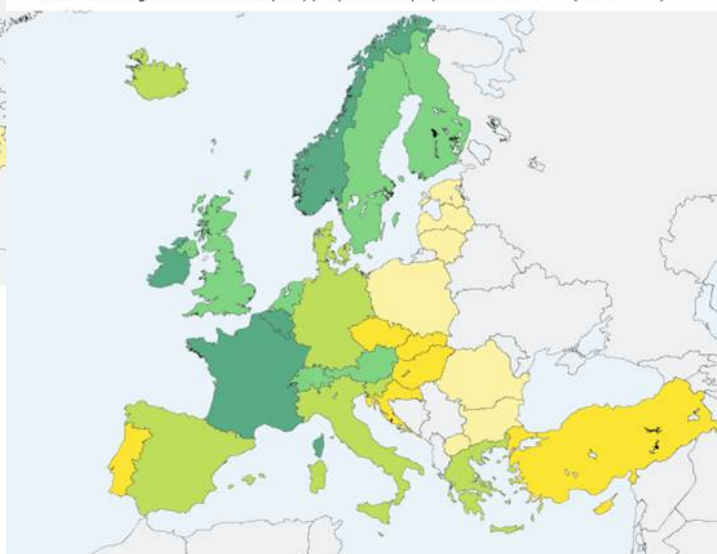


Legend (Data 2008)



Labour productivity per person employed

GDP in Purchasing Power Standards (PPS) per person employed relative to EU-27 (EU-27 = 100)



Legend (Data 2008)



ECONOMIA PORTUGUESA

A economia portuguesa enfrenta, de forma particular a partir do 2.º semestre de 2008, um período recessivo dos mais graves no pós-guerra, que se antevê severo e prolongado.

O PIB observou um crescimento nulo em 2008, após uma evolução positiva de 1,8% em 2007. A desaceleração da actividade económica, teve por base uma forte restrição na evolução da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) e nas exportações, componentes da procura normalmente sensíveis a um enquadramento externo recessivo, com degradação sucessiva das expectativas das empresas e famílias.

Os inquéritos de conjuntura ao investimento vêm perspectivando um agravamento da deterioração das perspectivas de vendas/ carteiras de encomendas e de acesso ao crédito com consequência numa forma restrição no volume de investimento. As quedas mais significativas na FBCF ocorreram na Construção e Material de Transporte. Refira-se que no primeiro trimestre de 2009 face a período homólogo a venda de veículos comerciais ligeiros diminuiu 40,5% (valor equivalente em termos de vendas de veículos automóveis ligeiros de passageiros).

O consumo privado regista uma evolução similar à verificada em 2007, mas ao longo do ano vai observando um comportamento de desaceleração, com destaque para a componente de consumo de bens duradouros. Este melhor comportamento do consumo privado, não pode deixar de estar ligado à manutenção do ritmo de crescimento das remunerações dos trabalhadores acima da taxa de inflação.

Relativamente às exportações a desaceleração verificada foi mais acentuada do que o nível de abrandamento estimado da procura externa, indiciando novas perdas de quota de mercado ao longo do ano de 2008.

A desaceleração das exportações foi superior à verificada na Área Euro e é de relevar o elevado decréscimo sentido nos bens de média-alta tecnologia, nomeadamente de Máquinas e Aparelhos. Em termos de mercados, refira-se a diminuição registada das exportações para Espanha, França e Alemanha. Ao nível dos Serviços, o Turismo e os serviços de Transporte foram os que mais desaceleraram o seu crescimento.

QUADRO 1.3 - PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS, COMPONENTES DA DESPESA, TAXA DE DESEMPREGO E INFLAÇÃO, 2007-2010

(crescimento real em %)

Indicadores	2007	2008	1T08	2T08	3T08	4T08	2009*	2010*
PIB (10 ⁶ euros)	163.238	166.128	41.287	41.629	41.722	41.490		
PIB	1,9	0,0	0,8	0,6	0,4	-1,8	-3,7	-0,8
Consumo privado	1,6	1,6	2,1	1,0	2,4	1,1	-1,3	-0,4
Consumo público	0,0	0,5	0,6	0,4	0,4	0,5	0,6	0,2
FBCF	3,2	-1,1	3,3	2,4	-1,0	-8,6	-14,4	-8,0
Exportações de bens e serviços	7,5	-0,5	4,1	2,2	0,8	-8,9	-11,7	-0,1
Importações de bens e serviços	5,6	2,1	7,2	4,2	3,2	-5,9	-10,0	-2,3
Taxa de desemprego	7,9	7,6	7,6	7,3	7,7	7,8	9,1	9,8
Inflação	2,5	2,6	2,9	2,9	3,0	1,5	-0,3	1,7

Fonte: INE; Previsões para 2009 e 2010 da CE (Maio.09).

QUADRO 1.4 - EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DE MERCADORIAS POR CATEGORIAS ECONÓMICAS E GRAU DE INTENSIDADE TECNOLÓGICA

(taxa de variação homóloga em %)

Exportações de Mercadorias	Peso 2007	2007	2008	1T08	2T08	3T08	4T08
<i>Grandes Categorias Económicas</i>							
Bens intermédios	33,6	13,0	-1,7	3,6	4,8	3,6	-19,1
Bens de equipamento	26,7	14,1	-0,9	3,7	-1,0	5,7	-11,7
Bens de consumo	33,6	4,5	0,5	1,4	0,9	2,5	-2,6
Combustíveis	5,1	-12,8	36,7	71,1	70,3	32,0	-13,0
Outros	1,1	-2,4	20,6	5,2	4,6	5,4	-11,0
<i>Grau de Intensidade Tecnológica</i>							
Alta tecnologia	9,8	6,9	3,2	17,6	6,4	3,8	-13,9
Média-alta tecnologia	31,4	8,4	-4,4	-3,7	-4,8	3,2	-12,0
Média-baixa tecnologia	24,8	9,3	7,0	15,0	17,0	12,5	-15,9
Baixa tecnologia	34,0	9,7	0,9	3,5	3,7	2,4	-5,6

Legenda: Alta tecnologia (NC 30, 84, 88, 90 e 91; Média-alta tecnologia (NC28, 29, 31 a 38, 85 a 87, 89, 92 a 95; Média-baixa tecnologia (NC 25 a 27, 39 a 40, 68 a 83); Baixa tecnologia (NC 1 a 24, 41 a 67, 96 a 99).

Fonte: INE; Estatísticas do Comércio Internacional, Maio.2009.

Como se pode verificar, através de uma análise por trimestre, a economia portuguesa regista uma deterioração abrupta no 4.º trimestre de 2008, reflectindo a passagem do estado de crise à economia real, com perdas significativas do nível de confiança dos diferentes actores.

Durante o ano de 2008 o emprego praticamente estagnou (aumentou 0,5% face a 2007), muito consequência de um primeiro semestre com alguma dinâmica e contraste absoluto com um segundo semestre de forte contracção. Em consonância com a análise anterior, o emprego na indústria transformadora diminuiu 3%, de forma especial no segundo semestre, e aumentou nos serviços 3%.

A taxa de desemprego atingiu os 7,6% em 2008 (7,9% em 2007), mas os dados do Instituto de Emprego e Formação Profissional relativos aos primeiros meses do ano de 2009, apontam para um agrafamento com significado do número de desempregados.

A inflação atingiu os 2,6%, mas é expectável que em 2009 o nível geral de preços se situe a níveis marginalmente negativos. Efectivamente se no 1.º semestre de 2008 se observaram elevados níveis de preços, liderados pela pressão dos preços dos bens energéticos, no 2.º semestre de 2008 verificou-se a sua acentuada desaceleração, incluindo do preço das matérias-primas.

O VAB cresceu 0,3% face a 2007, verificando um perfil de desaceleração ao longo do ano, com importante contracção no último trimestre de 2008. Para esta evolução contribuiu uma forte retracção nos sectores da Construção e Indústria, coincidente com as perdas de confiança induzidas por baixas expectativas em relação a carteira de encomendas, incluindo para exportação. Os Serviços continuam a evidenciar dinâmica de crescimento, ainda que a níveis ligeiramente inferiores aos observados nos anos anteriores.

Desta forma, o sector dos Serviços consolida e alarga o seu peso relativo no total do VAB, constituindo neste período menos positivo um factor positivo para a verificação de um ligeiro aumento do VAB.

QUADRO 1.5 - EVOLUÇÃO DO VAB, POR SECTORES

(crescimento real em %)

Sectores	Peso 2008	2007	2008	1T08	2T08	3T08	4T08
Agricultura, silvicultura, pescas	3,4	-4,2	4,3	1,5	4,7	6,0	5,0
Electricidade, gás e água	3,0	5,7	0,7	1,3	1,7	1,0	-1,3
Indústria	16,1	2,8	-2,4	-1,6	-1,1	-0,9	-5,9
Construção	5,6	0,7	-5,1	-4,0	-1,7	-4,4	-10,5
Comércio, restaurantes e hotéis	16,8	2,4	0,8	2,5	0,5	0,6	-0,3
Transportes e comunicações	7,9	2,7	0,2	2,2	1,1	-0,1	-2,4
Actividades financeiras e imobiliárias	15,7	3,0	2,6	2,1	3,1	3,4	1,7
Outros serviços	31,5	1,5	0,9	1,5	1,3	0,7	0,2
VAB	100,0	2,0	0,3	1,0	1,0	0,7	-1,4

Fonte: INE, Contas Nacionais Trimestrais (base 2000).

Em face de um perigoso risco sistémico, o governo português, e a quase globalidade dos governos europeus e internacionais, adopta um conjunto de medidas de estímulo orçamental com grande significado incluindo a transferência de risco das instituições financeiras para o Estado. Não obstante os elevados montantes envolvidos, o nível de confiança dos agentes económicos permanece baixo no início de 2009, assim como um elevado nível de incerteza nos mercados financeiros.

Consequentemente, o défice externo da economia portuguesa aumenta para 92,7% do PIB (91,3% em 2007), o qual reflecte também o aumento do défice da balança de mercadorias e serviços.

Refira-se a Iniciativa para o Investimento e o Emprego aprovada em Conselho de Ministros a 13 de Dezembro de 2008. Esta iniciativa compreende um conjunto de medidas que visaram minimizar o impacto da crise financeira e económica internacional na economia portuguesa e prevê um investimento de 2180 milhões de euros, sendo 1300 milhões de financiamento nacional e 880 milhões de financiamento europeu. As prioridades definidas no âmbito deste plano são a modernização de escolas, energia sustentável, modernização da infra-estrutura tecnológica das comunicações - redes de banda larga de nova geração, o apoio à actividade económica, designadamente exportações e PME, e apoio ao emprego.

Em concomitância, a natureza recessiva da crise veio gerar novas necessidades de liquidez nas empresas, agravadas pelas restrições de financiamento impostas pelo sistema bancário dificultando o acesso aos empréstimos para projectos de investimento. Esta situação obrigou à intervenção da política pública nos mecanismos de financiamento, no qual se realça o sucesso e a flexibilidade dos instrumentos alternativos que o próprio QREN criou com as Linhas de Crédito PME Investe. Este tipo de mecanismo revelou-se de grande eficácia enquanto instrumento de injeção de liquidez de incentivos orientados para investimentos inovadores com impacto directo na melhoria da competitividade das empresas (cf. ponto 3.1.4).

As perspectivas para 2009, revistas no Relatório da Primavera do Banco de Portugal, vão no sentido do agravamento da situação económica, com claro crescimento económico negativo na ordem dos 3,7%, com o investimento a contrair-se em 14,4%, e as exportações e importações a registarem crescimentos negativos na ordem dos 10%. O consumo privado deverá igualmente contrair-se (-1,3%), num clima de confiança crescentemente negativo, de instabilidade social e de aumento do desemprego.

Apresentando-se a economia portuguesa fortemente vulnerável a evoluções menos positivas da economia internacional, só deverá registar sinais de inflexão após uma clara recuperação económica e dos níveis de confiança internacionais, expectáveis de forma tímida para 2010/ 2011.

2.

SISTEMAS DE GESTÃO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLO

No presente capítulo descreve-se o modelo de governação do COMPETE, inserido no próprio modelo estabelecido para o QREN, e descrevem-se as principais actividades de gestão e acompanhamento desenvolvidas em 2008 e que marcam o arranque do Programa.

Apresenta-se, igualmente, a arquitectura do Sistema de Informação, quer na sua versão de contingência (para arranque do Programa), quer na sua versão integral.

2.1 GESTÃO E ACOMPANHAMENTO

Ao nível da Gestão e Acompanhamento, para além do modelo de governação, considerou-se relevante identificar as principais actividades de acompanhamento e monitorização já desenvolvidas ou ainda em fase de afinação, os instrumentos de operacionalização (Avisos e Editais para a Apresentação de Candidaturas, Manual de Procedimentos, Regulamentos Específicos, Orientações Técnicas e de Gestão, formulários de candidatura, ferramentas de análise dos projectos, minutas de contrato de concessão de incentivos, etc.), e uma súmula do Plano de Avaliação aprovado em sede de Comissão Ministerial de Coordenação.

Assumindo o COMPETE a função de coordenação da Rede Incentivos QREN, também a este propósito se identificam as principais actividades desenvolvidas em 2008.

2.1.1 MODELO DE GOVERNAÇÃO

O Modelo de Governação do QREN foi estabelecido através do Decreto-Lei n.º 312/ 2007, de 17 de Setembro³, sendo particularmente relevantes para este efeito (Governação dos PO temáticos), os artigos 31.º, 32.º, 40.º, 42.º, 43.º, 44.º, 45.º, 50.º, 51.º e 56.º.

A governação dos PO temáticos compreende três órgãos: órgão de direcção política, órgão de gestão e órgão de acompanhamento.

O Órgão de direcção política é a Comissão Ministerial de Coordenação (CMC) do COMPETE⁴ que integra o Ministro da Economia e Inovação, que coordena, o Ministro da Presidência, o Ministro da Justiça e o Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

A este órgão foram remetidos para aprovação os Regulamentos Específicos, as minutas de contrato no âmbito dos instrumentos do Programa, quando previsto nos Regulamentos Específicos os protocolos/contratos de delegação de competências celebrados entre a Autoridade de Gestão do COMPETE e os Organismos Intermédios, o Plano de Avaliação, o presente Relatório de Execução e para informação as Orientações Técnicas e de Gestão e os Avisos para Apresentação de Candidaturas e/ ou Convites para apresentação de candidaturas.

Durante o ano de 2008 foram celebrados os protocolos entre a Autoridade de Gestão e os Organismos Intermédios (IAPMEI, IP; AICEP, EPE; Turismo de Portugal, IP; AdI, SA; FCT, IP; Ciência Viva; AMA, IP), no qual foram definidas as condições de delegação de competências para análise e acompanhamento das operações.

No âmbito do Órgão de Acompanhamento, durante o ano de 2008 realizou-se a segunda Reunião da Comissão de Acompanhamento do POFC (3 de Abril), tendo sido ratificada a acta da primeira reunião e aprovados os Critérios de Selecção dos instrumentos que não tinham sido apreciados na reunião anterior (Sistema de Apoio a Entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SAESCTN), Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha de Risco da Inovação (SAFPRI), Sistema de Incentivos a Acções Colectivas (SIAC) e

³ Alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 74/ 2008, de 22 de Abril.

⁴ Artigo 40.º do Decreto-lei n.º 74/ 2008, de 22 de Abril que altera o Decreto-lei n.º 312/ 2007, de 17 de Setembro.



2ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO

Centro Cultural de Belém, Sala Almada Negreiros
3 de Abril de 2008, 14,30 horas

AGENDA

1. Informações
2. Ratificação da Acta da Reunião n.º 1
(Doc. 1 *Proposta de acta da reunião n.º 1*)
3. Ponto de Situação do Programa
(Doc. 2 *Ponto de situação*)
4. Análise e Aprovação dos Critérios de Selecção
(Doc. 3 *Sistema de Apoio a Entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional - Eixo I*)
(Doc. 4 *Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha de Risco da Inovação (SAFPRI) - Eixo III*)
(Doc. 5 *Sistema de Incentivos a Acções Colectivas (SIAC) - Eixo V*)

da Assistência Técnica).

Destacam-se como principais assuntos abordados:

- Informação sobre as candidaturas e aprovações realizadas até à data;
- Apresentação e discussão da proposta de Critérios de Selecção, traduzindo-se na introdução posterior de alguns ajustamentos.

O Relatório de Execução de 2007 foi submetido a consulta escrita em 6 de Junho à Comissão de Acompanhamento, tendo sido aprovado em 23 de Junho de 2008, após incorporação das sugestões recebidas.

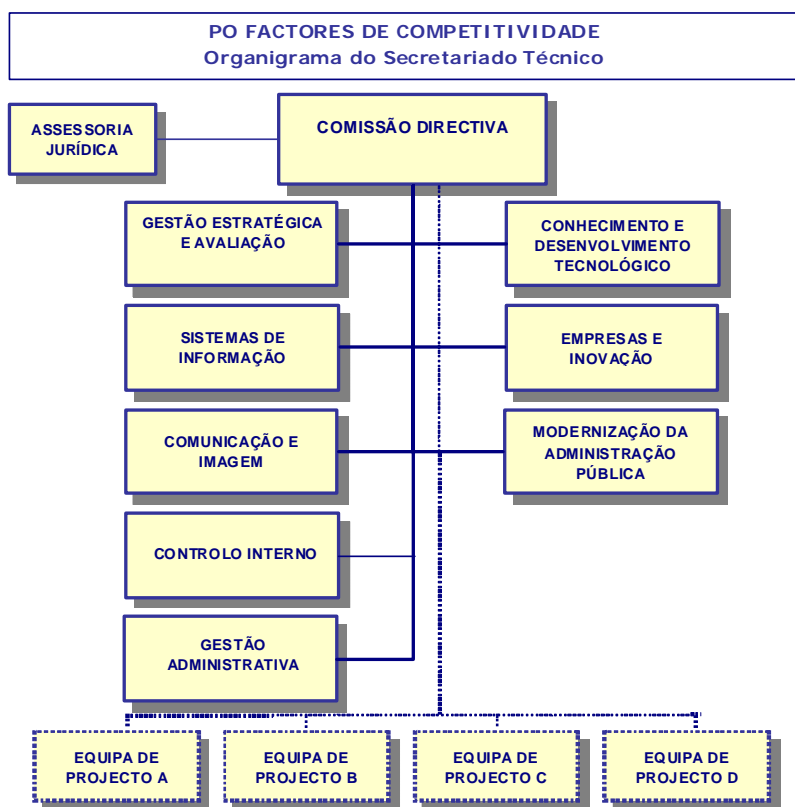
O Órgão de Gestão do Programa integra a Comissão Directiva e o Secretariado Técnico. Em Outubro de 2007 tinha sido nomeada a Comissão Directiva do COMPETE e a 13 de Fevereiro de 2008, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/ 2008, estabelecida a configuração do Secretariado Técnico, nomeadamente quanto à sua dimensão e composição.

Por despacho do Ministro Coordenador da CMC n.º 25290/ 2008, de 10 de Outubro, procedeu-se ao estabelecimento do regime de transição entre o QCA III e o QREN, no qual a Autoridade de Gestão do COMPETE assume as atribuições, direitos e obrigações da Autoridade de Gestão do PRIME a partir de 1 de Outubro de 2009, e se define o modelo de transição do pessoal da estrutura de apoio técnico do PRIME para o Secretariado Técnico do COMPETE. O Despacho n.º 25291/ 2008, de 10 de Outubro, procede à nomeação dos secretários técnicos responsáveis pelas áreas que dão corpo à estrutura

orgânica do Secretariado Técnico do COMPETE.

A organização interna do Programa congrega dois tipos de áreas:

- Três áreas de natureza operacional de gestão - “Conhecimento e Desenvolvimento Tecnológico”, “Empresas e Inovação” e “Modernização da Administração Pública”;
- Cinco áreas de natureza horizontal e de suporte - “Gestão Estratégica e Avaliação”, “Sistemas de Informação”, “Comunicação e Imagem”, “Controlo Interno” e “Gestão Administrativa”.



Como estrutura de apoio, o Secretariado Técnico integra ainda uma “Assessoria Jurídica”, com funções específicas no domínio em causa.

Está ainda prevista, de acordo com o previsto na RCM n.º 25/ 2008, de 13 de Fevereiro, a possibilidade da Comissão Directiva poder constituir, sempre que a natureza do trabalho o justifique, até quatro Equipas de Projecto de natureza temporária.

Encontra-se ainda por afectar, em termos formais, os recursos humanos transitados do PRIME às áreas do COMPETE, fase que é expectável estar concluída até ao final do 1.º semestre de 2009.

A Comissão Directiva considerou, ainda, ser pertinente a constituição de 3 equipas de projecto, uma no âmbito das Acções Colectivas (SIAC), outra no âmbito do Eixo III -

Financiamento e Partilha de Risco da Inovação e uma terceira de natureza horizontal relativa às Estratégias de Eficiência Colectiva.

No âmbito da sua actividade a Comissão Directiva reuniu 21 vezes ao longo de 2008, relevando dessa actividade, (i) a tomada de decisão de financiamento sobre projectos elegíveis seleccionados e hierarquizados em função do seu mérito, no âmbito dos Sistemas de Incentivos, no SAMA, no SAFPRI, e no âmbito dos projectos de regime especial de inovação; (ii) decidiu ainda sobre os ajustes à decisão de projectos já aprovados e sobre os resultados das alegações contrárias; (iii) procedeu à apreciação do Plano de Comunicação do COMPETE, e (iv) do Plano de Avaliação e correspondente submissão a aprovação superior.

De destacar a coordenação da elaboração, apreciação e aprovação da “Descrição do Sistema de Gestão e Controlo do COMPETE”, para efeitos do disposto no artigo 71.º do regulamento (CE) n.º 1083/ 2006 do Conselho, de 11 de Julho de 2006, analisando e promovendo em consequência os ajustes e actualizações decorrentes das observações e comentários realizados pela IGF e pela Comissão Europeia.

A Comissão Directiva apreciou e aprovou as Minutas de Contrato relativas aos diferentes instrumentos do Programa, submetendo seguidamente à aprovação da CMC quando apropriado. Igualmente, promoveu a elaboração e aprovação dos Regulamentos Específicos, em falta, para permitir operacionalizar todos os instrumentos do Programa.

Assegurou como lhe está atribuído a articulação com as Comissões Directivas dos Programas Operacionais regionais, numa perspectiva da gestão coordenada dos Sistemas de Incentivos ao investimento empresarial apoiados pelo FEDER, no que respeita nomeadamente à elaboração e aprovação do Plano Anual de Concursos dos Sistemas de Incentivos - 2008, promoção da abertura dos avisos para apresentação de candidaturas, e funcionamento da Comissão de Selecção dos Sistemas de Incentivos.

Assegurou a boa gestão financeira do Programa, no seguimento dos princípios e normativos regulamentares, tendo aprovado os protocolos para o estabelecimento do regime de fluxos financeiros entre o IFDR, a AG do COMPETE e os Organismos Intermédios Pagadores.

Assegurou a coordenação da gestão estratégica e operacional do Programa no âmbito das competências atribuídas.

Refira-se, ainda, que analisou diversos assuntos de gestão corrente da Autoridade de Gestão, designadamente, os decorrentes da configuração final do Secretariado Técnico e afectação ainda que provisória das pessoas da EAT do PRIME que foram colocadas na dependência da Autoridade de Gestão do COMPETE.

O Modelo de Governação definido estabelece que a Comissão Directiva do COMPETE assegura a articulação com as Comissões Directivas dos PO Regionais no âmbito dos Sistemas de Incentivos ao investimento empresarial, visando a eficácia e uma gestão coordenada.

No âmbito da Rede Incentivos QREN foi efectuado em Alcobaça nos dias 17 e 18 de Janeiro, em regime de residência, um conjunto sucessivo de sessões de formação sobre os Sistemas de Incentivos na Agenda da Competitividade, visando divulgar junto dos técnicos da Rede de Sistemas de Incentivos, na fase de arranque dos SI do QREN, informação relevante, fomentando o espírito de rede e a harmonização de conceitos e práticas.

PROGRAMA
18 DE JANEIRO

9:50h - Recepção dos participantes

10:00h - Sessão E: SI Qualificação de PME, objetivos, conceitos, tipologias de projecto, prioridades nos Avisos de Abertura, formulários e ferramentas de análise
Fátima Valente (POFC)
Pedro Cúrio (AFME)

11:50h - Coffee-break

12:00h - Sessão E (continuação)

13:00h - Almoço

14:40h - Sessão F: SI Inovação, objectivos, conceitos, tipologias de projecto, prioridades nos Avisos de Abertura, formulários e ferramentas de análise
Fátima Valente (POFC)
Fernando Afonso (POFC)
Rosa Maria Simões (ACEP)
Elisabete Félix (Turismo de Portugal)

17:30h - Questões e Debate

DOCUMENTAÇÃO SOBRE O SEMINÁRIO:
Para obter a documentação deste Seminário, aceda à Área Reservada do site www.pofc.gren.pt



PO FACTORES DE COMPETITIVIDADE

SEMINÁRIO DE FORMAÇÃO

Alcobaça
17 e 18 de Janeiro de 2008

www.incentivos.gren.pt

www.pofc.gren.pt



PROGRAMA
17 DE JANEIRO

10:00h - Recepção dos participantes

10:30h - Sessão A: Agenda da Competitividade, objectivos, tipologias de intervenção e modelo de implementação
Nelson de Souza (POFC)
Mário Rui Silva (PO Norte)

11:45h - Coffee-break

12:00h - Sessão B: Auxílios de Estado e enquadramento nacional dos sistemas de incentivos, novos detalhes e abordagens
Arturo Marques (PO Centro)
Daniel Calado (POFC)
Dina Ferreira (POFC)

13:30h - Almoço

14:40h - Sessão C: Sistemas de Incentivos QREN - Rede, Informação e Conhecimento
Alcino Barbosa (POFC)
Jorge Abação (POFC)
Júlio Correia (PO Alentejo)

15:30h - Coffee-break

16:40h - Sessão D: SI I&D+i, objectivos, conceitos, tipologias de projecto, prioridades nos Avisos de Abertura, formulários e ferramentas de análise
Isabel Matos (POFC)
Conceição Moreno (POFC)
Paula Fonseca (AdI)

18:30h - Questões e Debate

20:00h - Jantar

AGENDA OPERACIONAL FACTORES DE COMPETITIVIDADE

Estabelece os seguintes objectivos específicos:

- Qualificação do tecido produtivo, por via do upgrading do perfil de especialização e dos modelos empresariais;
- Maior orientação para os mercados internacionais do conjunto da economia portuguesa, por via do incremento da produção transnacional ou internacional;
- Qualificação da Administração Pública e da eficiência da acção do Estado, por via do modernização da Administração Pública e da promoção de uma cultura de serviço público centrada no cidadão e nas empresas;
- Promção de uma economia baseada no conhecimento e na inovação, por via do estímulo ao desenvolvimento científico e tecnológico e ao fomento do empreendedorismo.

Estes objectivos de natureza estratégica são prosseguidos não só pelo Programa Operacional Factores de Competitividade, mas também pelos Programas Operacionais Regionais (os quais se encontram estruturados tematicamente e por forma a assegurar a prossecução, à escala regional e de acordo com as especificidades e potencialidades de cada região, das prioridades temáticas relativas aos Factores de Competitividade).

Esta Agenda única é suportada pela instituição de mecanismos de articulação em rede, de partilha eficiente de informação, e, em casos a definir, de coordenação entre a gestão do PO Factores de Competitividade e a do PO Regionais do Continente.



A formação permitiu aos cerca de 90 formandos: (i) possuir um claro conhecimento da Agenda da Competitividade e da sua forma de operacionalização, tendo em conta as especificidades dos vários PO; (ii) conhecer as regras impostas pelas novos enquadramentos comunitários em matéria de auxílios de Estado; (iii) possuir um profundo conhecimento dos Sistemas de Incentivos, nas suas várias dimensões (objectivos, conceitos, tipologias de projecto, processo de decisão), (iv) possuir um profundo conhecimento das prioridades, das etapas processuais a implementar e dos mecanismos de avaliação estabelecidos nos Avisos de Abertura, e (v) conhecer o modelo de operacionalização em rede e respectivo sistema de informação.

A formação foi organizada nos seguintes 6 módulos:

Módulos Gerais:

Módulo A - Agenda da Competitividade, objectivos, tipologias de intervenção e modelo de implementação;

Módulo B - Auxílios de Estado e enquadramento nacional dos sistemas de incentivos, novos desafios e abordagens;

Módulo C - Rede de operacionalização e sistema de informação;

Módulos Específicos:

Módulo D - SI I&DT, objectivos, conceitos, tipologias de projecto, prioridades nos Avisos de Abertura, formulários e ferramentas de análise;

Módulo E - SI Qualificação de PME, objectivos, conceitos, tipologias de projecto, prioridades nos Avisos de Abertura, formulários e ferramentas de análise;

Módulo F - SI Inovação, objectivos, conceitos, tipologias de projecto, prioridades nos Avisos de Abertura, formulários e ferramentas de análise.

A 17 de Setembro nas instalações da CCDR Algarve em Faro foi efectuada uma reunião de dia inteiro com o objectivo de reflexão/ avaliação do primeiro ano de implementação da Rede Incentivos QREN. Esta sessão envolveu mais de 50 participantes dos seis PO e dos Organismos Intermediários (para além do IFDR e Observatório do QREN) e traduziu-se na identificação de um conjunto de propostas de melhoria.

Ainda no âmbito da Rede Incentivos QREN refira-se que foram efectuadas ao longo de 2008, 18 reuniões da Comissão de Selecção, envolvendo a análise e debate em torno de mais de mil projectos que foram objecto de apreciação e de temáticas relacionadas com a Rede, nomeadamente ao nível de processo e de critérios de avaliação do mérito dos projectos.

Relembre-se que o modelo de gestão dos sistemas de incentivo no âmbito do QREN, estabelecido através do Decreto-Lei n.º 287/ 2007, de 17 de Agosto⁵, determina que os apoios previstos nos sistemas de incentivos às empresas são decididos a nível nacional ou

⁵ Alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 74/ 2008, de 22 de Abril.

a nível regional de acordo com os seguintes critérios:

- Gestão nacional - projectos promovidos por médias e grandes empresas;
- Gestão regional - projectos promovidos por micro e pequenas empresas.

Assim, tendo em conta o âmbito territorial do COMPETE e dos PO Regionais, bem como o que ficou definido nos regulamentos específicos, o enquadramento de um projecto localizado nas regiões de Convergência Norte, Centro ou Alentejo no âmbito do QREN é efectuado do seguinte modo.

QUADRO 2.1 - DETERMINAÇÃO DA AUTORIDADE DE GESTÃO COMPETENTE

Tipologia de Projecto	COMPETE	PO Regional
SI I&DT - Proj. de I&DT em Co-Promoção	Liderados por Médias empresas e empresas não PME; Liderados por Micro ou Pequenas empresas, com investimento em várias regiões de Convergência ou com instituições do sistema científico e tecnológico de Lisboa e/ou Algarve	Liderados por Micro ou Pequenas empresas, com investimento em apenas uma região de Convergência
SI I&DT - Projectos Mobilizadores	Todos os projectos	-
SI I&DT - Projectos de I&DT Individuais SI I&DT - Núcleos e Centros de I&DT SI I&DT - Projectos Demonstradores SI I&DT - Vale I&DT SI PME - Proj. Individual e em Cooperação SI PME - Vale Inovação SI Inovação - Inovação Produtiva SI Inovação - Empreendedorismo Qualificado;	Promovido por Médias empresas e empresas não PME; Promovido por Micro ou Pequenas empresas, com investimento em várias regiões de Convergência	Promovido por Micro ou Pequenas empresas, com investimento em apenas uma região de Convergência
SI I&DT - I&DT Colectiva SI PME - Projectos Conjuntos	Localizado em várias regiões de Convergência	Localizado em apenas uma região de Convergência

Foi desenvolvido durante o ano de 2008 (tendo sido aprovado já durante o ano de 2009) um Manual de Procedimentos da Rede Sistemas de Incentivos QREN, tendo em vista a definição dos procedimentos inerentes às funções a executar pelos intervenientes da Rede, no completo cumprimento de todos os normativos comunitários e nacionais, no que concerne às diversas funções inerentes à prossecução da estratégia para a melhoria da

competitividade da economia portuguesa.

Conforme explicitado nos pontos posteriores, a Rede optou pelo desenvolvimento conjunto de um exercício de avaliação dos Sistemas de Incentivos no âmbito do sistema de monitorização do COMPETE. No âmbito deste exercício irá proceder-se à inquirição de amostras dos promotores de projectos candidatos aos Sistemas de Incentivo (com decisão positiva e negativa), no sentido de criar um observatório permanente quer de sensibilidade face aos ritmos de execução do investimento quer de recolha de propostas de melhoria sistémicas.

2.1.2 ACTIVIDADES DE ACOMPANHAMENTO

Tendo em conta que o ano de 2008 pode ser considerado como o primeiro ano em velocidade cruzeiro, foram preparados, por parte dos serviços técnicos de apoio à Comissão Directiva do COMPETE, vários pontos de situação periódicos e outros apuramentos de interesse para a gestão da Agenda da Competitividade (AC), incluindo dados referentes aos PO Regionais, enviados aos membros da Rede e aos membros do Governo que tutelam a referida AC.

De forma específica são distribuídos os seguintes pontos de situação:

- Ponto de Situação Semanal da Agenda da Competitividade;
- Ponto de Situação Semanal do Programa COMPETE;
- Contributo do Programa para o relatório mensal de monitorização operacional do QREN da responsabilidade do IFDR/ Observatório do QREN;
- Lista dos projectos aprovados para divulgação mensal nos sítios do Programa COMPETE e da Rede Sistemas de Incentivos QREN;
- Pontos de Situação Temáticos (Sector Automóvel, Sector da Madeira e Mobiliário, Indústria Têxtil, Vestuário e Calçado, etc.);
- Resumo das candidaturas recepcionadas, aquando do encerramento das fases de recepção de candidaturas;

- Resumo das candidaturas aprovadas, com previsão de resultados, após as Comissões de Selecção.

No âmbito da Monitorização do Programa foi instituído um Sistema assente em processos/ iniciativas que conduzam a melhorias contínuas na concepção, na execução e na implementação de políticas públicas, visando quatro grandes domínios de objectivo:

- Planeamento/ eficiência;
- Responsabilidade (demonstrar que o Programa alcançou os seus objectivos e de que forma utilizou os seus recursos);
- Eficácia na implementação (aumentar a eficiência e a eficácia da implementação e gestão);
- Capacitação institucional (melhorar e desenvolver as capacidades internas, aumentar a participação e o envolvimento dos *stakeholders* do Programa).

O sistema de monitorização e acompanhamento do COMPETE está a ser construído numa lógica de operacionalização modular e de melhoria contínua, tendo presente as diferentes necessidades de informação e reflexão ao longo do ciclo de vida do Programa. Tem ainda presente, o princípio da parceria, na medida em que prevê uma divulgação alargada através de Pontos de Situação, com informação relevante em termos de acompanhamento do Programa, aos membros da Comissão de Acompanhamento e ao público em geral via *site* do Programa, assim como incorpora os resultados da auscultação directa junto dos promotores e das reuniões bilaterais realizadas com os Organismos Intermédios e Autoridades relevantes nacionais.

Para além de um quadro de indicadores chave de monitorização física e financeira do Programa, que inclui uma lógica de antecipação de riscos, o Sistema incorpora no caso dos Sistemas de Incentivos:

- Inquirição de uma amostra representativa de beneficiários cerca de 6 meses após a comunicação da decisão aos promotores de cada Concurso (questões centradas no ritmo de execução, relacionamento institucional - intervenção dos Organismos Técnicos, opinião acerca dos formulários/ processo administrativo subsequente (contratação, pagamentos), propostas de melhoria dos Sistemas de Incentivo (SI));

- Inquirição de uma amostra representativa de promotores de candidaturas não elegíveis cerca de 6 meses após a comunicação da decisão (opinião acerca dos formulários/ processo administrativo subsequente (alegações contrárias), informação e conhecimento do SI, realização do investimento mesmo sem apoio;
- Inquirição de uma amostra representativa de beneficiários de projectos encerrados há um ano (questões centradas nos resultados e impactes).

Para projectos de natureza mais colectiva e associados a bens públicos e falhas de sistema, serão criadas equipas de acompanhamento que assumirão igualmente um papel proactivo junto dos promotores, no sentido de uma maior eficiência e eficácia.

Finalmente, e em sintonia com uma filosofia em que se pretende ser agente da mudança e de disseminação de conhecimento, está prevista a criação no *site* do Programa de páginas com conteúdos especializados e com uma linguagem dirigida para os públicos alvo em questão (ex. síntese dos resultados de projectos de I&D, de acções colectivas - manuais/ sites, *fora* de discussão e de partilha de experiencias, divulgação de exemplos de projectos de investimento, etc.).

2.1.3 INSTRUMENTOS DE OPERACIONALIZAÇÃO

Neste ponto explicitam-se as principais actividades associadas à operacionalização do Programa que envolvem, nomeadamente a elaboração e aprovação dos Regulamentos Específicos, a elaboração dos Avisos e Editais para Apresentação de Candidaturas, a construção de referenciais de pontuação do Mérito dos Projectos, a elaboração e teste dos formulários electrónicos de candidatura e respectivos guias de apoio, a elaboração e teste das ferramentas de análise, a aprovação de minutas de contrato, a elaboração do Manual de Procedimentos, entre outras actividades.

Sendo actividades desenvolvidas em contínuo, alguns destes instrumentos vão sofrendo processos de ajustamento e melhorias consecutivas, incorporando as alterações decorrentes das diferentes especificidades dos Concursos e o capital de aprendizagem e de reflexão que se vai construindo à medida que se vão encerrando fases de concursos e se avalia do seu potencial de efeitos.

REGULAMENTOS ESPECÍFICOS

Durante o ano de 2008 foram aprovados pela Comissão Ministerial de Coordenação do COMPETE os seguintes Regulamentos:

- SAESCTN - Sistema de Apoio a Entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional - aprovado em 16 de Novembro de 2007 e ratificado em 5 de Março de 2008;
- SAFPRI - Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha de Risco da Inovação - aprovado em 2 de Julho de 2008, com a redacção dada pela 1ª alteração aprovada em 31 de Dezembro de 2008;
- SIAC - Sistema de Apoio a Acções Colectivas - aprovado em 8 de Maio de 2008;
- Assistência Técnica - aprovado em 16 de Julho de 2008;
- Apoios à Formação Profissional - aprovado em 30 de Abril de 2008. Encontram-se abrangidos por este regulamento os projectos que, conjuntamente com investimentos em outros domínios, incluam investimentos em formação profissional e sejam susceptíveis de ser apoiados nos eixos prioritários onde está previsto o accionamento de apoios a acções de formação profissional, designadamente no âmbito dos seguintes sistemas de apoios: a) Sistema de Incentivos à Inovação; b) Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME; c) Sistema de Apoios à Modernização Administrativa; d) Sistema de Incentivos a Acções Colectivas;
- Enquadramento das Estratégias de Eficiência Colectiva - aprovado em 8 de Maio de 2008 (também aprovado pelas CMC dos PO Regionais, pelo Ministro da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas e pelo Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social).

No início de Abril de 2009, tendo em conta o cenário de crise económica nacional e internacional, foram introduzidas alterações nos Regulamentos dos três Sistemas de Incentivos (SI I&DT, SI Inovação e SI Qualificação e Internacionalização de PME) de forma a adaptá-los às novas exigências, numa lógica de simplificação processual e de reforço do incentivo ao investimento qualificante.

De forma sumária, essas alterações foram no sentido de atribuição de maiores níveis de incentivo (aumento das taxas de incentivo, atribuição de prémio de realização e alargamento do período de carência em incentivos reembolsáveis), facilitação e aumento do volume de adiantamentos de incentivos (possibilidade de adiantamento sem garantia, aumento do nível de adiantamento), alargamento da tipologia de projectos apoiáveis (alargamento do conceito de inovação, aplicação ao sector da Construção dos incentivos às PME e I&DT, alargamento do limite de financiamento do equipamento no SI Qualificação e Internacionalização de PME, desde que os investimentos se encontrem ligados à intervenção em factores dinâmicos da competitividade) e de adaptação dos critérios à situação financeira das empresas (menor exigência em termos de rácio de autonomia financeira).

No que diz respeito especificamente ao Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha de Risco da Inovação (SAFPRI), no decorrer do seu processo de implementação constatou-se que a sua complexidade exigia a prorrogação do prazo definido para aprovação pela sociedade gestora do FINOVA de operações iniciadas antes da entrada em vigor deste sistema de apoio, para efeitos de elegibilidade de despesas realizadas a partir do dia 1 de Janeiro de 2007. Assim, por decisão da Comissão Ministerial de Coordenação do PO Factores de Competitividade e da Comissão Ministerial de Coordenação dos PO Regionais, de 31 de Dezembro de 2008, foi fixada a data de 30 de Junho de 2009 como limite para aprovação pela sociedade gestora do FINOVA de operações iniciadas antes da entrada em vigor do SAFPRI, no que respeita à elegibilidade de despesas realizadas a partir de 1 de Janeiro de 2007.

AVISOS/ EDITAIS PARA APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS

Os Avisos para Apresentação de Candidaturas (AAC) no âmbito dos Sistemas de Incentivos são definidos pelas Autoridades de Gestão envolvidas, ouvida a Comissão de Selecção e publicitados nos *sites* dos respectivos PO e no *site* Incentivos QREN (www.incentivos.qren.pt). Os AAC depois de publicados são remetidos para informação ao IFDR e às respectivas Comissões Ministeriais de Coordenação.

Todas as candidaturas são recepcionadas através de formulário electrónico.

Os AAC incorporam um conjunto de informação relevante, reflectindo um dos aspectos inovadores e de grande valia para as empresas potencialmente beneficiárias dos Sistemas

de Incentivos. Para além da identificação dos objectivos e prioridades relativas ao Aviso, explicita-se claramente a metodologia de apuramento do mérito dos projectos e estabelece-se a data limite para comunicação da decisão aos promotores.

Conforme regulamentado, foi publicado a 28 de Janeiro de 2008 o Plano Anual de Concursos para 2008⁶, que calendariza a publicação dos Concursos dos vários instrumentos ao longo de 2008 (cf. Anexo B).

Os concursos abertos durante o ano de 2007 foram objecto de análise por parte da Comissão de Selecção durante o ano de 2008, tendo-se verificado uma média ponderada⁷ de 79 dias corridos, demonstrador de um enorme esforço de rede e de eficácia no cumprimento dos prazos (cf. Cap. 3 para mais detalhe).

QUADRO 2.2 - CONCURSOS ABERTOS EM 2007 - 1ª FASE

Eixo	Tipologia de Projecto	Nº Concurso	Recepção de Candidaturas		Data da Comissão de Selecção	Tempo de Análise (dias corridos)
			Data Início	Data Fim		
Eixo 1	SI I&DT - Proj. Individuais	2007_05	15-Nov-07	01-Fev-08	30-Abr-08	89
	SI I&DT - Proj. em Co-Promoção	2007_05	15-Nov-07	29-Fev-08	05-Jun-08	97
	SI I&DT - Núcleos de I&DT	2007_06	15-Nov-07	31-Jan-08	08-Abr-08	68
	SI I&DT - Centros de I&DT	2007_06	15-Nov-07	31-Jan-08	08-Abr-08	68
Eixo 2	SI PME - Proj. Ind. e em Coop.	2007_01	15-Nov-07	28-Jan-08	01-Abr-08	64
	SI PME - Projectos Conjuntos	2007_02	15-Nov-07	31-Dez-07	27-Fev-08	58
	SI Inovação - Inovação Produtiva	2007_03	15-Nov-07	29-Jan-08	16-Abr-08	78
	SI Inovação - Empreend. Qualif.	2007_04	15-Nov-07	30-Jan-08	24-Mar-08	54
Eixo 4	SAMA	2007_07	20-Dez-07	31-Mar-08	10-Jul-08	101

Fonte: SIPOFC

Durante o ano de 2008 foram consideradas duas fases para apresentação de candidaturas, sendo que apenas os concursos da 1ª fase de 2008 foram objecto de análise por parte da Comissão de Selecção ainda durante o ano de 2008 (com excepção do concurso do SAMA, que foi decidido em 2009).

⁶ Aprovado no mesmo dia por Despacho Conjunto dos Ministros do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e da Economia e da Inovação.

⁷ Ponderada pelo número de candidaturas recepcionadas por concurso.

Relativamente aos concursos decididos em 2008, o tempo médio de análise das candidaturas foi de 83 dias corridos. Relembre-se uma vez mais que este tempo médio representa uma melhoria face aos prazos legais estabelecidos nas respectivas legislações, que já de si comportavam uma significativa melhoria face aos prazos médios de análise do QCA III.

QUADRO 2.3 - CONCURSOS ABERTOS EM 2008 - 1ª FASE

Eixo	Tipologia de Projecto	Nº Concurso	Recepção de Candidaturas		Data da Comissão de Selecção	Tempo de Análise (dias corridos)
			Data Início	Data Fim		
Eixo I	SI I&DT - Projectos Individuais	2008_07	17-Mar-08	15-Mai-08	22-Ago-08	99
	SI I&DT - Proj. de I&DT em Co-Promoção	2008_09	03-Abr-08	15-Jul-08	15-Out-08	92
	SI I&DT - Núcleos de I&DT	2008_08	17-Mar-08	15-Mai-08	22-Ago-08	99
	SI I&DT - Centros de I&DT	2008_08	17-Mar-08	15-Mai-08	22-Ago-08	
	SI I&DT - Proj. Demonstradores	2008_04	03-Mar-08	30-Abr-08	22-Ago-08	-
	SI I&DT - Vale I&DT	2008_11	02-Mai-08	16-Jun-08	14-Jul-08	28
	SI I&DT - I&DT Colectiva (pré-qualificação)	2008_10				
Eixo II	SI PME - Proj. Indiv. e em Coop.	2008_02	15-Fev-08	16-Abr-08	09-Jul-08	84
	SI PME - Projectos Conjuntos	2008_03	15-Fev-08	16-Abr-08	09-Jul-08	84
	SI PME - Vale Inovação	2008_12	02-Mai-08	16-Jun-08	14-Jul-08	28
	SI Inovação - Inovação Produtiva	2008_05	10-Mar-08	23-Mai-08	27-Ago-08	96
	SI Inovação - Empreend. Qualif.	2008_06	10-Mar-08	23-Mai-08	27-Ago-08	96
Eixo IV	SAMA	2008_01	01-Set-08	15-Out-08	18-Mar-09	154

Fonte: SIPOFC

No que se refere aos concursos da 2ª Fase de 2008, foram publicados 15 AAC, envolvendo uma dotação inicial prevista de 256,75 milhões de euros.

QUADRO 2.4 - CONCURSOS ABERTOS EM 2008 - 2ª FASE

Eixo	Tipologia de Projecto	Nº Concurso	Recepção de Candidaturas	
			Data Início	Data Fim
Eixo I	SAESCTN - Projectos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico (IC&DT)	2008/SAESCTN/01	26-Nov-08	06-Fev-09
	SI I&DT - Proj. de I&DT Individuais	2008_21	03-Nov-08	16-Jan-09
	SI I&DT - Proj. de I&DT em Co-Promoção	2008_22	03-Nov-08	16-Jan-09
	SI I&DT - Núcleos de I&DT	2008_23	03-Nov-08	16-Jan-09
	SI I&DT - Centros de I&DT	2008_23	03-Nov-08	16-Jan-09
	SI I&DT - I&DT Colectiva	2008_13	01-Out-08	12-Dez-08
	SI I&DT - Vale I&DT	2008_17	30-Set-08	19-Dez-08
Eixo II	SI PME - Proj. Indiv. e em Coop.	2008_14	30-Set-08	28-Nov-08
	SI PME - Projectos Conjuntos (Internacionalização)	2008_15	30-Set-08	28-Nov-08
	SI PME - Projectos Conjuntos (Outras Tipologias)	2008_16	30-Set-08	28-Nov-08
	SI PME - Vale Inovação	2008_18	30-Set-08	19-Dez-08
	SI Inovação - Regime Geral	2008_19	15-Out-08	31-Dez-08
	SI Inovação - Empreendedorismo Qualificado	2008_20	15-Out-08	31-Dez-08
	SI Inovação - Empreendedorismo Qualificado Feminino	2008_24	02-Dez-08	02-Mar-09
Eixo V	SIAC - Concurso Geral	2008_c1	27-Nov-08	09-Jan-09
	SIAC - Concurso MERCA	2008_c2	15-Dez-08	04-Fev-09

Fonte: SIPOFC

Durante o ano de 2008 foram ainda endereçados 6 convites.

QUADRO 2.5 - CONVITES À APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS, 2008

Eixo	Tipologia de Projecto	Nº Concurso	Beneficiários	Justificação
Eixo III	FINOVA	2008_f1	IAPMEI e Turismo de Portugal	Resulta da tramitação estabelecida para apresentação de candidaturas ao SAFPRI
Eixo IV	SAMA - Operações Globais	2008_cm1	AMA	A AMA é a entidade beneficiária única no caso das Operações Globais.
Eixo V	SIAC	2008_cc1	AICEP, IAPMEI, Turismo de Portugal	AICEP - reforço da competitividade e internacionalização das PME IAPMEI - acção de demonstração das capacidades existentes no país em matéria de inovação, conhecimento e desenvolvimento tecnológico TP - reforço da imagem e notoriedade do destino Portugal

Fonte: SIPOFC

A apresentação de candidaturas ao Vale I&DT e Vale Inovação foi precedida por um concurso para qualificação de entidades do Sistema Científico e Tecnológico (SCT) e de inovação prestadoras dos serviços de I&DT e de consultoria e serviços de apoio à inovação em PME objecto destas tipologias de projecto cujo período de apresentação de propostas decorreu em 2008 e contemplou as seguintes vertentes de qualificação:

- A. Prestação de serviços de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico a PME, conforme o previsto no Regulamento do Sistema de Incentivos à I&DT, relativamente à tipologia de projecto "Vale I&DT";
- B. Consultoria e serviços de apoio à inovação a PME, conforme o previsto no Regulamento do SI Qualificação de PME, relativamente à modalidade de projecto "Projecto Simplificado de Inovação - Vale Inovação".

QUADRO 2.6 - CONCURSO PARA QUALIFICAÇÃO DE ENTIDADES PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE I&DT E INOVAÇÃO NO ÂMBITO DO VALE I&DT E VALE INOVAÇÃO

Concurso	Nº Concurso	Recepção de Candidaturas		Data da Comissão de Selecção	Tempo de Análise (dias corridos)
		Data Início	Data Fim		
Qualificação de Entidades para a Prestação de Serviços de I&DT e para a Consultoria e Serviços de Apoio à Inovação a PME	2008_01	15-Fev-08	14-Mar-08	30-Abr-08	47

Esta fase de pré-qualificação das entidades prestadoras dos serviços a contratar pelas PME teve como objectivo reconhecer um conjunto de competências e condições objectivas (recursos humanos e infra-estruturais, laboratoriais e outros meios materiais, percursos científicos e/ou tecnológicos e de inovação, certificações e acreditações, inserção em redes de competência, reconhecimentos formais, aproximação à realidade empresarial e sustentabilidade económico-financeira, entre outras) que devem balizar a actuação destas organizações, no intuito de assegurar elevados padrões de qualidade dos serviços a prestar, de responsabilidade e de comprometimento e envolvimento com os objectos visados.

Ao estabelecer um conjunto de áreas de qualificação quer para o Vale I&DT (áreas científicas e tecnológicas) quer para o Vale Inovação (áreas de prestação de serviços de inovação), procurou-se estabelecer um conjunto de vectores prioritários de actuação na promoção da inovação empresarial, com enfoque sobre fragilidades estruturais e em factores críticos para a competitividade das PME nacionais.

As entidades candidatas podiam concorrer à qualificação para um único Vale ou para ambos e, no âmbito de cada uma destas tipologias de projecto, a uma ou a várias áreas de qualificação tendo por referência as prioridades estabelecidas no AAC n.º 01/SI/2008.

QUADRO 2.7 - ÁREAS CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS DE QUALIFICAÇÃO DE ENTIDADES PRESTADORAS DE SERVIÇOS NO ÂMBITO DO VALE I&DT E VALE INOVAÇÃO

Âmbito de Intervenção	Áreas de Qualificação
Vale I&DT - Áreas Científicas e Tecnológicas	Ciências e tecnologias do ambiente
	Ciências e tecnologias do mar
	Ciências e tecnologias dos alimentos
	Biotecnologia
	Ciências da saúde
	Tecnologias e ciências dos materiais
	Engenharia mecânica
	Engenharia electrotécnica, automação e controlo
	Tecnologias de informação e telecomunicações
	Engenharia de sistemas
	Sistemas energéticos e novas formas de energia
	Qualidade e segurança alimentar
	Prevenção e redução de riscos
	Gestão industrial
Vale Inovação - Áreas de Prestação de Serviços de Inovação	Organização e gestão de tecnologias de informação e comunicação
	Desenvolvimento e engenharia de produtos, serviços e processos
	I&DT e transferência de tecnologia
	Criação, moda e design
	Comercialização e <i>marketing</i>
	Economia digital
	Qualidade
	Ambiente
	Diversificação e eficiência energética
	Internacionalização

O processo de análise e avaliação das propostas foi realizado pelo Programa, enquanto coordenador de um grupo de trabalho que teve a participação do Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação (IAPMEI) e da Agência de Inovação (ADI).

A análise assentou numa metodologia que permitiu verificar a admissibilidade das entidades candidatas e a avaliação das candidaturas segundo os requisitos de qualificação ou critérios de selecção exigidos.

O Plano Anual de Concursos do COMPETE para 2009 estabelece os períodos indicativos de recepção de candidaturas por concurso, sendo possível que face a situações justificáveis sejam introduzidos novos períodos para recepção de candidaturas, nomeadamente no âmbito das Medidas de combate à crise económica ou decorrentes da operacionalização das Estratégias de Eficiência Colectiva.

Relativamente à Rede Incentivos QREN, o Plano Anual foi aprovado na sua 18.^a reunião da Comissão de Selecção e submetido à consideração dos Ministros da Economia e da Inovação e do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.

QUADRO 2.6 - CONCURSOS PREVISTOS PARA 2009

Sistema	Tipologia de Projectos	Fases - 1º Semestre			Fases - 2º Semestre		
		Início Recepção de Candid.	Fim Recepção de Candid.	Comunic. Decisão ao Promotor	Início Recepção de Candid.	Fim Recepção de Candid.	Comunic. Decisão ao Promotor
SAESCTN	Projectos de IC&DT- Projectos sobre Genómica das Plantas	27-Fev-09	30-Mar-09	31-Jul-09			
	Projectos de IC&DT- Projectos em Física de Partículas - CERN2009	15-Abr-09	29-Mai-09	31-Out-09			
SI I&DT	Vale I&DT	13-Abr-09	13-Mai-09	12-Jun-09	15-Set-09	13-Out-09	10-Nov-09
	I&D Colectiva	14-Abr-09	18-Mai-09	27-Ago-09	14-Set-09	12-Out-09	25-Jan-10
	Projectos demonstradores				01-Set-09	28-Set-09	12-Jan-10
	Núcleos de I&DT	14-Abr-09	18-Mai-09	12-Ago-09	23-Set-09	21-Out-09	20-Jan-10
	Centros de I&DT	14-Abr-09	18-Mai-09	12-Ago-09	23-Set-09	21-Out-09	20-Jan-10
	Projectos individuais	13-Abr-09	14-Mai-09	24-Ago-09	23-Set-09	21-Out-09	03-Fev-10
SI Inovação	Projectos em co-promoção	15-Jun-09	15-Set-09	21-Dez-09	02-Nov-09	15-Jan-10	22-Abr-10
	Projectos de inovação	15-Abr-09	21-Mai-09	31-Ago-09	13-Out-09	09-Nov-09	23-Fev-10
SI Qualif. PME	Projectos de empreendedorismo	15-Abr-09	21-Mai-09	31-Ago-09	13-Out-09	09-Nov-09	23-Fev-10
	Vale Inovação	13-Abr-09	11-Mai-09	08-Jun-09	15-Set-09	13-Out-09	10-Nov-09
	Projectos individuais e em cooperação	07-Abr-09	11-Mai-09	05-Ago-09	15-Set-09	13-Out-09	12-Jan-10
	Projectos conjuntos - internacionalização	20-Abr-09	30-Jun-09	22-Set-09			
SAFPRI	Projectos conjuntos - outras tipologias	07-Abr-09	12-Mai-09	06-Ago-09	31-Ago-09	25-Set-09	23-Dez-09
	FCR - Fundos de Capital de Risco e outros mecanismos de financiamento	17-Jun-09	30-Jul-09	09-Out-09	14-Set-09	30-Out-09	30-Nov-09
SAMA	Operações Individuais e Transversais	17-Jun-09	14-Ago-09	23-Out-09			
SIAC	Projectos de Acção Colectiva	17-Jun-09	30-Jul-09	09-Out-09			

ORIENTAÇÕES TÉCNICAS E DE GESTÃO

Tendo em conta a necessidade de clarificar alguns aspectos de natureza técnica, contribuindo para uma melhor percepção dos instrumentos de apoio, foram publicadas durante, o ano de 2008, as seguintes Orientação Técnica (OT) e de Orientação de Gestão (OG) no âmbito do COMPETE:

- OG 1 - Define a Norma de Pagamentos no âmbito do SAESCTN, SAMA e SIAC;
- OG 2 - Estabelece os procedimentos de verificação de despesa;
- OG 3 - Determina os procedimentos a adoptar na verificação do cumprimento das regras associadas à contratação pública (lançados antes da entrada em vigor do novo regime de contratação pública);
- OG 4 - Determina os procedimentos a adoptar na verificação do cumprimento das regras associadas à contratação pública (lançados após a entrada em vigor do novo regime de contratação pública);
- OG 5 - Estabelece os procedimentos a observar no processo de encerramento dos projectos;
- OG 6 - Define o enquadramento de projectos que respeitam a concursos avaliados em 2007 e que podem beneficiar da aplicação das disposições transitórias, no âmbito do SAESCTN;
- OT 1 - Estabelece a metodologia de cálculo das despesas com o pessoal técnico do beneficiário e, por outro lado, define limites à elegibilidade de despesas e condições específicas de aplicação das disposições transitórias, no âmbito do SAMA.

De forma complementar foram publicadas no âmbito da Rede Incentivos QREN as seguintes OT e OG:

- OG 1 - Esclarecimentos de aspectos referentes à definição do projecto e de sensibilização das empresas aderentes no âmbito do SI Qualificação e Internacionalização das PME (Projectos Conjuntos);
- OG 2 - Esclarecimentos sobre a Pré-Avaliação de projectos no âmbito do SI Inovação;

- OG 3 - Esclarecimentos sobre o limiar de selecção dos Concursos;
- OG 4 - Define a Norma de Pagamentos no âmbito dos Sistemas de Incentivos, com excepção dos Vales I&DT e Inovação;
- OG 5 - Define a Norma de Pagamentos no âmbito do Vale I&DT e Vale Inovação;
- OT 1 - Determina os limites à elegibilidade de despesas, condições específicas de aplicação das despesas elegíveis e metodologia de cálculo das despesas com o pessoal técnico do promotor, no âmbito do SI I&DT;
- OT 2 - Propõe uma metodologia de aferição do impacto no mérito do projecto e no cálculo de despesas elegíveis e incentivo, de variações no número total de empresas participantes no projecto conjunto, identificadas em sede de celebração do contrato de concessão de incentivos, face ao número total de empresas participantes previsto em sede de candidatura, no âmbito do SI Qualificação e Internacionalização das PME (Projecto Conjunto);
- OT 3 - Define a abrangência das despesas elegíveis, no âmbito do Vale Inovação e do Vale I&DT;
- OT 4 - Esclarece as condições de atribuição da Majoração de Empreendedorismo Feminino ou Jovem, no âmbito do SI Inovação;
- OT 5 - Determina condições para aferição do cumprimento da situação económico-financeira equilibrada de uma empresa com início de actividade no ano de apresentação da candidatura, no âmbito dos Sistemas de Incentivos;
- OT 6 - Esclarece a elegibilidade de despesas com instalação de sistemas energéticos para consumo próprio utilizando fontes renováveis de energia, no âmbito do SI Inovação.

Foram ainda publicados os seguintes referenciais:

- “Elaboração do Contrato de Consórcio”, aplicável a todas as tipologias que envolvam consórcios nos Sistemas de Incentivos, nomeadamente, a projectos de I&DT em co-promoção e projectos mobilizadores no âmbito do Sistema de Incentivos à I&DT (SI I&DT) e projectos de cooperação no âmbito do Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação PME) apresentados por consórcios;

- O Turismo de Portugal e a AICEP prepararam um documento identificado como Referencial “Mercados Prioritários” a considerar na metodologia de apuramento do mérito do projecto quando a mesma incluisse um critério de 2.º nível relativo a “Diversificação e prioridades dos mercados-alvo”. Este referencial foi elaborado com base nos mercados-alvo definidos no PENT - Plano Nacional Estratégico do Turismo (Sector Turismo) e nos mercados prioritários no âmbito da estratégia nacional de internacionalização e da reestruturação da rede externa da AICEP (Outros Sectores);
- Interpretação das regras comunitárias “Efeito de Incentivo”;
- “Áreas Territoriais - Projectos Colectivos MERCA” aplicável ao concurso do SIAC n.º 02/ SIAC/ 2008 que visava a promoção de actividades económicas em zonas urbanas, tendo como destinatários, em matéria de território as Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) e as Áreas de Intervenção Territorial dos Projectos Globais URBCOM qualificados no âmbito de anteriores Quadros Comunitários de Apoio.

Destacam-se, ainda, as orientações publicadas no âmbito dos procedimentos de contratação pública, nas quais foram estabelecidas as regras que garantem que, neste âmbito, se prossigam objectivos de transparência e igualdade, assegurando condições justas de concorrência aos fornecedores a aplicar por parte da Autoridade de Gestão e por todos os Organismos Intermédios.

FORMULÁRIOS ELECTRÓNICOS E FERRAMENTAS DE ANÁLISE

Como já foi referido, em termos gerais a apresentação de candidaturas processa-se através de Concursos, ou seja através da publicação de Avisos/ Editais para Apresentação de Candidaturas (AAC)/ Convites, sendo as candidaturas enviadas pela Internet, através de formulário electrónico, disponível, no caso dos sistemas de incentivos, nos *sites* dos respectivos PO e do Incentivos QREN, ou, no caso dos sistemas de apoio do COMPETE, no respectivo sítio de Internet.

Na medida em que, por regra, os concursos podem conter especificações ou definir outras regras em função das prioridades e orientações estratégicas estabelecidas, para cada AAC, registou-se ao longo do ano um intenso trabalho de elaboração e adaptação

dos formulários de candidatura e dos respectivos guias de preenchimento, bem como das ferramentas de análise e cálculo do incentivo que suportam a análise dos Organismos Intermédios.

À semelhança dos sistemas de incentivos e dos sistemas de apoio, também no âmbito do SAFPRI foi desenvolvido um formulário electrónico para admissão de candidaturas que contém toda a informação necessária para a análise e valoração dos projectos, bem como uma Ferramenta de Análise de suporte ao processo de decisão.

Igualmente tem-se vindo a proceder a uma análise reflexiva em torno do formato dos formulários, no sentido da sua simplificação e da diminuição dos custos de contexto dos promotores, sem perda de eficiência em termos de informação relevante para avaliação das candidaturas.

MANUAIS DE PROCEDIMENTOS

Dado o arranque inicial do Programa ter incidido sobretudo nos Sistemas de Incentivo e também devido à gestão partilhada da agenda temática Factores de Competitividade, foi decidido em sede de Rede Incentivos QREN (Comissão de Selecção) a criação de um grupo de trabalho para proceder à elaboração do Manual de Procedimentos, naturalmente centrado nos sistemas de incentivos do QREN. Este instrumento é naturalmente comum ao COMPETE e aos PO Regionais do Continente.

Este grupo de trabalho foi constituído por 4 elementos do COMPETE, um elemento do PO Regional do Centro e um elemento do PO Regional de Lisboa.

Este grupo de trabalho iniciou as suas tarefas com uma primeira reunião em Março de 2008, a qual foi seguida de mais 3 reuniões até conclusão da elaboração de uma 1ª versão interna de trabalho, a qual circulou por todos os intervenientes na Rede Incentivos QREN (Autoridades de Gestão e Organismos Técnicos).

A estas reuniões seguiram-se outras, que ocorreram nas fases de discussão e integração dos contributos recebidos, tendo sido elaboradas mais 2 versões internas de trabalho que igualmente circularam por todos os intervenientes na Rede.

Em Dezembro de 2008 foi submetida à apreciação da Comissão de Selecção a 1ª versão deste Manual, a qual viria a ser aprovada pelas Comissões Directivas dos vários PO entre finais de Janeiro e início de Fevereiro de 2009.

O presente Manual tem como objectivo definir os procedimentos inerentes às funções a executar pelos intervenientes da Rede, no completo cumprimento de todos os normativos comunitários e nacionais, no que concerne às diversas funções inerentes à prossecução da estratégia para a melhoria da competitividade da economia portuguesa.

Como documento dinâmico que se pretende, deverá ser periodicamente, e sempre que se considere necessário, alvo de revisão e actualização em função das diferentes dinâmicas que naturalmente resultam das melhorias introduzidas nas práticas de gestão e nas adaptações dos processos às realidades que se vão introduzindo em convergência com as estratégias definidas.

Em termos de conteúdo, o Manual de Procedimentos dos Sistemas de Incentivo encontra-se organizado ao longo de 16 pontos, que a seguir se apresentam:

1. Objectivo e Âmbito do Manual de Procedimentos
2. Sistemas de Incentivos QREN - Modelo de Gestão
3. Apresentação e Recepção de Candidaturas
4. Análise de Candidaturas
5. Decisão de Projectos
6. Contratação
7. Acompanhamento da Execução
8. Encerramento de Projectos
9. Políticas Comunitárias
10. Desistências e Anulações
11. Recuperações e Irregularidades
12. Dossier do Projecto
13. Procedimentos de Controlo Interno e Auditorias
14. Funcionamento do Sistema de Informação
15. Informação e Publicidade
16. Avaliação.

Com a publicação ainda em 2008 de Avisos para Apresentação de Candidaturas a outros sistemas de apoio do COMPETE que não sistemas de incentivo directos às empresas, foi instituída como prioridade da gestão, no início de 2009, a elaboração do Manual de Procedimentos do Programa. A sua primeira versão foi aprovada a 27 de Fevereiro de 2009.

PROTOCOLO FEADER - FEDER

A 2 de Outubro de 2008, foi assinado o Protocolo entre as Autoridades de Gestão do Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER) e as Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais do QREN, no domínio da Agenda Factores de Competitividade, com vista a regular, de forma específica, a articulação das intervenções do FEADER e do FEDER, no que respeita aos Sistemas de Incentivos às Empresas do QREN.

Desta forma, foram definidas as fronteiras entre os tipos de investimentos financiados por cada um dos Fundos, designadamente, no que se refere a actividades das CAE do sector agrícola e intervenções relativas ao Turismo em Espaço Rural e ao Turismo de Natureza.

PROTOCOLO COMPETE - POPH

Culminando um trabalho de articulação que se desenvolveu ao longo de 2008, foi assinado a 27 de Fevereiro de 2009, o protocolo de Articulação entre o Programa Operacional Factores de Competitividade e o Programa Operacional Potencial Humano.

O protocolo estabelece no seu ponto 1 os “Domínios de clarificação e articulação”, ao nível da formação em inovação e gestão, formação-acção, inserção de trabalhadores, empreendedorismo e formação da administração pública. Estabelece-se, ainda (ponto 2), a necessidade de consulta e troca de informação ao nível das Estratégias de Eficiência Colectiva, Avisos de Abertura de Candidaturas, candidaturas propostas a aprovação, decisões de aprovação, resultados das acções de controlo interno (nas situações avaliadas de potencial sobreposição de despesa e/ou projectos), e outras informações relevantes.

Pretende-se a implementação de canais automáticos de troca de informação entre as duas Autoridades de Gestão.

2.1.4 PLANO DE AVALIAÇÃO

No quadro do modelo de avaliação instituído para o Programa e em estreita articulação com o Plano Global de Avaliação do QREN, considerou-se que o planeamento e conteúdo dos exercícios de avaliação deveriam ser configurados tendo presente dois principais vectores: (i) o posicionamento diferenciado do Programa ao longo do seu ciclo de vida; (ii) os resultados produzidos no sistema de acompanhamento e monitorização do Programa.

A elaboração do Plano envolveu diversos recursos, de forma particular a Unidade de Avaliação do COMPETE, incorporando igualmente os contributos recolhidos ao longo das reuniões dinamizadas a este propósito pelo Observatório do QREN, no âmbito da Rede de Avaliação do QREN, e os decorrentes do processo de articulação com os *stakeholders* mais relevantes do Programa, nomeadamente com os Organismos Intermédios, com diversas Associações Empresariais e promotores.

A Rede de Avaliação, coordenada pelo Observatório do QREN, é constituída por representantes das autoridades de gestão dos PO, das autoridades de coordenação e certificação dos fundos, dos Centros de Racionalidade Temática e dos Centros de Observação das Dinâmicas Regionais. A Rede tem por objectivos acompanhar a execução do Plano Global de Avaliação do QREN, valorizar os exercícios de avaliação, promover a harmonização e articulação, e garantir o respeito pelos princípios fundamentais da independência, transparência e parceria. Para além da cooperação inter-institucional e das articulações decorrentes do modelo de governação do QREN, está implícito o reforço do princípio da parceria, nomeadamente através da organização de eventos específicos (reuniões e seminários temáticos), que permitam uma discussão mais aprofundada dos estudos e resultados das avaliações, para além do acompanhamento e análise genérica efectuada ao nível das Comissões de Acompanhamento e dos Grupos de Acompanhamento (com composição variável de acordo com os exercícios de avaliação em causa). Por outro lado, perspectiva-se uma participação e envolvimento complementares por parte da Comissão Europeia.

O Plano de Avaliação do COMPETE foi aprovado pela Comissão Ministerial de Coordenação em 18 de Dezembro de 2008.

De forma sumária, o Plano de Avaliação do COMPETE considera três principais momentos:

QUADRO 2.7 - PRINCIPAIS EXERCÍCIOS DE AVALIAÇÃO DO COMPETE

Principais Exercícios de Avaliação	Lançamento de Procedimento de Contrat. Pública	Relatório Final
Avaliação inicial, centrada no arranque da operacionalização dos Sistemas de Incentivos - Rede Incentivos QREN (POFC + PO Regionais)	2.º T 2009	Dez.2009
Avaliação de meio percurso, centrada nas realizações e primeiros resultados	Outubro.2010	Junho.2011
Avaliação temática, centrada nos instrumentos e objectivos do Programa (impactes), no quadro das prioridades estratégicas da Agenda da Competitividade e do QREN	<ul style="list-style-type: none"> ▪ <i>Sem calendarização pré-definida, de acordo com os resultados da monitorização e da avaliação intercalar do Programa;</i> ▪ <i>Alguns dos temas poderão corresponder a aprofundamentos da avaliação intercalar.</i> 	

Tendo presente, que os primeiros instrumentos a serem operacionalizados no COMPETE foram os Sistemas de Incentivos e que o início da análise da primeira fase de candidaturas (que se iniciou a 15 de Novembro de 2007) ocorreu em Fevereiro de 2008, o exercício de avaliação inicial não poderia deixar de se centrar neste instrumento transversal do QREN, a três principais níveis:

- Modelo de governação;
- Modelo de análise das candidaturas;
- Critérios de selecção e grelhas de análise.

Por se tratar de uma avaliação transversal, envolvendo mais do que um PO, será desenvolvida no plano Fundo (FEDER) da responsabilidade do IFDR.

Após a avaliação inicial com foco nos Sistemas de Incentivos, considera-se pertinente a realização ao longo do ciclo de vida do Programa, de um conjunto de avaliações externas temáticas para além da avaliação intercalar, não obstante os trabalhos de monitorização e de avaliação interna desenvolvidos, poderem identificar novos exercícios de avaliação a aprofundar:

- Contributo do Programa para a renovação do modelo empresarial e do padrão de especialização, incluindo o contributo para o incremento da produção

transaccionável ou internacionalizável e para uma maior orientação e reconhecimento nos mercados internacionais (nomeadamente ao nível das exportações e marcas portuguesas internacionais);

- Contributo do Programa para a eficiência das políticas públicas, em particular para a redução dos custos públicos de contexto, nomeadamente através da simplificação dos procedimentos administrativos com reflexo nas condições e no desempenho de funções de interacção do Estado com os agentes económicos;
- Contributo do Programa para a criação de novos conhecimentos (científicos, técnicos e tecnológicos) com vista o desenvolvimento do país e o aumento da sua competitividade (criação de novos conhecimentos apropriáveis pelo sector económico, aumento da I&DT empresarial e empreendedorismo qualificado);
- Eficácia e eficiência do modelo de política Estratégias de Eficiência Colectiva;
- Relevância e contributo do FINOVA para o financiamento da inovação, internacionalização e modernização empresarial das PME.

Em concomitância, o Plano de Avaliação é entendido como em construção e afinação ao longo do ciclo de vida do Programa, pelo que poderá ser alvo de revisão anual ou de ajustamento em função de factos relevantes decorrentes do Sistema de Monitorização, para além das propostas resultantes da análise do Programa pela Comissão Ministerial do Programa, pela Comissão de Acompanhamento do Programa e pelas iniciativas de articulação e discussão dinamizadas no âmbito da Rede de Avaliação. Relembre-se que o Sistema de Monitorização incorpora a auscultação/ envolvimento dos diversos *stakeholders* do Programa.

A unidade funcional do COMPETE “Gestão Estratégica e Avaliação” integra uma equipa de trabalho orientada para a função de avaliação numa lógica de projecto. Dado o enquadramento institucional desta unidade de avaliação específica, permite uma articulação horizontal na Organização e o efeito de aprendizagem gerado pelos resultados dos diferentes exercícios de avaliação.

Esta equipa é dinamizada por três elementos e assegura a articulação com a gestão do Programa e entre as funções de avaliação e monitorização do Programa, para além de coordenar, desenvolver, acompanhar e avaliar todas as tarefas associadas ao processo de avaliação (quer seja interna ou externa). De acordo com a natureza temática dos

exercícios de avaliação, poderão ser chamados a integrar a equipa de avaliação, responsáveis e técnicos das respectivas áreas temáticas.

2.2 SISTEMA DE INFORMAÇÃO

O Sistema de Informação compreende todas as actividades que permitam recolher, validar, tratar, transmitir e utilizar informação ao longo do ciclo de vida das operações, visando apoiar a gestão, o acompanhamento e a avaliação do PO e promover a sua divulgação.

Neste contexto, o Sistema de Informação compreende dois níveis de acesso: o de suporte às actividades de gestão, acompanhamento, avaliação e controlo e o de informação para divulgação, acessível a todos os potenciais interessados, com o objectivo de assegurar a maior universalização do público-alvo usando, designadamente, a *Internet*.

A dimensão e complexidade da informação necessária à gestão global, ao acompanhamento dos projectos, ao controlo e avaliação exigiu um sistema de informação que, tomando como referencial o Sistema de Informação existente no anterior período de programação, fosse capaz de dar resposta às necessidades essenciais de gestão do Programa, bem como garantir a sua interligação ao sistema do QREN.

Tendo o ano de 2007 marcado o arranque do Sistema de Informação do Programa Operacional Factores de Competitividade (SI POFC), o ano de 2008 traduziu-se, ao nível do Sistema de Informação, por um ano de intenso trabalho de desenvolvimento e aperfeiçoamento das suas funcionalidades.

O Sistema de Informação do Programa Operacional Factores de Competitividade é um sistema de rede comum e centralizado na medida em que nele residem todas as informações necessárias ao cumprimento de obrigações atribuídas à Autoridade de Gestão (AG). O SI POFC assegura, de forma fiável e validada, o registo e armazenamento informatizado de dados contabilísticos de cada operação e a recolha de dados sobre a execução necessários para a gestão financeira, o acompanhamento, as verificações, as auditorias e a avaliação, tal como previsto na alínea c) do art.º 60.º do Regulamento (CE) n.º 1083/ 2006, bem como os constantes do Anexo III ao Regulamento (CE) n.º 1828/

2006.

O SI POFC já se encontra operacional em todas as dimensões e está plenamente capacitado para assegurar a disponibilização de todas as informações que a AG necessita para cumprimento das suas responsabilidades. Toda a informação relevante requerida e produzida é integralmente registada no SI POFC, com validação prévia à entrada neste sistema.

Com efeito, a Autoridade de Gestão definiu nos protocolos celebrados com os Organismos Intermédios (OI) - designados por Organismos Técnicos no caso dos Sistemas de Incentivos - as condições relativas ao registo do exercício das funções delegadas. Assim, conforme aquela definição os OI são responsáveis, a partir da formalização da candidatura até ao encerramento das operações, pela actualização permanente do sistema de informação da Autoridade de Gestão. Aquela actualização, nos termos dos mesmos protocolos, é assegurada através do registo ou transferência de informação, de modo a que o sistema de informação da AG reflecta, a todo o momento a situação em que se encontram as operações. Adicionalmente, nos casos de transferência de dados entre sistemas, as especificações e exigências de informação são previamente determinadas pela Autoridade de Gestão.

Importa ainda referir que qualquer dos OI poderá em qualquer momento optar por utilizar o SI POFC em toda a sua extensão e com idêntica operacionalidade e eficácia.

O SI POFC constitui, independentemente da existência de outros sistemas de informação, a única base de informação relativa ao Programa, quer para efeitos de relacionamento com a Autoridade de Certificação, quer para efeitos de cumprimentos das demais obrigações definidas na regulamentação comunitária.

Todas as organizações que se relacionam com o SI POFC utilizam ferramentas informáticas que foram definidas e/ou especificadas pela AG do POFC:

- a) os beneficiários utilizam obrigatoriamente “formulários electrónicos” quer para a apresentação de candidaturas, quer para os “pedidos de pagamento”;
- b) os organismos intermédios, bem como a própria AG, utilizam obrigatoriamente ferramentas pré-definidas quer para a fase de análise de candidaturas (FACI) quer para a fase de verificação de despesa (FAPPI - Ferramenta de Análise de Pedido de Pagamento de Incentivo); estas ferramentas normalizam todo o processo de

análise, incluindo o cálculo das despesas elegíveis e do financiamento do FEDER, e durante a fase da verificação da despesa, a sua elegibilidade e o cálculo do financiamento a pagar.

Para o relacionamento do SI POFC com entidades terceiras a AG do COMPETE criou um conjunto de “interfaces” que lhes permitem dialogar com o mesmo. Estas “interfaces” são sustentadas em diversas tecnologias, sendo de realçar a “internet” para os beneficiários e “web services” para as ligações externas mais complexas. De entre os “interfaces” mais usados pelos Organismos Intermédios, salienta-se o SGO (Sistema de Gestão Operacional) que se constitui como a ferramenta privilegiada para o “input” de dados no SI POFC para os Organismos Intermédios, bem como de consulta e de “query” de dados correspondentes às diversas fases do Programa.

A este nível salienta-se também que as trocas de informação com o Instituto Financeiro do Desenvolvimento Regional (IFDR), para efeitos de pedidos de certificação de despesas são igualmente suportadas em protocolos especializados (*web services*).

Sob o ponto de vista técnico, toda a informação residente no SI POFC encontra-se armazenada em bases de dados, as quais por sua vez estão residentes nos diversos equipamentos informáticos que o sustentam. Estas bases de dados (e ainda menos os equipamentos físicos) não devem ser confundidas com a estrutura da informação residente no SI POFC sobre cada uma das operações em todas as fases do seu “ciclo de vida”.

No entanto, por simplificação de linguagem comunicacional, podemos indicar a existência de “módulos” que correspondem às fases mais relevantes de uma operação.

QUADRO 2.8 - MÓDULOS DE INFORMAÇÃO DO SI POFC

"MÓDULOS" DE INFORMAÇÃO											
Módulos "Ciclo de Vida do Projecto"								Outros Módulos e Funcionalidades			
Candidaturas	Desistências e Anulações	Análise e Parecer	Parecer da Comissão de Seleção	Decisão	Contratação	Pagamentos	Despesas	Encerramento	Acompanhamento (metas de gestão / execução)	Controlo interno	Pedidos de certificação

A informação residente no SI POFC pode ser acedida quer pelos Organismos Intermédios, quer pela Autoridade de Gestão (de acordo com as regras de acesso definidas), através de interfaces adequados ao perfil operacional de cada utilizador.

O registo e tratamento de dados para efeitos de gestão, acompanhamento e controlo interno, auditorias e avaliação materializam-se em módulos "autónomos" e em módulos de "output" cuja informação é tratada com base nos dados registados em módulos de "input", como sejam:

- *Módulos autónomos*: Controlo Interno (incluindo registo das acções de controlo realizadas e dos seus resultados) Gestão de Devedores e Comunicação de Irregularidades;
- *Módulos de "output"*: Acompanhamento do Programa (incluindo o controlo orçamental por Eixo, os indicadores físicos de acompanhamento, as metas de gestão e de execução); Pedidos de Certificação ao IFDR.

O SI POFC funciona suportado por uma Rede que, em termos de arquitectura, conjuga duas ópticas: a lógica dos sistemas de apoio integrados no Programa (Eixo, medidas,

acções, regulamentos, concursos, etc.) e a da organização institucional atendendo às competências pela gestão operacional dos projectos (Autoridade de Gestão, Organismos Intermédios, Organismos que emitem parecer especializado), com o objectivo de tratar uniformemente os projectos da mesma tipologia, independentemente da entidade (Autoridade de gestão ou Organismos Intermédios) responsável pela sua gestão operacional.

Dessa forma, avançou-se na uniformização de critérios e métricas, no tratamento dos processos e na disponibilização de formulários e ferramentas de análise comuns tendo estas normas e procedimentos já sido extensíveis às fases de decisão, contratação e execução e encerramento dos projectos.

A implementação desta rede envolveu dois aspectos essenciais: o aspecto material da existência de uma infraestrutura suportada na rede informática do Ministério da Economia e a tradução em mecanismos automáticos de relações institucionais entre os Organismos envolvidos.

A arquitectura geral do SI POFC baseia-se nas seguintes funcionalidades:

A. Atendimento Automático de Candidaturas - Com ligação directa e permanente à Internet e recebe as candidaturas preparadas com os formulários disponibilizados, em função dos sistemas e das tipologias de projecto, nos portais Incentivos QREN e POFC, no caso particular do SAESCTN também através do Portal da FCT, na sequência dos Avisos de Apresentação de Candidaturas publicados nos referidos portais. Emite recibos provisórios de candidatura, verifica versões de formulários, emite alertas sobre fechos de concurso e formulários desactualizados.

B. Distribuição Automática de Candidaturas - Recolhe as candidaturas do atendedor e mediante algoritmos específicos e parametrizáveis em função dos avisos de abertura dos concursos e das tipologias de projectos faz:

- a validação dos dados da candidatura;
- a atribuição da data de candidatura e a respectiva numeração;
- a determinação do Organismo Técnico de Análise;
- a afectação da candidatura à Autoridade de Gestão ou um Organismo Intermédio;

- a disponibilização de dados para o acompanhamento da situação dos projectos nos portais Incentivos QREN e POFC e nas consolas de clientes dos Organismos Intermédios.

C. O Sistema de Gestão Operacional (SGO) - Através de um interface *web* fornece um conjunto especializado de serviços de natureza operacional específicas para cada tipologia e perfil de utilizador (formulários electrónicos de candidatura e de pedidos de pagamento, importadores de candidaturas, listas diversas, etc.), e disponibiliza ainda um conjunto de ferramentas adequadas a cada processo e para cada sistema de incentivos (ex: pareceres especializados) de forma a garantir a uniformidade de actuação e de critérios aos Organismos Intermédios.

Todas estas funcionalidades são suportados em tecnologias de bases de dados robustas e fiáveis.

2.3 CONTROLO INTERNO

A concepção do modelo de Controlo Interno e sua implementação pela Autoridade de Gestão, visa garantir a estrita conformidade de todos os procedimentos definidos e a sua aplicação pelos Organismos Intermédios e Secretariado Técnico do COMPETE, bem como assegurar uma melhoria contínua dos processos e procedimentos de gestão.

Estas funções estão atribuídas a uma área horizontal e de suporte da Autoridade de Gestão do COMPETE, a área do Controlo Interno, que com base no critério de risco desencadeia/propõe as medidas de gestão necessárias quer numa lógica de prevenção quer de correcção.

Neste sentido é conferida à área do Controlo Interno a missão de conceber, desenvolver e implementar um sistema de controlo interno que permita assegurar que o sistema de gestão e controlo do Programa funciona de forma eficaz, previne e detecta as situações de irregularidades, tendo em vista a adopção das medidas correctivas oportunas e adequadas, no quadro da concretização dos objectivos que presidem ao exercício das funções de auditoria do QREN.

Desta forma, a operacionalização do Controlo Interno passa por:

- Identificar e avaliar os factores de risco para a boa execução do Programa, determinar a estratégia de resposta de risco e as respectivas actividades de controlo a implementar;
- Assegurar que, em sede de controlo interno, são realizadas auditorias de sistema a fim de verificar o funcionamento do sistema de gestão e controlo do POFC;
- Assegurar que são efectuadas auditorias de controlo interno em projectos/operações, com base em amostragem adequada, que permitam verificar a fiabilidade das despesas declaradas e validadas pelos Organismos Intermédios (OI) ou, nas situações em que não há OI, pelas áreas competentes do Secretariado Técnico;
- Definir e implementar procedimentos para acompanhar a aplicação de recomendações e medidas correctivas resultantes dos controlos internos;
- Assegurar a ligação operacional com a Autoridade de Auditoria e, em articulação com esta, verificar se foi dado cumprimento às normas nacionais e comunitárias aplicáveis nos apoios a projectos/operações, nomeadamente, quanto à validade da despesa apresentada;
- Promover a articulação entre o COMPETE, os Organismos Intermédios e entidades externas ao Programa, no âmbito das actividades de controlo;
- Promover difusão de informação sobre matérias relacionadas com as actividades de controlo;
- Assegurar a necessária articulação com as demais áreas do Secretariado Técnico.

Este modelo de controlo interno baseia-se na existência de auditorias de gestão com uma previsível periodicidade anual, seleccionadas através de um processo de amostragem representativa que garanta a cobertura de todas as tipologias de intervenção e estruturas técnicas envolvidas.

Os procedimentos de controlo interno implementados pela Autoridade de Gestão do COMPETE não relevam para o esforço de controlo, embora a avaliação da sua fiabilidade seja fundamental para:

- A avaliação do risco a efectuar pela autoridade de auditoria (IGF);
- A definição dos parâmetros de amostragem, incluindo a dimensão das amostras, a efectuar pelas estruturas de auditoria segregadas (IFDR).

Tendo sido aprovado o COMPETE no último trimestre de 2007 e sendo exigido nos termos do disposto no artigo 71.º do Regulamento (CE) n.º 1083/ 2006 do Conselho, de 11 de Julho de 2008, a apresentação à Comissão Europeia de uma descrição do sistema de gestão e controlo antes da apresentação do primeiro pedido de pagamento intermédio ou no prazo de doze meses a contar da data de aprovação do respectivo PO, uma das principais actividades desenvolvidas durante o ano de 2008 reporta à elaboração da descrição do sistema de gestão e controlo do POFC, bem como dos Manuais de Procedimentos dos Sistemas de Incentivos e COMPETE.

Estas actividades culminaram com a apresentação da descrição do sistema de gestão e controlo do Programa à IGF, enquanto organismo de avaliação de conformidade, a 1 de Outubro de 2008.

Em 6 de Outubro de 2008 a IGF enviou à CE, através do SFC 2007, a descrição do sistema de gestão e controlo do POFC juntamente com um relatório e um parecer relativamente à sua conformidade com os artigos 58º e 62º do Regulamento (CE) nº 1083/2006.

A 4 de Dezembro de 2008 a Comissão Europeia transmitiu à IGF um conjunto de observações, considerando que os documentos apresentados não cumpriam as disposições dos artigos 58.º a 62.º do Regulamento (CE) n.º 1083/ 2006. Os trabalhos seguintes foram no sentido de adequar a explicitação do Sistema às observações sugeridas pela CE e IGF.

Não tendo sido possível concluir, durante o ano de 2008, o processo de aceitação e aprovação pela CE da descrição do sistema de gestão e controlo do COMPETE, as actividades desenvolvidas pela área de Controlo Interno centraram-se na:

- Participação nos grupos de trabalho no âmbito da reflexão e melhoria da eficácia e eficiência do PO;

- Participação na elaboração e revisão da legislação, orientações de gestão e Orientações Técnicas;
- Colaboração na elaboração/actualização dos Manuais de Procedimentos e na Descrição do Sistema de Gestão e Controlo do COMPETE;
- Articulações com as demais áreas operacionais e horizontais do Secretariado Técnico, em todas as tarefas relacionadas com a gestão global do Programa;
- Implementação dos procedimentos de selecção, aprovação e contratação das candidaturas à medida de Assistência Técnica do COMPETE referentes aos anos 2007/2008 e 2009.

Não se tendo verificado qualquer anulação total ou parcial de uma operação, não se registou nenhuma correcção financeira no âmbito dos projectos com execução nem utilização das respectivas verbas.

Uma vez que não há qualquer projecto encerrado, não se registou qualquer alteração substancial antes de 3 anos (para PME) ou 5 anos (restantes promotores) após a conclusão da operação em termos da sua natureza ou das suas condições de execução ou que proporcione uma vantagem indevida a uma empresa ou um organismo público, ou em termos de uma mudança na natureza da propriedade de uma infraestrutura ou da cessação de uma actividade produtiva.

3.

IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

Neste capítulo analisam-se os progressos em matéria de realização e execução física e financeira do Programa desde o seu início, dando especial atenção ao ano de 2008.

Nele se incluem o ponto de situação em termos de concretização das metas de realização estabelecidas para o Programa, a metodologia e a listagem das situações de atribuição dos *spill-over effects* e termina-se com a identificação e caracterização dos Grandes Projectos.

Relativamente aos indicadores de realização e resultado do Programa foram construídas fichas de indicador, estabelecendo claramente a sua definição, âmbito, método de cálculo, periodicidade e responsabilidade de recolha. Tendo presente que os indicadores de resultado apenas são apurados em sede de encerramento de projectos, não são apresentados, nesta fase, os indicadores de resultado (no Anexo H encontram-se listados todos os indicadores).

Os dados apresentados reportam-se à situação do Programa a 31 de Dezembro de 2008.

No Anexo E encontram-se listados os projectos aprovados até final de 2008 (excluindo os projectos que foram objecto de anulação até à referida data) e no Anexo G, a lista das entidades qualificadas para a prestação de serviços a PME em projectos de Vale I&DT e Vale Inovação (cf. ponto 3.1.3).

3.1 REALIZAÇÃO FÍSICA GLOBAL E POR EIXO

3.1.1 REALIZAÇÃO GLOBAL

O ano de 2008 ficou marcado pelo encerramento e análise dos oito AAC publicados ainda durante o ano de 2007 (com uma dotação prevista inicial de 212,5 milhões de euros), pelo lançamento, encerramento e análise de 11 concursos lançados no primeiro semestre de 2008 (envolvendo uma dotação inicial de 297,5 milhões de euros) e pela publicação de 15 concursos no segundo semestre (com uma dotação inicial prevista de 256,75 milhões de euros).

Além destas iniciativas, foi igualmente lançado e concluído o processo de pré-qualificação de propostas de ideia de projectos de I&DT Colectiva, dinamizado através do AAC 10/ SI/ 2008, que precedeu o concurso específico para apresentação de projectos desta natureza, também aberto em 2008, bem como, através do AAC n.º 01/ SI/ 2008, foi lançado o concurso para o reconhecimento e qualificação de entidades para prestação de serviços no âmbito dos Vales I&DT e Inovação.

Nos pontos seguintes procede-se a uma análise detalhada das candidaturas recepcionadas e dos projectos aprovados e contratados no âmbito do COMPETE, primeiro a nível global e depois por Eixo Prioritário.

3.1.1.1 Candidaturas e Aprovações

Foram recepcionadas desde o início do Programa 1.595 candidaturas, envolvendo um investimento total proposto de 7,4 mil milhões de euros, das quais 1.540 candidaturas foram recepcionadas durante o ano de 2008. Neste cômputo, excluem-se os concursos para pré-qualificação de propostas de ideia de projectos de I&DT Colectiva e para qualificação de entidades prestadoras de serviços em projectos das tipologias Vale I&DT e Vale Inovação, que serão objecto de análise em ponto específico.

Igualmente, não se encontram reflectidas as candidaturas à data apresentadas no âmbito do SAECTN por não estar ainda concluído o processo de validação das propostas

recepcionadas através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), no caso do concurso aberto no final de 2008 para projectos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico (IC&DT) em todos os domínios, e por apenas no final desse ano ter sido aprovado o enquadramento no SAESCTN de projectos apresentados em anteriores concursos.

Em termos de Eixo Prioritário, verifica-se que o arranque do Programa se concentrou nos instrumentos de apoio directo às empresas, através dos concursos do SI I&DT do Eixo I, do SI Inovação e SI Qualificação e Internacionalização das PME do Eixo II e dos convites no âmbito do SAFPRI do Eixo III, representando 93% do investimento de candidatura.

QUADRO 3.1 - CANDIDATURAS RECEPCIONADAS POR EIXO PRIORITÁRIO

Unid: Mil Euros

Eixo Prioritário	Candidaturas (2008)		Candidaturas (2007-2008)	
	Nº Proj.	Investimento	Nº Proj.	Investimento
EIXO I - Conhecimento e Desenvolvimento Tecnológico	322	416.501	325	452.111
EIXO II - Inovação e Renovação do Modelo Empresarial e do Padrão de Especialização	992	6.026.356	1.044	6.271.986
EIXO III - Financiamento e Partilha de Risco da Inovação	1	154.200	1	154.200
EIXO IV - Uma Administração Pública Eficiente e de Qualidade	190	466.196	190	466.196
EIXO V - Redes e Acções Colectivas de Desenvolvimento Empresarial	19	49.535	19	49.535
EIXO VI - Assistência Técnica	16	26.736	16	26.736
TOTAL COMPETE	1.540	7.139.523	1.595	7.420.763

Fonte: SI POFC

Uma análise por fases de candidatura, permite verificar que mais de metade do investimento proposto está associado às candidaturas que se podem considerar em contínuo onde, como se poderá verificar na análise do Eixo II, se enquadram os grandes projectos de investimento empresarial (Regime Especial, Projectos de Interesse Estratégico e Projectos transitados do QCA III).

Em termos de número de candidaturas recepcionadas, constata-se por um relevante dinamismo da procura⁸, não obstante o arrefecimento económico continuado vivenciado de forma particular no último semestre de 2008, verificando-se uma média de 593 candidaturas por fase.

QUADRO 3.2 - CANDIDATURAS RECEPCIONADAS POR FASE

Unid: Mil Euros

Fase de Candidatura	Candidaturas (2007)		Candidaturas (2008)		Candidaturas (2007-2008)	
	Nº Proj.	Investimento	Nº Proj.	Investimento	Nº Proj.	Investimento
1ª Fase de 2007	54	225.192	545	1.424.868	599	1.650.059
1ª Fase de 2008			579	962.237	579	962.237
2ª Fase de 2008 (*)			358	582.533	358	582.533
Convites			4	180.599	4	180.599
Em Contínuo	1	56.047	54	3.989.286	55	4.045.334
TOTAL COMPETE	55	281.239	1.540	7.139.523	1.595	7.420.763

Legenda: (*) Fase com vários concursos ainda não encerrados no final de 2008

Fonte: SI POFC

Do total de candidaturas, excluindo as que foram recepcionadas na 2ª fase de 2008 (uma vez que os prazos dos respectivos concursos tinham terminado recentemente ou ainda estavam na fase final de recepção de candidaturas), verifica-se que 90% das candidaturas já tinham sido objecto de decisão ou de desistência.

⁸ Note-se que os concursos da 2ª fase de 2008 não estavam encerrados no final do ano de 2008, tendo sido recepcionadas mais 244 candidaturas em 2009, tendo por isso totalizado 602 candidaturas recebidas nesta fase.

QUADRO 3.3 - SITUAÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2008 DAS CANDIDATURAS RECEPCIONADAS

Unid: Mil Euros

Fase de Candidatura	Candidaturas com Decisão		Desistências por parte Promotor		Candidaturas em fase de Decisão	
	Nº Proj.	Investimento	Nº Proj.	Investimento	Nº Proj.	Investimento
1ª Fase de 2007	509	1.338.054	76	279.096	14	32.909
1ª Fase de 2008	442	671.957	47	74.094	90	216.186
2ª Fase de 2008			19	37.794	339	544.740
Convites	1	154.200			3	26.399
Em Contínuo	11	1.356.777	6	165.382	38	2.523.175
TOTAL COMPETE	963	3.520.988	148	556.365	484	3.343.409

Legenda: Em contínuo - corresponde a projectos do SI Inovação: (i) transitados do QCA III, (ii) projectos do regime especial e (iii) projectos de interesse estratégico nacional; projectos da Assistência Técnica.

Fonte: SI POFC

Das 963 candidaturas com decisão, 585 projectos foram aprovados (incluindo projectos que foram anulados ainda durante o ano de 2008), traduzindo-se numa taxa de aprovação de 60,7% em termos de número de projectos e de 83,2% em termos de investimento proposto.

QUADRO 3.4 - PROJECTOS APROVADOS E NÃO APROVADOS POR EIXO PRIORITÁRIO, 2007-2008

Unid: Mil Euros

Eixo Prioritário	Projectos Aprovados		Total Projectos com Decisão	
	Nº Proj.	Investimento	Nº Proj.	Investimento
EIXO I - Conhecimento e Desenvolvimento Tecnológico	127	183.212	248	297.242
EIXO II - Inovação e Renovação do Modelo Empresarial e do Padrão de Especialização	405	2.372.286	614	2.780.812
EIXO III - Financiamento e Partilha de Risco da Inovação	1	154.200	1	154.200
EIXO IV - Uma Administração Pública Eficiente e de Qualidade	50	165.173	98	225.109
EIXO V - Redes e Acções Colectivas de Desenvolvimento Empresarial				
EIXO VI - Assistência Técnica	2	10.167	2	10.167
TOTAL COMPETE	585	2.885.038	963	3.467.530

Fonte: SI POFC

Uma vez que em 2007 não se registaram aprovações e excluindo 35 projectos (com um incentivo proposto de 6,4 milhões de euros) que foram objecto de anulação ainda durante o ano de 2008, conclui-se que o Programa já aprovou 550 projectos, representando um investimento elegível de 2,4 mil milhões de euros e um incentivo de 817,9 milhões de euros.

Os instrumentos de apoio directo a empresas concentram 91% do incentivo atribuído.

QUADRO 3.5 - APROVAÇÕES POR EIXO PRIORITÁRIO, 2008

Unid: Mil Euros

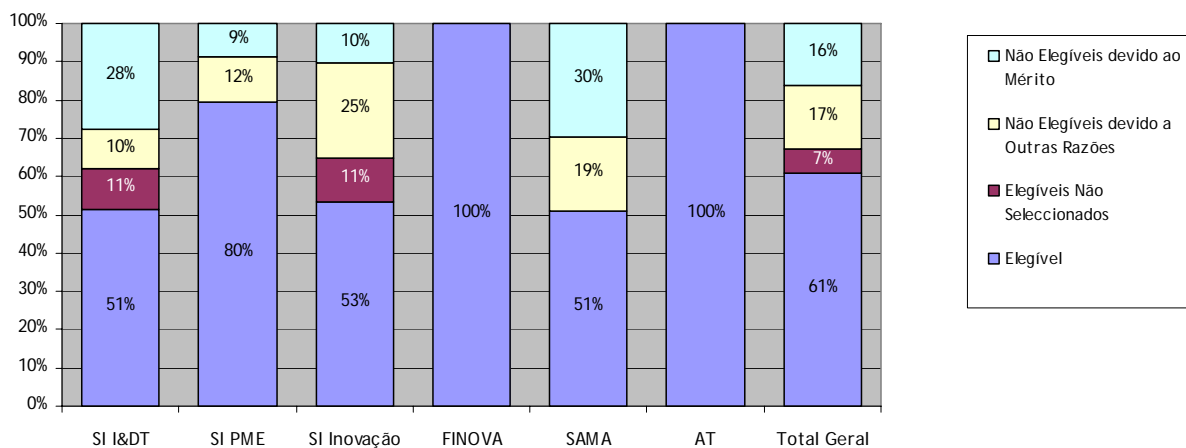
Eixo Prioritário	Projectos Aprovados (2008)		
	Nº Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
EIXO I - Conhecimento e Desenvolvimento Tecnológico	119	142.169	70.539
EIXO II - Inovação e Renovação do Modelo Empresarial e do Padrão de Especialização	378	1.971.259	566.806
EIXO III - Financiamento e Partilha de Risco da Inovação	1	154.200	107.940
EIXO IV - Uma Administração Pública Eficiente e de Qualidade	50	126.810	66.394
EIXO V - Redes e Acções Colectivas de Desenvolvimento Empresarial			
EIXO VI - Assistência Técnica	2	8.926	6.248
TOTAL COMPETE	550	2.403.364	817.926

Fonte: SI POFC

Analisando as razões de não elegibilidade, verifica-se que 58% dos projectos não aprovados obtiveram esse parecer devido ao seu mérito (41% com parecer não elegível e os restantes 17% com parecer elegível não seleccionado), os restantes 42% dos projectos não aprovados, obtiveram um parecer de não elegibilidade devido a razões formais (que não o mérito do projecto).

Em termos de aprovação dos instrumentos com AAC publicados (excluindo-se o FINOVA e a Assistência Técnica), constata-se que foi no âmbito do SI Qualificação e Internacionalização das PME que se verificou a maior taxa de aprovação (80%).

GRÁFICO 3.1 - TAXAS DE APROVAÇÃO E NÃO APROVAÇÃO (N.º DE PROJECTOS), 2008



Fonte: SI POFC

Foi durante os concursos da 1ª fase de 2007 que mais candidaturas foram aprovadas (306 projectos). De facto, dos 8 concursos publicados nesta fase, a Comissão Directiva decidiu alargar a dotação orçamental em 5 concursos, traduzindo-se numa atribuição superior de incentivo face à dotação que estava inicialmente prevista para o conjunto destes concursos.

Durante os concursos da 1ª fase de 2008, apesar de existirem no final do ano ainda dois concursos por decidir, registou-se uma redução do nível de compromisso assumido face à 1ª fase de 2007, constatando-se um incentivo médio por projecto inferior ao aprovado nos projectos enquadrados na 1ª fase de 2007.

QUADRO 3.6 - PROJECTOS APROVADOS POR FASE DE CANDIDATURA, 2008

Unid: Mil Euros

Fase de Candidatura	Dotação Prevista em Concurso	Projectos Aprovados		
		Nº Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
1ª Fase de 2007	212.500	306	726.198	312.111
1ª Fase de 2008	297.500	232	315.332	123.917
2ª Fase de 2008	256.750	0	0	0
Convites		1	154.200	107.940
Em Contínuo		11	1.207.634	273.958
TOTAL COMPETE	766.750	550	2.403.364	817.926

Fonte: SI POFC

Por Região, constata-se que é a Região do Norte que maior dinamismo tem apresentado, concentrando 42,7% dos projectos aprovados e 38,1% do incentivo atribuído. Destaque-se ainda o facto do incentivo médio por projecto ser substancialmente maior na Região do Alentejo (5,4 milhões de euros por projecto), face à média total de 1,5 milhões de euros).

QUADRO 3.7 - PROJECTOS APROVADOS POR REGIÃO, 2008

Unid: Mil Euros

Região (NUTS II)	Projectos Aprovados		
	Nº Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
Norte	235	706.015	311.852
Centro	169	847.852	233.589
Alentejo	23	513.456	125.092
Multi-Regiões	70	235.425	96.999
Regra "Spill-Over Effects" (Lisboa)	53	100.615	50.395
TOTAL COMPETE	550	2.403.364	817.926

Fonte: SI POFC

Como já relembrado no Capítulo anterior, no âmbito dos Sistemas de Incentivos, os projectos promovidos por micro e pequenas empresas com investimento localizado nas regiões de convergência são financiadas pelos respectivos PO Regionais (salvo se tiverem investimentos localizados em mais do que uma Região de Convergência, sendo nesses casos os projectos financiados pelo COMPETE). Deste modo, a análise da dimensão dos

projectos aprovados no âmbito dos Sistemas de Incentivos deverá ter presente esta realidade.

Face ao arranque do Programa centrado nos Sistemas de Incentivos e aos seus objectivos implícitos, conclui-se naturalmente que parte significativa dos projectos aprovados, cerca de 90%, é promovida por empresas.

QUADRO 3.8 - PROJECTOS APROVADOS POR TIPOLOGIA DE PROMOTOR, 2008

Unid: Mil Euros

Tipo de Promotor	Projectos Aprovados (2007-2008)		
	Nº Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
Micro empresa	4	2.272	1.548
Pequena empresa	11	7.041	4.420
Média empresa	330	380.103	163.115
Não PME	129	1.683.909	450.693
TOTAL Empresas	474	2.073.325	619.777
Associações Empresariais	23	40.103	17.568
Administração Central	53	289.936	180.582
TOTAL Outros Promotores	76	330.039	198.150
TOTAL COMPETE	550	2.403.364	817.926

Fonte: SI POFC

Do total de projectos aprovados, encontravam-se contratados no final do ano de 2008 perto de 3/4 do total de projectos, correspondendo a 78,6% do incentivo contratado.

QUADRO 3.9 - PROJECTOS CONTRATADOS POR EIXO PRIORITÁRIO, 2008

Unid: Mil Euros

Eixo Prioritário	Projectos Contratados (2008)		
	Nº Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
EIXO I - Conhecimento e Desenvolvimento Tecnológico	67	78.647	40.213
EIXO II - Inovação e Renovação do Modelo Empresarial e do Padrão de Especialização	287	1.592.157	430.032
EIXO III - Financiamento e Partilha de Risco da Inovação	1	154.200	107.940
EIXO IV - Uma Administração Pública Eficiente e de Qualidade	44	122.251	64.207
EIXO V - Redes e Acções Colectivas de Desenvolvimento Empresarial			
EIXO VI - Assistência Técnica	1	446	312
TOTAL COMPETE	400	1.947.701	642.705

Fonte: SI POFC

3.1.1.2 Indicadores de Realização e Resultado

No âmbito do QREN foram estabelecidos um conjunto de indicadores comunitários comuns de realização e resultado, de forma a sistematizar informação comparável e agregável à escala nacional e comunitária.

As metodologias de cálculo foram alvo de documento específico elaborado em conjunto pelo Observatório do QREN e IFDR e discutido com as Autoridades de Gestão em Maio de 2009.

Em termos metodológicos, extensível aos indicadores específicos do Programa, os indicadores de realização são apurados anualmente tendo presente a dinâmica dos ritmos de aprovação/ execução dos vários instrumentos do Programa, os indicadores de resultado, face à sua natureza, serão apenas apurados em sede de encerramento dos projectos.

O quadro que se segue explicita os valores apurados a 31 de Dezembro de 2008.

QUADRO 3.10 - INDICADORES COMUNS DE REALIZAÇÃO, 2008

Áreas	Indicador	Eixos Relevantes	Valor
<i>Emprego criado</i>	1. Empregos criados (empregos directos criados, em equivalente tempo inteiro)	Total do PO	(*)
	2. dos quais: homens	Total do PO	(*)
	3. dos quais: mulheres	Total do PO	(*)
<i>Investigação e Desenvolvimento Tecnológico</i>	4. Nº de projectos de I&DT	Total do PO	67
	5. Nº de projectos de cooperação empresas - instituições de investigação	Eixo 1	19
	6. Empregos na investigação criados	Eixo 1	(*)
<i>Ajudas directas ao investimento nas PME</i>	7. Nº de projectos	Eixos 1, 2 e 3	1.640
	8. dos quais: n.º de <i>start-ups</i> apoiadas (empresas com menos de dois anos)	Eixos 1, 2 e 3	13
	9. Empregos criados (em equivalente tempo inteiro)	Eixos 1, 2 e 3	(*)
	10. Investimento total induzido (em milhões de euros)	Eixos 1, 2 e 3	832
<i>Sociedade de Informação</i>	11. Nº de projectos	Total do PO	107
<i>Energias Renováveis</i>	23. Nº de projectos	Total do PO	0
	24. Capacidade suplementar de produção de energia a partir de fontes renováveis (em MWh)	Total do PO	(*)
<i>Alterações Climáticas</i>	30. Redução de emissões de gases com efeito de estufa (CO2 equivalentes, kt)	Eixo 2	(*)
<i>Turismo</i>	34. Nº de projectos	Total do PO	8
	35. Nº de empregos criados (em equivalente tempo inteiro)	Total do PO	(*)
<i>Saúde</i>	38. Nº de projectos	Total do PO	0
<i>Reabilitação Urbana</i>	39. Nº de projectos que asseguram a sustentabilidade e melhoram a atractividade das cidades	Total do PO	0
<i>Competitividade das Cidades</i>	40. Nº de projectos que visam estimular a actividade empresarial, o empreendedorismo e a utilização das novas tecnologias	Total do PO	0

Legenda: (*) Indicadores de Resultado e, como tal, aferidos em sede de encerramento dos projectos; os restantes indicadores são de Realização e, portanto, contabilizados em sede de projectos contratados.

Fonte: SI POFC

3.1.2 REALIZAÇÃO EIXO I – CONHECIMENTO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

O Eixo I é operacionalizado por dois instrumentos: SAESCTN - Sistema de Apoio a Entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional e o SI I&DT - Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (cf. Quadro 2.1).

O SAESCTN visa o crescimento e reforço do sistema científico e tecnológico nacional, de forma a torná-lo mais competitivo e ao mesmo tempo agilizar e potenciar a articulação entre os Centros de Saber e as Empresas.

O SI I&DT, através do apoio directo a Empresas, tem como objectivo intensificar o esforço empresarial de I&DT através da criação de novos conhecimentos traduzíveis em novos produtos, processos e serviços, visando a inovação e o aumento da competitividade das empresas, e ao mesmo tempo, promovendo a articulação entre estas e as entidades do Sistema Científico e Tecnológico.

3.1.2.1 Candidaturas e Aprovações

Durante o ano de 2008 foi publicado um AAC no âmbito do SAESCTN, encontrando-se este no final do ano ainda em fase de recepção de candidaturas. As candidaturas recepcionadas e aprovadas no Eixo I enquadram-se, desta forma, apenas no SI I&DT.

Desde o início do Programa foram recepcionadas 325 candidaturas, envolvendo um investimento de 452,1 milhões de euros, das quais 322 candidaturas foram recepcionadas durante o ano de 2008.

Em termos de aprovações, constata-se que durante o ano de 2008 foram aprovados 119 projectos com um investimento elegível de 142,2 milhões de euros e um incentivo de 70,5 milhões de euros.

Saliente-se que mais de metade do incentivo atribuído se refere a projectos em co-promoção, ou seja, projectos liderados por uma empresa mas que envolvem vários co-promotores empresariais e oriundos de Centros/ Infraestruturas de I&DT.

Estes projectos em co-promoção (53) envolvem 43 empresas líder (ou seja, 10 empresas lideraram mais do que um projecto), 31 empresas na qualidade de co-promotoras e 26 entidades do SCTN.

QUADRO 3.11 - CANDIDATURAS E PROJECTOS APROVADOS POR INSTRUMENTO

Unid: Mil Euros

Instrumento	Candidaturas (2007-2008)		Projectos Aprovados (2007-2008)		
	Nº Proj.	Investimento	Nº Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
SAESCTN	0	0	0	0	0
SI I&DT - Projectos de I&DT Individuais	88	241.181	41	63.983	30.814
SI I&DT - Proj. de I&DT em Co-promoção	164	190.061	53	69.393	36.226
SI I&DT - Vale I&DT	49	1.451	12	369	271
SI I&DT - Núcleos e Centros de I&DT	24	19.418	13	8.424	3.228
SI I&DT - I&DT Colectiva	0	0	0	0	0
SI I&DT - Projectos Demonstradores	0	0	0	0	0
TOTAL EIXO I	325	452.111	119	142.169	70.539

Fonte: SI POFC

Analisando por fase de concurso, verifica-se que houve um aumento da procura da 1ª fase de 2007 para a 1ª fase de concursos de 2008, com destaque especial para os projectos em co-promoção (quase triplicou o número de candidaturas recepcionadas), situação que se deve essencialmente ao facto do período para apresentação de candidaturas ter sido superior neste último Concurso.

Em termos de aprovações, verifica-se uma redução do incentivo essencialmente devido à redução do investimento médio por projecto.

QUADRO 3.12 - CANDIDATURAS E PROJECTOS APROVADOS POR CONCURSO

Unid: Mil Euros

Concurso	Dotação Inicial Prevista	Candidaturas (2007-2008)		Projectos Aprovados (2007-2008)		
		Nº Proj.	Investimento	Nº Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
SI I&DT - Projectos de I&DT Individuais	15.000	40	128.516	23	55.283	26.247
SI I&DT - Núcleos e Centros de I&DT	7.500	12	11.852	7	5.887	2.220
SI I&DT - Proj. de I&DT em Co-promoção	7.500	41	48.045	21	19.312	12.239
TOTAL 1ª FASE 2007	30.000	93	188.413	51	80.482	40.706
SI I&DT - Projectos de I&DT Individuais	25.000	36	41.419	18	8.701	4.567
SI I&DT - Núcleos e Centros de I&DT	7.500	10	5.901	6	2.536	1.008
SI I&DT - Proj. Demonstradores	5.000	0	0	0	0	0
SI I&DT - Proj. de I&DT em Co-promoção	15.000	119	137.959	32	50.081	23.987
SI I&DT - Vale de I&DT	5.000	24	694	12	369	271
TOTAL 1ª FASE 2008	57.500	189	185.973	68	61.687	29.833
SAESCTN (*)	50.000					
SI I&DT - Projectos de I&DT Individuais (*)	25.000	12	71.246			
SI I&DT - Núcleos e Centros de I&DT (*)	4.000	2	1.665			
SI I&DT - Proj. de I&DT em Co-promoção (*)	15.000	4	4.057			
SI I&DT - I&DT Colectiva	750	0	0			
SI I&DT - Vale de I&DT	5.000	25	757			
TOTAL 2ª FASE 2008	99.750	43	77.725	0	0	0
TOTAL EIXO I	187.250	325	452.111	119	142.169	70.539

Fonte: SI POFC

(*) Concurso em fase de recepção de candidaturas no final do ano de 2008.

Regionalmente, destaque-se o facto de cerca de metade do incentivo atribuído ser referente a projectos localizados na Região Norte.

QUADRO 3.13 - PROJECTOS APROVADOS POR NUTS II

Unid: Mil Euros

NUTS II	Projectos Aprovados (2007-2008)		
	Nº Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
Norte	50	63.238	30.189
Centro	31	46.804	20.245
Alentejo	3	965	425
Multi-Regiões	27	28.752	17.939
Regra "Spill-Over Effects" (Lisboa)	8	2.409	1.741
TOTAL EIXO I	119	142.169	70.539

Fonte: SI POFC

Destaca-se que mesmo nos projectos com investimentos ao abrigo da regra "Spill-Over Effects", todo o investimento empresarial é realizado em Regiões da Convergência (Regiões NUTS II do Norte, Centro e Alentejo), sendo inclusivamente liderados por empresas cujos investimentos estão localizados nestas Regiões.

O Sector Indústria concentra cerca de 2/3 dos projectos aprovados e de 3/4 do incentivo atribuído.

QUADRO 3.14 - PROJECTOS APROVADOS POR SECTOR DE ACTIVIDADE

Unid: Mil Euros

Sector de Actividade	Projectos Aprovados (2007-2008)		
	Nº Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
Indústria	79	108.606	50.828
Serviços	39	33.024	19.496
Comércio	1	538	215
TOTAL EIXO I	119	142.169	70.539

Fonte: SI POFC

Do total de projectos aprovados, 67 projectos com um incentivo de 40,2 milhões de euros encontravam-se no final do ano de 2008 com contrato assinado, correspondendo a 56,3% do total de projectos aprovados.

3.1.2.2 Qualificação de Entidades Prestadoras de Serviços no Âmbito das Tipologias de Projecto Vale I&DT e Vale Inovação

O reconhecimento prévio de um conjunto de Entidades do SCT e do sistema de inovação com competências para a prestação de serviços de I&DT e de consultoria e de apoio à inovação focalizados nas necessidades das PME, é condição essencial para o sucesso da implementação das tipologias de projecto Vale I&DT, inserido no SI I&DT, e Projecto Simplificado de Inovação - Vale Inovação, enquadrado no SI Qualificação de PME. Efectivamente, estrutura e direcciona a procura para organizações de comprovado mérito e fortemente entrosadas com os objectivos da Agenda da Competitividade, assumindo-se com destaque o papel das PME nos processos de inovação empresarial.

No caso dos serviços de I&DT, as questões de investigação industrial e desenvolvimento experimental a responder têm de traduzir-se na melhoria de produtos, processos ou serviços e não corresponder a projecto de investigação em curso nas entidades do SCT seleccionadas.

Na aquisição de serviços de consultoria e de apoio à inovação incluiu-se um vasto leque de serviços que vão desde a consultoria, assistência tecnológica, serviços de transferência de tecnologia, consultoria para aquisição, protecção e comércio de direitos de propriedade intelectual, assistência técnica laboratorial, serviços na área da qualidade, ensaios, certificações, entre outros.

A metodologia de avaliação adoptada assentou em três etapas sequenciais: análise de admissibilidade das entidades candidatas, verificação do cumprimento dos requisitos/critérios de qualificação e pontuação dos critérios e subcritérios.

Paralelamente à aferição do cumprimento dos requisitos estabelecidos no AAC 01/ SI/ 2008 que desencadeou este processo, foi igualmente verificada a aderência das competências evidenciadas em candidatura por cada entidade face ao âmbito e exigências das áreas de qualificação consideradas prioritárias, concluindo-se pelo não enquadramento de algumas organizações.

Foram qualificadas as entidades que demonstraram cumprir cumulativamente os requisitos de admissibilidade das tipologias de qualificação a que se candidataram, os critérios de qualificação e que obtiveram uma pontuação final superior a 2,50.

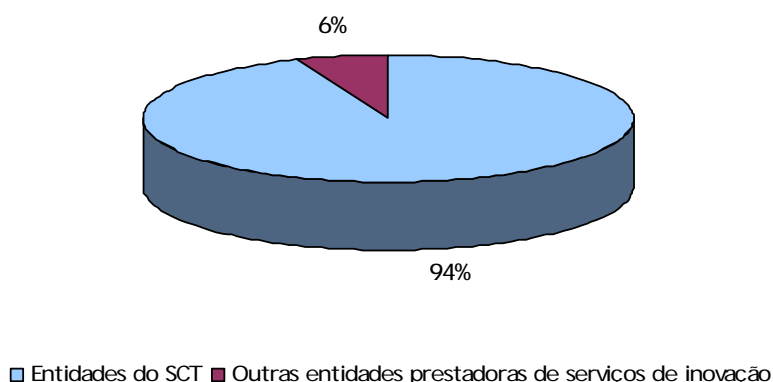
Foram recepcionadas 151 candidaturas tendo-se registado 5 desistências que resultaram de rectificações que os proponentes entenderam introduzir em candidaturas já apresentadas, tendo optado pela sua desistência e submissão de uma nova proposta.

Destaca-se com satisfação o interesse e efeito mobilizador deste concurso que envolveu um vasto conjunto de entidades do Sistema Científico e Tecnológico e do sistema de inovação e uma multiplicidade de actores (Universidades, Unidades de I&D, Laboratórios do Estado, Laboratórios Associados, Centros Tecnológicos, entre outros agentes de inovação), abrangendo todas as áreas de qualificação previstas no Aviso.

Esta proactividade da parte das entidades de Ciência e Tecnologia (C&T) cuja actuação, por vezes, ainda é vista de forma dissociada da realidade empresarial, estimula e potencia a aproximação entre o mundo académico e as organizações de C&T e os agentes económicos nacionais, com especial enfoque nas PME com menor acesso e capacidade de endogeneização de novos conhecimentos e sem capacidade (ou capacidade limitada) para desenvolverem actividades de I&DT intra-muros que, normalmente, se encontram mais distanciadas dos centros de saber.

A aplicação da metodologia acima descrita permitiu concluir pela qualificação de 128 entidades, sendo predominante o reconhecimento de entidades pertencentes ao SCT que regista 120 organizações com competências reconhecidas.

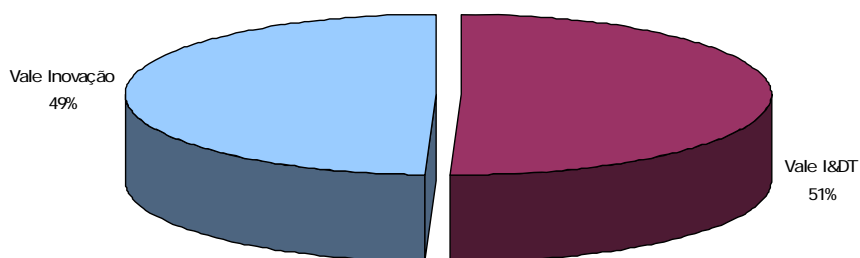
GRÁFICO 3.2 - ENTIDADES QUALIFICADAS POR SISTEMA



Destaca-se, também, o interesse demonstrado pelas entidades do SCT ligadas ao ensino superior face ao instrumento Vale Inovação, o que se entende como positivo na medida em que traduz uma reorientação da sua estratégia de actuação no sentido dos sectores produtivos em geral, e uma maior aproximação à realidade empresarial potenciadora da disseminação e aplicação dos resultados das suas actividades de I&D à economia, possibilitando novos focos para a sua actuação.

Por tipologia de projecto objecto dos serviços de apoio a prestar por estas organizações, foram qualificadas 113 entidades para o Vale I&DT e 110 para o Vale Inovação.

GRÁFICO 3.3 - ENTIDADES QUALIFICADAS POR TIPO DE VALE



Conclui-se assim, não só por uma oferta de serviços de I&DT e inovação diversificada e com boa cobertura quer regional quer ao nível das várias áreas de qualificação consideradas prioritárias, o que potencia a adesão das PME e a estas tipologias de projecto.

Não obstante a novidade destas modalidade de projecto e a proximidade entre a conclusão do processo de qualificação das entidades prestadoras de serviços e o primeiro concurso que condicionou uma divulgação mais abrangente das qualificações e a preparação e mobilização das entidades para apoiar as PME na formalização das candidaturas, os níveis de procura registados em ambos os Vales permitem concluir, desde já, pelo seu sucesso junto de um conjunto de empresas ansiosas por elevarem os seus padrões de desenvolvimento e competitividade mas com reduzida acessibilidade aos outros mecanismos de financiamento da inovação previstos no QREN, dadas as condições regulamentares mais exigentes ou por insuficiente dimensão crítica para prosseguirem

estratégias de crescimento mais evoluídas e/ou de ruptura com um passado menos pontuado por investimentos em factores potenciadores da inovação.

Comprova-o, também, o forte incremento da procura registado no 2.º concurso de 2008 consolidando o interesse por instrumentos flexíveis, com processos simplificados e céleres de candidatura, avaliação e acompanhamento, acessíveis à generalidade das empresas de reduzida dimensão e níveis de desenvolvimento empresarial mais incipientes.

3.1.2.3 Candidaturas à Pré-qualificação de Projectos de I&DT Colectiva

Como já referido, o Concurso para apresentação de projectos de I&DT Colectiva lançado em 2008 foi precedido por uma fase de pré-qualificação de propostas de ideia, lançada pelo AAC 10/ SI/ 2008 e cujo processo de avaliação decorreu também em 2008, através da qual se procurou aferir do seu enquadramento nesta tipologia de projecto e identificar formular eventuais recomendações para direccionar e focalizar as subsequentes candidaturas nos aspectos essenciais em projectos desta natureza.

Para avaliar as candidaturas submetidas, a Comissão de Selecção dos Sistemas de Incentivos do QREN designou um júri composto por três elementos: um representante do Instituto de Apoio a Pequenas e Médias Empresas e à Inovação (IAPMEI), um representante da Agência de Inovação (AdI) e um representante do COMPETE, tendo esta Autoridade de Gestão assegurado o apoio técnico e administrativo necessário. O Programa Operacional Regional do Norte acompanhado os trabalhos do júri na qualidade de observador.

Das 17 candidaturas recepcionadas o júri identificou as propostas que reuniam condições para passar à fase de apreciação do seu mérito à luz das regras estabelecidas no ponto 5 "Metodologia de Apuramento do Mérito do Projecto" do AAC 10/ SI/ 2008, tendo para o efeito definido um conjunto de referenciais e métricas.

A adopção destes princípios metodológicos permitiu concluir pelo seguinte:

- 6 propostas cumpriam os requisitos mínimos em termos de enquadramento e condições de elegibilidade pelo que o júri propôs à Comissão de Selecção a sua pré-qualificação para a fase seguinte;
- 11 propostas não obedeciam aos requisitos mínimos pelo que o júri pronunciou-se no sentido da sua não qualificação pelos seguintes motivos:
 - ➔ 9 propostas por falta de enquadramento na tipologia de projecto I&DT Colectiva e/ou pelo incumprimento de condições de elegibilidade aferidas nesta fase e previstas no regulamento do SI I&DT;
 - ➔ 2 propostas por não obtenção de uma pontuação igual ou superior a 3, nos termos previstos no ponto 5 "Metodologia de Apuramento do Mérito do Projecto" do AAC 10/SI/2008.

Tendo a Comissão de Selecção dos Sistemas de Incentivos do QREN confirmado as conclusões da avaliação do júri, as associações empresariais proponentes das 6 ideias seleccionadas nesta fase foram convidadas a formalizar as respectivas candidaturas à fase subsequente de submissão dos projectos, registando-se posteriormente que apenas 5 propostas foram objecto de candidatura.

3.1.2.4 Indicadores de Realização

Não existindo no Eixo 1 qualquer projecto do SAESCTN apoiado, a leitura do grau de concretização dos indicadores deverá ser efectuada com cuidado adicional, face ao claro enviesamento induzido.

O conjunto dos 3 indicadores de realização previstos para o Eixo, já ultrapassou a meta estipulada para 2010. Todavia, é de crer algum desfasamento na valoração do indicador "Relevância da I&D empresarial" na medida em que não foram contabilizadas as candidaturas ao SAESCTN.

QUADRO 3.15 - INDICADORES DE REALIZAÇÃO DO EIXO I

Indicador	Metas		Cumprimento Actual	
	2010	2015	2007-2008	Sim/Não
RELEVÂNCIA DA I&D EMPRESARIAL (Investimento de I&D empresarial) / (Investimento total em I&D)	35%	40%	100%	Sim
RELEVÂNCIA DAS ACTIVIDADES DE I&D EM CONSÓRCIO (Investimento de I&D em cooperação) / (Investimento total em I&D)	12%	15%	18%	Sim
APOIO A PROJECTOS E ACTIVIDADES DE VALORIZAÇÃO DE RESULTADOS DE I&DT (Investimento em actividades de demonstração tecnológica) / (Investimento total em I&D)	15%	25%	18%	Sim

Fonte: SI POFC

3.1.2.5 Regra "Spill-over Effects"

Tendo por base a regra de excepção "Spill-over Effects", devidamente explicitada no Anexo II do Programa, no âmbito dos projectos em co-promoção do SI I&DT pode ser apoiado investimento localizado fora das Regiões de Convergência desde que esse investimento elegível não seja superior ao investimento empresarial realizado nas Regiões de Convergência.

O programa instituiu a propósito desta Regra vários mecanismos cruzados de controlo da sua atribuição, com apoio do Sistema de Informação, que passam por uma primeira aferição em sede de análise do projecto e posteriormente por parte da área de Gestão Estratégica e Avaliação.

Como se pode constatar pelo Quadro abaixo, foram apoiados 8 projectos do SI I&DT em co-promoção (dos 53 apoiados) em que se recorreu à referida excepção.

QUADRO 3.16 - LISTA DE PROJECTOS APROVADOS AO ABRIGO DA REGRA SPILL-OVER EFFECTS

Unid: Euros

Nº Proj.	Participante	Tipo de Entidade	Projectos Aprovados		
			Invest. Elegível Total	Invest. Elegível - Spill-Over Effects	(Inv. Spill-Over / Inv. Empres.)
001602	AZEVEDOS INDÚSTRIA - Máquinas Equipamentos Industriais, SA	Empresa Líder	188.284	0	
	INESC INOVAÇÃO - Instituto de Novas Tecnologias	Outra Instituição de I&D privada sem fins lucrativos	170.391	170.391	
	MULTIWAVE PHOTONICS SA	Empresa	341.651	0	
	EGITRON- Engenharia e Automação Industrial, LDA	Empresa	59.524	0	
TOTAL Proj. 001602			759.851	170.391	29%
001613	SET SA	Empresa Líder	585.020	0	
	ANA - Aeroportos de Portugal, SA	Empresa	113.342	0	
	CRITICAL SOFTWARE, S. A.	Empresa	195.791	0	
	INESC INOVAÇÃO - Instituto de Novas Tecnologias	Outra Instituição de I&D privada sem fins lucrativos	680.613	680.613	
	PIEP ASSOC. - Pólo de Inovação em Engenharia de Polímeros	Outra Instituição de I&D privada sem fins lucrativos	260.505	0	
	TECMIC - Tecnologias de Microelectrónica, SA	Empresa	625.486	0	
TOTAL Proj. 001613			2.460.757	680.613	45%
003380	REVIGRÉS - Indústria de Revestimentos de Grés, LDA	Empresa Líder	190.453	0	
	DOMINÓ - Indústrias Cerâmicas, SA	Empresa	153.093	0	
	J. Coelho da Silva SA	Empresa	122.112	0	
	ADENE - Agência para a Energia	Outras Entidades	0	0	
	CTCV	Centro Tecnológico	418.632	0	
	INETI - Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação, I.P.	Laboratório do Estado	112.648	112.648	
	Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa	Centro de I&D ou Departamento de Universidade ou Politécnico	353.009	353.009	
	Universidade do Minho	Centro de I&D ou Departamento de Universidade ou Politécnico	311.705	0	
	DE VIRIS, Natura e Ambiente SA	Empresa	0	0	
Total Proj. 003380 (*)			1.661.651	465.657	100%

QUADRO 3.16 - LISTA DE PROJECTOS APROVADOS AO ABRIGO DA REGRA SPILL-OVER EFFECTS (CONT.)

Unid: Euros

Nº Proj.	Participante	Tipo de Entidade	Projectos Aprovados		
			Invest. Elegível Total	Invest. Elegível - Spill-Over Effects	(Inv. Spill-Over / Inv. Empres.)
003410	Universidade de Aveiro	Centro de I&D ou Departamento de Universidade ou Politécnico	194.109	0	
	Porcelanas da Costa Verde	Empresa	152.733	0	
	INDUZIR - Indústria e Comércio de Equipamentos, LDA	Empresa líder	244.971	0	
	CTCV	Centro Tecnológico	101.819	0	
	INETI - Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação, I.P.	Laboratório do Estado	221.536	221.536	
TOTAL Proj. 003410			915.168	221.536	56%
003439	Ao Sol Energias Renováveis, SA	Empresa líder	89.455	0	
	INETI - Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação, I.P.	Laboratório do Estado	89.455	89.455	
TOTAL Proj. 003439 (*)			178.909	89.455	100%
003454	METOXID - Óxidos Metálicos SA	Empresa líder	892.850	0	
	Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa	Centro de I&D ou Departamento de Universidade ou Politécnico	524.438	524.438	
TOTAL Proj. 003454			1.417.288	524.438	59%
003456	ALTO - Perfis Pultrudidos, LDA	Empresa líder	471.011	0	
	Universidade do Minho	Centro de I&D ou Departamento de Universidade ou Politécnico	350.763	0	
	IST-UTL	Centro de I&D ou Departamento de Universidade ou Politécnico	238.367	238.367	
TOTAL Proj. 003456			1.060.141	238.367	51%
003475	PLUX - Engenharia de Biosensores, LDA.	Empresa líder	470.319	0	
	IT - Instituto de Telecomunicações	Laboratório Associado	18.891	18.891	
	EDULEARN - Software e Multimédia, LDA	Empresa	370.247	0	
TOTAL Proj. 003475			859.456	18.891	2%

Fonte: SI POFC

(*) Projectos que foram objecto de correcção já em 2009

3.1.3 REALIZAÇÃO EIXO II – INOVAÇÃO E RENOVAÇÃO DO MODELO EMPRESARIAL E DO PADRÃO DE ESPECIALIZAÇÃO

Tendo em conta os objectivos previstos para o Eixo II, foram criados dois instrumentos de apoio directo às empresas: SI Inovação - Sistema de Incentivos à Inovação e SI PME - Sistemas de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (cf. Quadro 2.1).

O SI Inovação é dirigido a projectos de média e grande dimensão, tendo como objectivo a inovação do tecido empresarial, pela via da produção de novos bens, serviços e processos que suportem a progressão das empresas na cadeia de valor e o reforço da sua orientação para os mercados internacionais, bem como o estímulo ao empreendedorismo qualificado e ao investimento estruturante em novas áreas com potencial de crescimento.

O SI PME visa promover a competitividade das PME através do aumento da produtividade, da flexibilidade e da capacidade de resposta e presença activa das PME no mercado global, sendo apoiáveis investimentos em factores dinâmicos da competitividade nas seguintes áreas: Propriedade industrial; Criação, moda e design; Desenvolvimento e engenharia de produtos, serviços e processos; Organização e gestão e tecnologias de informação e comunicação (TIC); Qualidade; Ambiente; Inovação; Diversificação e eficiência energética; Economia digital; Comercialização e marketing; Internacionalização; Responsabilidade social e segurança e saúde no trabalho; Igualdade de oportunidades.

3.1.3.1 Candidaturas e Aprovações

Em 2008, no âmbito dos sistemas de incentivos SI Inovação e SI PME foram recepcionadas 992 candidaturas. Em termos acumulados desde o início do Programa, foram recebidas 1.044 candidaturas, alavancando um investimento de 6,3 mil milhões de euros.

Encontravam-se aprovados no final do ano 378 projectos com um investimento elegível associado de 2,0 mil milhões de euros e um incentivo de 566,8 milhões de euros. Como seria expectável pela própria tipologia de projectos, foi no âmbito do SI PME que mais projectos foram aprovados (55,8%), embora tenha sido através do SI Inovação que mais incentivo foi atribuído (65,1%).

QUADRO 3.17 - CANDIDATURAS E PROJECTOS APROVADOS DO EIXO II POR INSTRUMENTO

Unid: Mil Euros

Instrumento	Candidaturas (2007-2008)		Projectos Aprovados (2007-2008)		
	Nº Proj.	Investimento	Nº Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
SI Inovação - Inovação Produtiva	462	1.920.481	153	679.210	261.491
SI Inovação - Empreend. Qualificado	10	18.297	5	6.122	3.209
SI Inovação - Regime Especial e Proj. de Interesse Estratégico	31	2.126.426	3	206.253	104.439
SI PME - Proj. Individual e Coop.	361	202.140	148	46.283	16.204
SI PME - Proj. Conjuntos	60	109.935	23	40.103	17.568
SI PME - Vale Inovação	112	2.534	40	832	623
Projectos transitados do QCA III	8	1.892.172	6	992.456	163.271
TOTAL EIXO II	1.044	6.271.986	378	1.971.259	566.806

Fonte: SI POFC

Apesar do aumento de dotação disponível nos concursos da 1ª fase de 2008 na ordem dos 21% (face aos concursos da 1ª fase de 2007), registou-se uma diminuição das candidaturas, quer em termos de número quer em termos da sua dimensão média. Relembre-se que 2008 foi um ano de forte instabilidade económica, com um agravamento substancial dos índices de confiança dos empresários nos últimos trimestres do ano. Igualmente, face à crise mundial, muito centrada no sistema financeiro que se arrastou à economia real, o acesso ao crédito tornou-se crescentemente difícil, a par do aumento dos *spreads*.

A este propósito refira-se que no âmbito do Sistema de Monitorização do COMPETE está em processo de adjudicação a primeira fase de inquirição aos promotores (com projectos aprovados e não aprovados), constituindo um instrumento chave para o acompanhamento e definição de medidas preventivas e correctivas em matérias operacionais e por ventura estratégicas do Programa.

QUADRO 3.18 - CANDIDATURAS E PROJECTOS APROVADOS DO EIXO II POR CONCURSO

Unid: Mil Euros

Concurso	Dotação Inicial Prevista	Candidaturas (2007-2008)		Projectos Aprovados (2007-2008)		
		Nº Proj.	Investimento	Nº Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
SI PME - Proj. Ind. e Coop.	22.500	172	95.765	95	28.953	10.117
SI PME - Proj. Conjuntos	15.000	27	53.908	21	38.390	16.762
SI Inovação - Inovação Produtiva	80.000	205	1.044.474	87	447.519	176.214
SI Inovação - Empreend. Qualif.	15.000	3	6.118	2	4.044	1.918
TOTAL 1ª FASE 2007	132.500	407	1.200.265	205	518.906	205.011
SI PME - Proj. Ind. e Coop.	25.000	79	43.199	53	17.330	6.088
SI PME - Proj. Conjuntos	30.000	4	4.311	2	1.713	806
SI PME - Vale Inovação	5.000	51	1.097	40	832	623
SI Inovação - Inovação Produtiva	85.000	159	511.057	66	231.691	85.277
SI Inovação - Empreend. Qualif.	15.000	6	11.786	3	2.079	1.291
TOTAL 1ª FASE 2008	160.000	299	571.450	164	253.645	94.084
SI PME - Proj. Ind. e Coop.	15.000	110	63.176			
SI PME - Proj. Conj. (internac.)	15.000	23	48.171			
SI PME - Proj. Conj. (outras tipol.)	15.000	6	3.546			
SI PME - Vale Inovação	5.000	61	1.438			
SI Inovação - Inovação Produtiva	70.000	98	364.950			
SI Inovação - Empreend. Qualif.	10.000	1	392			
SI Inovação - Empr. Qual. Feminino (*)	5.000					
TOTAL 2ª FASE 2008	135.000	299	481.673	0	0	0
SI Inovação - Regime Especial		27	1.849.499			
SI Inovação - Proj. Interesse Estratégico		4	276.927	3	206.253	104.439
Transitados QCA III		8	1.892.172	6	992.456	163.271
TOTAL CAND. CONTÍNUO		39	4.018.598	9	1.198.708	267.710
TOTAL EIXO II	427.500	1.044	6.271.986	378	1.971.259	566.806

Legenda: (*) Concurso em fase de recepção de candidaturas no final do ano de 2008.

Fonte: SI POFC

A região Norte foi a que demonstrou uma vez mais, maior dinamismo, concentrando perto de 50% dos projectos aprovados (48,4% do total), apesar de ter sido na Região Centro que se apoiaram maiores níveis de investimento e incentivo (40,5% e 37,3%, respectivamente). Por fim, releve-se, ainda, que o valor médio de investimento elegível

é muito superior na Região do Alentejo face à média nacional.

QUADRO 3.19 - PROJECTOS APROVADOS DO EIXO II POR NUTS II

Unid: Mil Euros

NUTS II	Projectos Aprovados (2007-2008)		
	Nº Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
Norte	183	488.112	173.398
Centro	135	798.155	211.319
Alentejo	20	512.491	124.667
Multi-Regiões	40	172.501	57.422
TOTAL EIXO II	378	1.971.259	566.806

Fonte: SI POFC

Em termos sectoriais, constata-se uma predominância no apoio ao sector Industria, concentrando 81,5% dos projectos apoiados e 94,9% do investimento elegível aprovado, consentâneo com os objectivos do Programa.

QUADRO 3.20 - PROJECTOS APROVADOS DO EIXO II POR SECTOR DE ACTIVIDADE

Unid: Mil Euros

Sector de Actividade	Projectos Aprovados (2007-2008)		
	Nº Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
Indústria	308	1.870.787	529.443
Serviços	35	50.213	19.102
Turismo	8	40.642	14.551
Comércio	20	8.167	3.161
Transportes	7	1.450	548
TOTAL EIXO II	378	1.971.259	566.806

Fonte: SI POFC

Analisando a intensidade de apoio a empresas por intensidade tecnológica e de conhecimento, conclui-se que o peso relativo das empresas apoiadas com actividades intensivas em tecnologia e conhecimento tem sido superior à estrutura empresarial existente em Portugal (44,4% do investimento elegível aprovado é referente a projectos industriais de alta ou média alta intensidade tecnológica ou a projectos de serviços com forte intensidade de conhecimento). Tal conclusão encontra-se em consonância com os

objectivos do Programa e com a formatação fortemente dirigida à inovação dos instrumentos criados de apoio às empresas.

QUADRO 3.21 - PROJECTOS APROVADOS DO EIXO II POR INTENSIDADE TECNOLÓGICA E DE CONHECIMENTO

Unid: Mil Euros

Grau de Intensidade Tecnológica e Conhecimento	Projectos Aprovados (2007-2008)		
	Nº Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
Alta Intensidade Tecnológica	9	121.558	46.028
Média-Alta Intensidade Tecnológica	64	703.062	132.129
Serviços de Alta Tecn. com Forte Intens. Conhec.	32	43.309	16.127
Outros Serviços com Forte Intens. de Conhecimento	2	7.878	2.731
Média-Baixa Intensidade Tecnológica	84	317.850	149.073
Baixa Intensidade Tecnológica	152	733.304	204.336
Serviços de Mercado com Fraca Intens. de Conhec.	33	42.381	15.529
Outros Serviços com Fraca Intensidade de Conhec.	1	99	35
Outros Sectores	1	1.817	818
TOTAL EIXO II	378	1.971.259	566.806

Fonte: SI POFC

Tal como consta dos objectivos do Eixo Prioritário, o apoio directo a empresas encontra-se vocacionado para sectores de bens transaccionáveis ou serviços internacionalizáveis (concentrando 99% do incentivo atribuído).

QUADRO 3.22 - PROJECTOS APROVADOS DO EIXO II POR GRAU DE TRANSACÇÃO

Unid: Mil Euros

Grau de Transacção	Projectos Aprovados (2007-2008)		
	Nº Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
Bens Transaccionáveis	310	1.877.591	532.383
Serviços Internacionalizáveis	45	77.524	28.496
Serviços Não Transaccionáveis	23	16.145	5.927
TOTAL EIXO II	378	1.971.259	566.806

Fonte: SI POFC

Do total de projectos aprovados até ao final do ano, 287 projectos com um incentivo de 430 milhões de euros encontravam-se contratados, o que representa 75,9% do total de projectos e do incentivo aprovado.

No âmbito do SI Inovação observa-se um maior peso das tipologias referentes à “Produção de novos bens e serviços” e “Adopção de novos, ou significativamente melhorados, processos ou métodos”, quer em termos de investimento quer do incentivo atribuído.

Na tipologia de projecto Empreendedorismo Qualificado verificou-se o apoio à criação de 5 empresas no âmbito das seguintes actividades:

QUADRO 3.23 - DESCRIÇÃO DAS EMPRESAS CRIADAS NA TIPOLOGIA EMPREENDEDORISMO QUALIFICADO

CAE - Sector de Actividade	Descrição
71120 - Actividades de Engenharia e técnicas afins	Visa a prestação de serviços de certificação energética e a promoção e instalação de soluções integradas de micro-produção de electricidade a partir de fontes de energia renováveis
28110 - Fabricação e comercialização de estruturas de construção metálicas, decapagem e pintura de metais	Produção de estruturas metálicas adaptadas às especificações particulares dos clientes ao nível da construção soldada
17290 - Fabricação de outros artigos de pasta de papel, de papel e de cartão	Produção de um novo produto, malha e prancha em forma de “favo de abelha” em papel, substituto do aglomerado de madeira utilizando o papel reciclado como matéria-prima
62010 - Actividades de programação informática	O serviço a prestar consiste na disponibilização de uma plataforma colaborativa acessível remotamente, que permitirá a desmaterialização de documentos e o seu armazenamento, assim como o processamento contabilístico
70220 - Outras actividades de consultoria para os negócios e a gestão	Prestação de serviços de apoio <i>on-line</i> ou através de um <i>call center</i> , de contabilidade, seguros, higiene e segurança e de medicina no trabalho. Encontra-se prevista a total desmaterialização de documentos - digitalização dos documentos da contabilidade dos clientes e fornecedores e a disponibilização <i>on-line</i> semanal dos dados contabilísticos e de gestão

Apesar do Empreendedorismo Qualificado constituir a tipologia exclusivamente direccionada para a criação de empresas (ou empresas nascentes), assiste-se igualmente ao apoio de investimentos resultantes da criação de novas entidades empresariais no âmbito da tipologia Inovação Produtiva em 10 projectos aprovados.

Considerando os domínios de intervenção do SI Qualificação PME, observa-se serem as tipologias Internacionalização e Organização e Gestão e TIC para as quais foram canalizados maiores apoios.

Na tipologia Internacionalização incluem-se os investimentos direccionados para o conhecimento de mercados, desenvolvimento e promoção internacional de marcas, prospecção, e presença em mercados internacionais, com exclusão da criação de redes de comercialização no exterior, e promoção e *marketing* internacional. Na tipologia Organização e gestão e TIC, incluem-se os apoios à introdução de novos modelos ou novas filosofias de organização do trabalho, reforço das capacidades de gestão, introdução de TIC, redesenho e melhorias de *layout* bem como, acções de *benchmarking*.

No âmbito dos projectos conjuntos e dos efeitos por eles gerados junto das empresas e das respectivas actividades em torno das diferentes cadeias de valor, identificam-se de seguida as fileiras associadas a cada projecto conjunto apoiado.

QUADRO 3.24 - CARACTERIZAÇÃO DOS PROJECTOS CONJUNTOS POR FILEIRA

Unid: Mil Euros

Fileira	Nº de Projectos	Despesa Elegível	Incentivo
Alimentar e Vinhos	1	5.321	2.529
Casa	6	10.291	4.256
Máquinas e Equipamentos	4	2.041	899
Materiais de Construção	2	1.114	486
Moda	4	17.573	7.713
Multisectorial	6	3.763	1.685
Total	23	40.103	17.568

3.1.3.2 Indicadores de Realização

O Eixo II prevê 6 indicadores de realização e 6 indicadores de resultados. Relativamente aos indicadores de realização, 83% destes já atingiram a meta de 2010. A meta do indicador “Incentivo ao empreendedorismo” deverá ser cumprida em 2010, tal como estabelecido.

QUADRO 3.24 - INDICADORES DE REALIZAÇÃO DO EIXO II

Indicador	Metas		Cumprimento Actual	
	2010	2015	2007-2008	Sim/Não
INCENTIVO A INOVAÇÃO PRODUTIVA (Investimento total de projectos inovadores) / (Investimento total de empresas)	55%	67%	95%	Sim
INCREMENTO NA CADEIA DE VALOR EM SECTORES MADUROS (Investimento total de projectos inovadores em sectores de média-baixa e baixa tecnologia) / (Investimento total em sectores de média-baixa e baixa tecnologia)	50%	60%	93%	Sim
ORIENTAÇÃO PARA A PRODUÇÃO TRANSACCIONÁVEL E INTERNACIONALIZÁVEL (Investimento em sectores de produção transaccionável e internacionalizável) / (Investimento total de empresas)	80%	80%	99%	Sim
INCENTIVO AO EMPREENDEDORISMO (Nº de empresas criadas) / (Nº de empresas apoiadas)	20%	20%	11%	Não
EMPRESAS CRIADAS NOS SECTORES COM POTENCIAL DE CRESCIMENTO (Investimento em empresas criadas em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia) / (Investimento Total em empresas criadas)	50%	50%	52%	Sim
APOIO A PROJECTOS ESTRUTURANTES EM SECTORES COM POTENCIAL DE CRESCIMENTO (Investimento estruturante de raiz em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia) / (Investimento total de projectos estruturantes apoiados)	15%	20%	100%	Sim

Fonte: SI POFC

3.1.4 REALIZAÇÃO EIXO III – FINANCIAMENTO E PARTILHA DE RISCO DA INOVAÇÃO

O Eixo III do COMPETE tem como principal missão contribuir para que a envolvente financeira se assuma como uma alavanca do desenvolvimento, permitindo às empresas implementarem com sucesso as suas estratégias de criação, crescimento, consolidação e internacionalização.

As regras de execução estabelecidas no SAFPRI - Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha de Risco da Inovação, prevêem os seguintes instrumentos:

- Instrumentos de reforço do capital próprio (fundos de capital de risco, fundos de sindicância de capital de risco, fundos de participação em outros fundos de capital de risco);
- Instrumentos de reforço do financiamento de capitais alheios (fundo de contragarantia mútua, fundo de garantia para titularização de créditos, constituição ou reforço de linhas de crédito especiais, mecanismos de garantias de financiamento).

Para operacionalização destes instrumentos, e no âmbito de uma estratégia de centralização e coordenação de esforços e de recursos, foi constituído, através do Decreto-Lei n.º 175/ 2008 de 26 de Agosto, um instrumento público único, o FINOVA - Fundo de Apoio ao Financiamento à Inovação, que intervém nas diferentes vertentes de apoio ao financiamento de PME, com vista a reforçar a solidez, competitividade e o potencial inovador do tecido empresarial.

As intervenções apoiadas no âmbito do COMPETE circunscrevem-se exclusivamente a PME localizadas nas regiões Convergência (Norte, Centro e Alentejo).

3.1.4.1 Candidaturas e Aprovações

Foram efectuados convites em 2 de Dezembro de 2008 ao IAPMEI e ao Turismo de Portugal, na sequência dos quais foi apresentada uma candidatura conjunta para financiamento da participação dos dois organismos públicos no capital do Fundo de Apoio ao Financiamento à Inovação (FINOVA).

Esta candidatura envolveu um investimento elegível de 154,2 milhões de euros e um incentivo de 107,9 milhões de euros, visando o apoio às operações de financiamento de PME localizadas nas regiões de Convergência do Norte, Centro e Alentejo, no âmbito das linhas de crédito PME Investe I e II.

As linhas de crédito referidas tiveram origem na celebração de protocolos assinados entre as entidades financiadoras, instituições de crédito e as Sociedades de Garantia Mútua:

- O 1º Protocolo, referente à Linha de Crédito PME Investe I, foi assinado em 08.Jul.2008, tendo a 1ª operação dado entrada em 15.Jul.2008;
- O Protocolo referente à Linha de Crédito PME Investe II foi assinado em 14 de Outubro de 2008, com o início do processo de aprovação das candidaturas em 27 de Outubro.

O objectivo deste instrumento de apoio centra-se na melhoria do acesso ao financiamento bancário por parte das PME, recorrendo ao sistema de garantia mútua que poderá garantir até 50% do montante do financiamento, e à bonificação parcial da taxa de juro aplicável. As operações de financiamento visam o investimento novo em activos fixos corpóreos ou incorpóreos e aumento de fundo de maneio associado ao incremento da actividade, estando excluídas as aquisições de terrenos, imóveis, viaturas e bens em estado de uso.

A constatação de que as PME se deparam com severos constrangimentos na obtenção de crédito junto do sistema bancário que, em regra, adopta uma avaliação muito conservadora do risco envolvido nas operações de crédito com aquelas empresas, as linhas de crédito PME Investe, ao intervirem garantindo até 50% do valor do financiamento, reduzem o risco envolvido nas operações e induzem o sistema bancário a adoptar uma atitude menos restritiva no que respeita ao financiamento das PME.

Por outro lado, ao permitir prazos de financiamento que podem chegar até aos 5 anos, as Linhas de Crédito permitem inverter a tendência de concentração do financiamento nas PME no curto prazo, reduzindo o peso do serviço da dívida que incide nas geralmente débeis estruturas das PME.

Este instrumento representa, por conseguinte, uma inovação relevante no quadro dos instrumentos disponíveis para apoio ao financiamento de PME, combinando a participação de grande parte das instituições de crédito a operar no mercado nacional de crédito a PME com a cobertura de risco assegurada pelas entidades do sistema de garantia mútua (Sociedades de Garantia Mútua e Fundo de Contragarantia Mútuo) e, por fim, com a bonificação de taxas de juro e de comissão de garantia, para intervir de forma eficaz na facilitação do acesso ao financiamento bancário por parte das PME, bem como na redução do seu custo.

Relativamente à componente financiada pelo COMPETE, foram apoiadas as seguintes operações de financiamento de PME⁹, por sector de actividade e por Região.

QUADRO 3.25 - OPERAÇÕES DE FINANCIAMENTO APOIADAS PELAS LINHAS DE CRÉDITO PME INVEST I E II POR SECTOR DE ACTIVIDADE

Unid: Mil Euros

Sector de Actividade	PME INVEST I		PME INVEST II		TOTAL	
	Nº Oper.	Valor Global	Nº Oper.	Valor Global	Nº Oper.	Valor Global
Comércio	241	154.762	216	35.594	457	190.356
Construção	76	57.114	71	20.802	147	77.915
Energia	1	790	1	1.000	2	1.790
Indústria	324	232.778	271	81.674	595	314.451
Serviços	26	16.471	73	14.681	99	31.152
Transportes e Logística	24	12.873	18	4.471	42	17.344
Turismo	7	5.378	26	3.769	33	9.148
TOTAL	699	480.167	676	161.990	1.375	642.156

Fonte: SI do FINOVA

⁹ Tal como foi explicitado, as PME apoiadas no âmbito do projecto apoiado pelo COMPETE encontram-se localizadas nas regiões de convergência Norte, Centro ou Alentejo.

QUADRO 3.26 - OPERAÇÕES DE FINANCIAMENTO APOIADAS PELAS LINHAS DE CRÉDITO PME INVEST I E II POR NUTS II

Unid: Mil Euros

Região NUTS II	PME INVEST I		PME INVEST II		TOTAL	
	Nº Oper.	Valor Global	Nº Oper.	Valor Global	Nº Oper.	Valor Global
Norte	340	238.579	392	89.516	732	328.095
Centro	314	211.430	256	65.363	570	276.792
Alentejo	45	30.158	28	7.111	73	37.269
TOTAL	699	480.167	676	161.990	1.375	642.156

Fonte: SI do FINOVA

Pelos dados apresentados pode-se concluir que as operações de financiamento do sector Indústria assumem um peso muito significativo, representando cerca de 50% do montante e número total de operações enquadradas nas Linhas de Crédito PME Investe I e II. No que respeita à distribuição regional constata-se que as Regiões do Norte e do Centro representam cerca de 95% do número e montante de financiamento das operações realizadas nas 3 regiões de Convergência do Continente.

Estas linhas de crédito, além da participação do COMPETE, contaram com outros financiamentos, conforme Quadro 3.27. Atendendo a que o montante global previsto para as operações de financiamento enquadradas nas Linhas de Crédito PME Investe I e II é de 1,6 mil milhões de euros, verifica-se que o nível de alavancagem dos recursos afectos ao financiamento do custo destas linhas é de 8x.

QUADRO 3.27 - FINANCIAMENTO DO CUSTO DAS LINHAS DE CRÉDITO PME INVEST I E II

Unid: Mil Euros

Financiamento	PME INVEST I	PME INVEST II	TOTAL
COMPETE	49.150	58.790	107.940
PO Lisboa	4.540	3.270	7.810
PO Algarve	1.320	2.330	3.650
Fundos Nacionais	29.180	52.260	81.440
TOTAL	84.190	116.650	200.840

Fonte: SI POFC

3.1.4.2 Indicadores de Realização

O Eixo III integra 4 indicadores, 3 de realização e um de resultado.

Uma vez que não foi aprovada até ao final de 2008 qualquer candidatura visando o apoio a instrumentos de reforço do capital próprio das PME, nomeadamente com recurso ao capital de risco, a aferição do indicador “Qualidade do Capital de Risco” não tem aplicação em 2008.

No que respeita ao indicador “Garantias prestadas às PME”, a implementação das Linhas de Crédito PME Investe, cujas operações envolvem na sua esmagadora maioria a celebração de garantias do sistema de garantia mútua, propiciou uma performance bastante favorável deste indicador, registando-se no ano de 2008 resultados que se encontram já muito perto do cumprimento das metas previstas para o ano de 2010.

O atraso na implementação dos apoios a instrumentos de capital de risco poderá justificar o comportamento menos favorável do indicador “Financiamento orientado para sectores com potencial de crescimento”, cujo resultado é suportado na íntegra pela realização das Linhas de Crédito PME Investe, instrumento de banda larga no que diz respeito às actividades económicas enquadráveis.

QUADRO 3.28 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO DO EIXO III

Indicador	Metas		Cumprimento Actual	
	2010	2015	2007-2008	Sim/Não
QUALIDADE DO CAPITAL DE RISCO (Investimento realizado em capital semente) / (Investimento total realizado no âmbito do Capital de Risco)	33%	33%	-	-
FINANCIAMENTO ORIENTADO PARA SECTORES COM POTENCIAL DE CRESCIMENTO (Investimento em empresas em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia) / (Investimento total realizado no âmbito da Inovação Financeira)	30%	30%	15,7%	Não
GARANTIAS PRESTADAS ÀS PME	1.500	5.000	1.373	92% da meta de 2010

Fonte: SI POFC

3.1.5 REALIZAÇÃO EIXO IV – UMA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EFICIENTE E DE QUALIDADE

O Eixo IV é operacionalizado através do SAMA - Sistema de Apoios à Modernização Administrativa, instrumento que visa criar condições para uma Administração Pública mais eficiente e eficaz, através do desenvolvimento de operações estruturantes orientadas para a redução dos denominados “custos públicos de contexto” no seu relacionamento com os cidadãos e as empresas.

3.1.5.1 Candidaturas e Aprovações

No âmbito do SAMA foram publicados desde o início do Programa 2 concursos, tendo sido recepcionadas 190 candidaturas com um investimento associado de 466,2 milhões de euros.

Entre a fase de 2007 e de 2008, registou-se uma ligeira quebra na recepção de candidaturas, mas sem significado.

Durante o ano de 2008 foram aprovados 50 projectos com um investimento elegível de 126,8 milhões de euros e um incentivo de 66,4 milhões de euros, o que representou um aumento de 32,8% face à dotação inicialmente prevista para o 1.º concurso.

QUADRO 3.29 - CANDIDATURAS E PROJECTOS APROVADOS DO EIXO III POR CONCURSO

Unid: Mil Euros

Concurso	Dotação Inicial Prevista	Candidaturas (2007-2008)		Projectos Aprovados (2007-2008)		
		Nº Proj.	Investimento	Nº Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
1ª Fase de 2007	50.000	99	261.381	50	126.810	66.394
1ª Fase de 2008	80.000	91	204.814			
Convite - Operações Globais (*)						
TOTAL EIXO IV	130.000	190	466.196	50	126.810	66.394

Legenda: (*) Convite ainda em fase de recepção de candidaturas no final de 2008

Fonte: SI POFC

Como seria de esperar pela própria tipologia dos projectos, que visa a modernização da administração pública central, 73,3% do incentivo atribuído encontra-se localizado na Região de Lisboa, não obstante o seu efeito sistémico em termos de resultados a nível nacional ("Spill-Over Effects").

QUADRO 3.30 - PROJECTOS APROVADOS DO EIXO IV POR NUTS II

Unid: Mil Euros

NUTS II	Projectos Aprovados (2007-2008)		
	Nº Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
Norte	1	465	326
Centro	3	2.893	2.025
Alentejo			
Multi-Regiões	1	25.247	15.390
Regra "Spill-Over Effects" (Lisboa)	45	98.206	48.654
TOTAL EIXO IV	50	126.810	66.394

Fonte: SI POFC

Em termos de tipologia de projectos, constata-se que 58% dos projectos aprovados, correspondendo a 72,9% do incentivo atribuído, visam a reengenharia e desmaterialização nos processos.

QUADRO 3.31 - PROJECTOS APROVADOS DO EIXO IV POR TIPO DE PROJECTO

Unid: Mil Euros

Tipo de Projecto	Projectos Aprovados (2007-2008)		
	Nº Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
<i>Tipologia B.</i> Reengenharia e desmaterialização nos processos	29	93.264	48.395
<i>Tipologia A.</i> Organização e integração transversal de serviços e de informação, numa lógica de balcão único	7	22.347	12.435
<i>Tipologia C.</i> Desenvolvimento dos mecanismos de interoperabilidade entre sistemas de informação	14	11.199	5.563
TOTAL EIXO IV	50	126.810	66.394

Fonte: SI POFC

No final do ano de 2008, do total de projectos aprovados, encontravam-se já assinados 44 contratos com um incentivo de 64,2 milhões de euros, o que representa uma taxa de 96,7% de contratação.

De forma sumária, os projectos aprovados no âmbito das três tipologias, centraram os seus objectivos e resultados nas seguintes actividades:

- No âmbito da tipologia “A - Organização e integração transversal de serviços e de informação, numa lógica de balcão único”, os projectos visaram operar uma transformação estrutural nos modelos de prestação de serviços públicos, tradicionalmente organizados em função da oferta (centradas na própria Administração), para soluções integradas em função da procura (das necessidades efectivas dos cidadãos e empresas e tendencialmente organizadas por eventos do respectivo ciclo da vida). Os serviços deverão estar disponíveis num único local (físico ou virtual) e permitir uma prestação de serviços de forma mais simples, rápida (preferencialmente numa única interacção) e conveniente: (i) cobertura do ciclo total de interacções com o contribuinte - disponibilização on-line da totalidade dos serviços, com total desmaterialização dos processos e melhoria da ajuda on-line; (ii) Disponibilização da Situação Fiscal Integrada - acesso a toda a informação do Contribuinte, com reorganização da informação financeira numa conta-corrente de todos os impostos e com informação detalhada sobre dívidas e infracções fiscais e alertas sobre obrigações fiscais; (iii) Segmentação dos serviços - quer pela disponibilização de informação personalizada (calendário fiscal, códigos tributários, ajudas contextualizadas...), quer pela possibilidade dos próprios utentes personalizarem o seu espaço de serviços.
- No âmbito da tipologia “B - Reengenharia e desmaterialização nos processos”, enquadram-se os projectos que pretendem promover uma racionalização da organização administrativa das entidades, através da reengenharia (quem faz o quê, quando, onde, por que ordem e porquê), simplificação (anulando repetições, sobreposições e redundâncias) e desmaterialização dos processos, no sentido de potenciar a prestação de um serviço público de qualidade aos cidadãos e às empresas. A título de exemplo: (i) Consola do cliente - criação de um Balcão Único transnacional de acesso electrónico (via web) aos

produtos e serviços prestados às empresas (certificação PME, registo e actualização/edição da informação de cliente, registo e acompanhamento da situação dos processos em curso, acesso ao histórico de registo de interações multi-canal, simuladores de candidaturas e outras ferramentas electrónicas, Inscrição em eventos e programas, registo/inscrição de oportunidades de negócio, incluindo serviço de notificações e alertas, disponibilização de mecanismos de transferência de ficheiros electrónicos em ambiente seguro; (ii) modelo de Relacionamento com os Clientes (CRM) - gestão integrada das interações com empresas (informação actualmente dispersa), na qual assenta o *workflow* de qualquer assunto relacionado com uma empresa em concreto (personalização de contactos, prestação de serviços mais célere e eficiente, melhor organização e integração dos fluxos de trabalho entre as unidades e em função das empresas, melhor da informação de suporte à decisão (novas estratégias, novos produtos...); (iii) IES - Informação Empresarial Simplificada - acesso automático, por protocolo, a informação financeira, económica e fiscal obrigatoriamente entregues junto da Administração Fiscal, o que permite eliminar redundâncias nos pedidos de apresentação pelas empresas de informação disponível na Administração; (iv) Assinatura Digital - generalização da utilização do Cartão do Cidadão em documentos electrónicos (contratação de apoios, declarações...), o que permite uma agilização de procedimentos, sem perda de validade dos actos administrativos celebrados.

- No âmbito da tipologia “C - Desenvolvimento dos mecanismos de interoperabilidade entre sistemas de informação”, enquadram-se projectos que pretendem promover a interligação entre sistemas de informação distintos, independentemente das opções particulares em termos de arquitectura, hardware ou software, no sentido de potenciar a reutilização da informação já residente nas entidades/ Administração na configuração dos serviços públicos (combinando e articulando os serviços de diversas entidades e evitando a sua multiplicação de pedidos da mesma informação junto dos utilizadores) e, desta forma, promover a sua simplificação, orientando-os para a efectivas necessidades dos cidadãos e das empresas. A título de exemplo: muitos organismos em resultado de diferentes estratégias adoptadas

foram implementando várias tecnologias em resposta a necessidades específicas de cada entidade, sem grandes preocupações de normalização, registando-se actualmente dificuldades ao nível da partilha da informação, o que muitas vezes exige o investimento de recursos significativos na alteração "à posterior" dos sistemas de modo a permitir a pretendida integração. No sentido de superar as dificuldades identificadas a este nível, a implementação de uma Framework de Interoperabilidade constitui-se como uma opção credível para garantir a integração dos vários Sistemas de Informação, ao facilitar a transferência electrónica de informação e, consequentemente, permitir o desenvolvimento de modelos de colaboração entre entidades na perspectiva da integração transversal de serviços em função das necessidades efectivas dos cidadãos e das empresas.

3.1.5.2 Indicadores de Realização

O Eixo IV do COMPETE integra 10 indicadores, dos quais, três de realização.

Em relação aos indicadores de realização estabelecidos, e considerando a informação correspondente aos 44 projectos contratados até final de 2008, é possível concluir que o potencial de concretização das metas aprovadas excede largamente as perspectivas formuladas em relação aos objectivos de "Proximidade" e "Simplificação", enquanto que, ao nível da "Utilização de factura electrónica", se ficou abaixo das expectativas, sendo que em qualquer dos casos, revelar-se-á oportuno proceder a uma revisão não apenas das próprias metas, mas também dos conceitos associados.

Com efeito, ao nível dos dois primeiros indicadores, os dados alcançados encontram-se significativamente influenciados pelos resultados registados num número restrito de projectos, cujos beneficiários possuem uma Rede de Centros de Atendimentos bastante alargada e abrangente ao nível do território nacional, criando em cada uma das localizações Centros de Atendimento multi-serviço e pontos únicos de contacto nos canais Internet, presencial ou telefónico, o que corresponde a contributos efectivos para os critérios da "Proximidade" e da "Simplificação".

Numa análise mais restrita, pela exclusão dos projectos em causa, os resultados obtidos repositionam-se nos 16 Centros de Atendimento multi-serviço criados e 41 pontos únicos de contacto criados, superando neste último qualquer das metas estabelecidas.

Em sentido diametralmente oposto, situa-se o indicador relativo à “Utilização de factura electrónica”, com apenas 32% das entidades a assegurarem o seu cumprimento, circunstância que será fortemente influenciada pelo facto de muitas delas simplesmente não emitirem facturas no contexto da sua actividade, sejam elas electrónicas ou de outra natureza, e que, como referido, justificará uma potencial revisão do conceito ou da metodologia de calculo do indicador.

QUADRO 3.32 - INDICADORES DE REALIZAÇÃO DO EIXO IV

Indicadores	Metas		Cumprimento Actual	
	2010	2015	2007-2008	Sim/Não
PROXIMIDADE - CRIAÇÃO DE CENTROS MULTISERVIÇOS (Nº de centros de atendimento multiserviços abertos em território nacional)	60	200	318	Sim
SIMPLIFICAÇÃO - CRIAÇÃO DE PONTOS ÚNICOS DE CONTACTO (nº de pontos únicos de contacto - Internet, presencial ou telefónico - criados)	10	20	366	Sim
UTILIZAÇÃO DE FACTURA ELECTRÓNICA (Nº de organismos públicos utilizadores de factura electrónica) / (Nº de organismos públicos)	80%	100%	32%	Não

Fonte: SI POFC

3.1.5.3 Regra “Spill-over Effects”

No âmbito do SAMA e com base na excepção à regra geral de elegibilidade territorial das despesas relativas a operações com efeitos de difusão relevantes, traduzida na Regra “spill-over effects”, podem ser apoiados investimentos localizados na região NUTS II de Lisboa, por se considerar que têm impactos muito relevantes para o desenvolvimento das regiões objectivo “Convergência” do Continente.

Com efeito, apesar da maioria das entidades e serviços da Administração Pública se encontrar localizada na Região NUTS II de Lisboa, capital do País, sendo por isso natural que aí se concentrem uma parte significativa dos investimentos a realizar, a realidade é que os efeitos e impactos deste investimentos não se restringem à própria Região, sendo pelo contrário extensíveis ao conjunto do território nacional, dado que os serviços prestados pela Administração Central são, pela sua própria natureza, dirigidos ao agregado de agentes económicos nacionais, sejam eles cidadãos ou empresas.

Em termos práticos, de acordo com a metodologia estabelecida no Anexo V do QREN, os efeitos de difusão dos investimentos realizados na Região NUTS II de Lisboa sobre as Regiões de Convergência (NUTS II do Norte, Centro e Alentejo), foram quantificados em 68,5%, sendo esta a taxa a aplicar aos investimentos que se localizam na Região NUT II de Lisboa para efeitos de determinação do investimento elegível para financiamento pelo Programa.

Como se pode constatar pelo quadro abaixo, foram apoiados 45 projectos onde se recorreu à referida excepção.

**QUADRO 3.33 - LISTA DE PROJECTOS APROVADOS DO EIXO IV
AO ABRIGO DA REGRA SPILL-OVER EFFECTS**

Unid: Euros

Nº Proj.	Participante	Localização	Projectos Aprovados		
			Invest. Elegível Total	Invest. Elegível Corrigido	Incentivo
001643	IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P.	Lisboa	433.745	297.116	142.467
001793	Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, I.P.	Lisboa	3.147.340	2.155.928	1.033.767
001806	DGAL, Direcção-Geral das Autarquias Locais	Lisboa	4.236.900	2.902.277	1.391.642
001808	Direcção-Geral da Administração da Justiça	Lisboa	792.363	542.769	260.258
001817	ASAE - Autoridade de Segurança Alimentar e Económica	Lisboa	1.031.548	706.610	338.820
001818	Instituto de Informática do Ministério das Finanças e da Administração Pública	Lisboa	241.099	165.153	79.191
001823	Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação, IP	Lisboa	3.375.703	2.312.357	1.108.775
001832	Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação E Relações Internacionais do Ministério da Ciência, T	Lisboa	566.244	387.877	185.987
001844	Direcção-Geral da Saúde	Lisboa	930.875	637.649	305.753
001847	Administração Central do Sistema de Saúde, IP	Lisboa	852.407	583.898	279.979
001851	Administração Central do Sistema de Saúde, IP	Lisboa	2.545.624	1.743.753	836.129
001852	Administração Central do Sistema de Saúde, IP	Lisboa	828.992	567.860	272.289
001867	Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público	Lisboa	1.433.394	981.875	470.809
001871	Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P.	Lisboa	107.348	73.533	35.259
001872	Instituto de Informática, I.P.	Lisboa	3.647.737	2.498.700	1.198.127
001874	Instituto de Informática, I.P.	Lisboa	63.212	43.300	20.762
001875	Administração Central do Sistema de Saúde, IP	Lisboa	2.772.160	1.898.929	910.537
001877	Direcção-Geral do Tesouro e Finanças	Lisboa	132.825	90.985	43.627
001878	Direcção-Geral do Orçamento	Lisboa	2.266.891	1.552.820	744.577
001880	Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge	Lisboa	500.420	342.788	164.367
001882	Instituto de Gestão Financeira e de Infra-Estruturas da Justiça, IP	Lisboa	3.642.870	2.495.366	1.196.528
001883	Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação	Lisboa	34.671.533	23.750.000	11.388.125
001884	Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas- Gabinete de Planeamento e Política	Lisboa	1.274.969	873.354	418.773
001886	Direcção-Geral de Protecção Sical aos Funcionários e Agentes da Administração Pública-ADSE	Lisboa	720.263	493.380	236.576

**QUADRO 3.33 - LISTA DE PROJECTOS APROVADOS DO EIXO IV
AO ABRIGO DA REGRA SPILL-OVER EFFECTS (CONT.)**

Unid: Euros

Nº Proj.	Participante	Localização	Projectos Aprovados		
			Invest. Elegível Total	Invest. Elegível Corrigido	Incentivo
001890	Secretaria-Geral do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	Lisboa	593.370	406.458	194.897
001891	Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do MFAP	Lisboa	650.317	445.467	213.602
001892	Serviços Sociais da Administração Pública	Lisboa	1.152.644	789.561	378.595
001893	Instituto de Tecnologias de Informação na Justiça, I. P.	Lisboa	2.757.109	1.888.619	905.593
001897	Polícia de Segurança Pública	Lisboa	68.431	46.875	22.477
001901	Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia e Inovação	Lisboa	202.113	138.448	66.386
001906	Direcção Geral Das Actividades Económicas	Lisboa	317.080	217.200	104.147
001912	Gabinete de Estratégia e Planeamento	Lisboa	306.986	210.286	100.832
001919	Direcção-Geral da Administração da Justiça	Lisboa	1.200.869	822.595	394.434
001921	Direcção Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros	Lisboa	2.356.477	1.614.187	774.003
001922	Direcção Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros	Lisboa	20.090.188	13.761.779	6.598.773
001926	Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, IP.	Lisboa	637.157	436.453	209.279
001929	Direcção Geral das Actividades Económicas	Lisboa	120.006	82.204	39.417
001930	Direcção Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros	Lisboa	24.648.125	16.883.966	8.095.862
001936	Instituto de Tecnologias de Informação na Justiça, I. P.	Lisboa	1.642.336	1.125.000	539.438
001937	Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária	Lisboa	1.618.665	1.108.786	531.663
002014	Turismo de Portugal, I.P.	Lisboa	4.434.689	3.037.762	1.456.607
001841	Instituto dos Registos e do Notariado, IP	Regiões Convergência	1.708.933	1.708.933	1.196.253
		Lisboa	2.424.424	1.660.730	1.162.511
001842	Instituto dos Registos e do Notariado, IP	Regiões Convergência	4.907.500	4.907.500	3.435.250
		Lisboa	520.934	356.840	249.788
001843	Instituto dos Registos e do Notariado, IP	Regiões Convergência	14.938.011	14.938.011	10.456.608
		Lisboa	6.634.823	4.544.854	3.181.398
001865	Instituto da Segurança Social, I.P.	Regiões Convergência	20.127	20.127	14.089
		Lisboa	773.200	529.642	370.750

Fonte: SI POFC

3.1.6 REALIZAÇÃO EIXO V – REDES E ACÇÕES COLECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL

O Eixo V congrega três dimensões relevantes, que se assumindo de intervenção indirecta e não associável ao conceito de “Ajudas de Estado”, constituem importantes instrumentos de natureza mobilizadora e estruturante em torno das prioridades estratégicas da Agenda temática da Competitividade.

Os instrumentos e principais características são:

Acções Colectivas (Regulamento do Sistema de Apoio a Acções Colectivas - SIAC)

Os projectos traduzem uma resposta a riscos e oportunidades comuns e os resultados têm de traduzir-se na provisão de bens públicos e na geração de externalidades positivas, insusceptíveis de apropriação privada.

Para que se considere estar em presença de bens públicos, a acção colectiva em causa tem de cumprir cumulativamente 4 condições: (i) prosseguir um objectivo de interesse comum, (ii) visar suprir falhas de mercado ou insuficiências sistémicas que afectem um conjunto alargado de empresas, (iii) assegurar o acesso aos produtos e serviços disponibilizados com a sua realização é arpoamento publicitado e complementado por acções de demonstração e disseminação, (iv) ser promovidas por entidades privadas sem finalidade lucrativa ou por entidades públicas com competências nas políticas visadas.

Estratégias de Eficiência Colectiva (Enquadramento das Estratégias de Eficiência Colectiva):

Uma Estratégia de Eficiência Colectiva é um conjunto coerente e estrategicamente justificado de iniciativas integradas num Programa de Acção que visa a inovação, a qualificação ou a modernização de um agregado económico com uma implantação espacial de expressão nacional, regional ou local, que fomentam de forma estruturada a emergência de economias de aglomeração (cooperação e funcionamento em rede entre empresas e entre estas e outros actores relevantes para a estratégia - entidades de ensino e de I&DT, de formação, de assistência tecnológica, associações empresariais, etc. A estratégia definida deverá estar orientada para o futuro e para a mudança de perfil de especialização da economia portuguesa, ou seja muito ancorado na inovação, na produtividade e na mudança de comportamentos e atitudes.

Estão previstas no Enquadramento duas grandes tipologias de EEC: (i) Clusters, que agrega duas subtipologias - os “Pólos de Competitividade e Tecnologia” (PCT) e os “Outros Clusters” (OC), (ii) Estratégias de Valorização Económica de Base Territorial, que também agregam duas subtipologias - os “Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos” (PROVERE) e as “Acções de Regeneração e Desenvolvimento Urbanos” (ARDU).

O COMPETE é o responsável pelo processo de reconhecimento da tipologia Clusters, e vai ser o processo neste âmbito que irá ser reportado no presente Capítulo.

Este instrumento é horizontal ao QREN e envolve também o PRODER e o PROMAR. As Estratégias e os Programas de Acção que são reconhecidos como EEC beneficiam de um tratamento preferencial quer através da atribuição de incentivos majorados, quer da possibilidade de adaptação dos sistemas de incentivos transversais e/ou dotações orçamentais específicas, quer ainda, do lançamento de concursos específicos.

Acções Inovadoras

Reproduz uma necessidade vivenciada pelo Programa em anteriores ciclos de fundos estruturais e que diz respeito à possibilidade de experimentar (quase numa lógica de *living lab*) novas abordagens em matéria de instrumentos de política pública.

Traduz-se, assim, na possibilidade da Autoridade de Gestão do COMPETE dinamizar actividades de *benchmarking*, sozinha ou em cooperação com os Organismos Intermédios/ actores relevantes, e projectos-piloto de experimentação de novas metodologias/ instrumentos de apoio em áreas críticas do Programa.

Como mnemónica, os objectivos específicos associados a este Eixo são:

- Favorecer e acelerar a alteração do perfil de especialização da economia, desenvolvendo estratégias de criação de novos pólos de crescimento;
- Incrementar a oferta de serviços às empresas reforçando e capacitando as infraestruturas e orientando as suas actividades para as necessidades PME;
- Promover a formação de redes e de outras formas de parcerias e cooperação, como instrumento privilegiado do benefício de economias de aglomeração;
- Promover o desenvolvimento de acções inovadoras de teste a novas abordagens de política pública nos domínios de estímulo ao desenvolvimento empresarial e da inovação.

3.1.6.1 Candidaturas e Aprovações

A. ACÇÕES COLECTIVAS

Durante o ano de 2008 foram publicados dois concursos, com uma dotação total de 22 milhões de euros:

- um concurso geral nos seguintes domínios de intervenção - Inovação e empreendedorismo; Energia, ambiente e responsabilidade social; Outros factores de competitividade para as PME; Informação e representação de PME;
- e um concurso para a promoção de actividades económicas em zonas urbanas, tendo como destinatários os sectores do comércio e serviços.

No âmbito destes concursos, que terminaram a fase de recepção de candidaturas no início de 2009, foram recepcionadas, até ao final de 2008, 16 candidaturas com um investimento associado de 23,1 milhões de euros.

Foram ainda endereçados convites ao IAPMEI, AICEP e Turismo de Portugal para a apresentação de candidaturas, tendo sido recepcionadas 3 candidaturas com um investimento associado de 26,4 milhões de euros.

O concurso geral foi o primeiro concurso no âmbito das Acções Colectivas, aberto em 17 de Novembro, pelo que não foram definidas metas para o ano de 2008. Este concurso previa ainda a recuperação de despesas realizadas depois de 01.Jan.2008, desde que a candidatura fosse submetida até 31 de Dezembro de 2008.

Quadro 3.34 - Candidaturas e Projectos Aprovados por Concurso

Unid: Mil Euros

Concurso	Dotação Inicial Prevista	Candidaturas (2007-2008)		Projectos Aprovados (2007-2008)		
		Nº Proj.	Investim.	Nº Proj.	Investim. Elegível	Incentivo
2ª Fase de 2008 - Concurso Geral (*)	20.000	16	23.135	-	-	-
2ª Fase de 2008 - MERCA (*)	2.000	-	-	-	-	-
Convite AICEP/TP/IAPMEI		3	26.399	-	-	-
TOTAL EIXO 5	22.000	19	49.535	0	0	0

Fonte: SI POFC

(*) Concursos ainda em fase de recepção de candidaturas no final de 2008

CONCURSO GERAL

Das 16 candidaturas recepcionadas, 4 foram consideradas desistências por solicitação dos promotores, apesar das mesmas terem ocorrido no início de 2009.

As 12 candidaturas recepcionadas foram apresentadas por Associações Empresariais aos domínios de intervenção: Energia, ambiente e responsabilidade social (1); Outros factores de competitividade para as PME (7) e Informação e representação de PME (4), e envolvem um investimento total de 21,7 milhões de euros.

A candidatura submetida ao domínio de intervenção Energia, ambiente e responsabilidade social abrangia as áreas de intervenção Eficiência e diversificação energéticas e Ambiente e desenvolvimento sustentável.

No domínio Outros factores de competitividade para as PME, 4 dos projectos apresentados incidiam na área de intervenção Cooperação inter-empresarial, 2 na área Mecanismos inovadores de financiamento de PME, 3 na área Moda e design e 4 na área de Promoção, divulgação e imagem de regiões e sectores.

Relativamente ao domínio Informação e representação de PME, 3 dos projectos apresentados abrangiam a área de intervenção Informação de gestão orientada para PME, 4 a área Observação e vigilância para evolução de actividades económicas e 3 a área Representação em organizações comunitárias e internacionais.

CONVITES

Relativamente aos Convites formulados pela Autoridade de Gestão do COMPETE, os mesmos foram endereçados na sequência das manifestações de interesse das entidades na realização desses projectos. Os Convites foram todos formulados a entidades públicas com competências específicas para o desenvolvimento dos projectos.

Ao IAPMEI para a realização de um projecto de promoção da competitividade das PME das regiões de convergência, através de uma acção de demonstração das capacidades existentes no País em matéria de Inovação, Conhecimento e Desenvolvimento Tecnológico, definidos como eixos prioritários na Estratégia de Lisboa. Este projecto pretendeu aproveitar a exposição “Portugal Tecnológico 2008” organizada pela Associação Industrial Portuguesa, em parceria com a FIL - Feira Internacional de Lisboa.

À AICEP foi formulado um convite para a apresentação de um projecto visando o reforço da competitividade e internacionalização das PME das regiões de convergência através da realização de um plano de promoção externa assente em três áreas estratégicas: promoção comercial/ investimento, político/ institucional e turismo/ cultura, esta última área, na linha do previsto no Plano Estratégico Nacional de Turismo (PENT) cujo objectivo é o reforço da imagem e notoriedade do destino Portugal em diversos mercados emissores e envolvendo o Turismo de Portugal, I.P. na execução das iniciativas em causa. Esta candidatura acabou por ser desdobrada em duas, uma a executar pela AICEP e outra

pelo Turismo de Portugal através da sua Estrutura de Missão “Turismo 2015” .

Os 3 projectos objecto de Convite da AG incidiam na área de intervenção “Promoção, divulgação e imagem de regiões ou sectores”, sendo que os convites da AICEP e do Turismo de Portugal incluíam também a área Internacionalização e acesso a mercados externos.

B. ESTRATÉGIAS DE EFICIÊNCIA COLECTIVA

A Autoridade de Gestão do COMPETE é a entidade competente, de acordo com o n.º 3 do art. 7.º do Enquadramento das Estratégias de Eficiência Colectiva, para efeitos do processo de reconhecimento de Pólos de Competitividade e Tecnologia (PCT) e Outros Clusters (OC).

Neste âmbito procedeu à elaboração do Aviso para Apresentação de Candidaturas (AAC n.º 01/ EEC/ 2008), o qual foi publicado a 31 de Julho de 2008, estabelecendo um período para recepção de candidaturas entre 1 de Setembro e 15 de Outubro de 2008.

Foram recepcionadas e aceites 30 candidaturas (2 candidaturas foram remetidas após o período estabelecido) - 12 candidaturas a PCT e 18 candidaturas a OC.

Após uma primeira validação genérica das candidaturas, constatou-se pela necessidade de se atribuir um tempo suplementar aos candidatos, no sentido de colmatarem lacunas de preenchimento e de melhoria global da qualidade das candidaturas.

Prevendo o Enquadramento das EEC o recurso a peritos externos, e dada a necessidade de apoio técnico-científico durante o processo de apreciação das candidaturas, foi decidido contratar os peritos Dr. Nuno Vitorino e Dr. Emiliano Duch, com reconhecidas competências nos domínios em questão. Os peritos para além de emitirem um parecer técnico relativo às candidaturas a PCT, tiveram, ainda, um importante papel de dinamização e de interpelação dos promotores nas sessões de audiência pública.

O processo de reconhecimento das EEC estabelecido no artigo 7.º do Enquadramento das Estratégias de Eficiência Colectiva, envolvia ainda a constituição de uma Comissão de Avaliação que emitiria parecer (i) sobre enquadramento nas tipologias a concurso e (ii) proporia uma notação do mérito de acordo com os critérios de selecção definidos.

O Despacho Conjunto n.º 26661/ 2008 dos Ministros do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e da Economia e da Inovação, de 22 de Outubro de 2008, nomeou os coordenadores da Comissão de Avaliação: Eng.º Luís Braga da Cruz (tipologia “Estratégias de valorização económica de base territorial”) e Dr. Francisco Murteira Nabo (tipologia “Clusters”).

A Comissão de Avaliação, conforme estabelecido no n.º 7 do artigo 7.º do Enquadramento das Estratégias de Eficiência Colectiva, apresenta a seguinte composição:

- Gestor do COMPETE;
- Coordenador do Observatório do QREN;
- Coordenador do Plano Tecnológico;
- Representante do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social;
- Presidente do IAPMEI;
- Presidente da AICEP;
- Presidente do TP;
- Presidente da Fundação para a Ciência e a Tecnologia;
- Presidentes das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR)

onde se localizam as EEC.



AAC N.º 01/ EEC/ 2008
ESTRATÉGIAS DE EFICIÊNCIA COLECTIVA

CONCURSO PARA O RECONHECIMENTO DE PÓLOS DE COMPETITIVIDADE E TECNOLOGIA E “OUTROS CLUSTERS”

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS AOS PROMOTORES DOS PÓLOS DE COMPETITIVIDADE E TECNOLOGIA

AGENDA

Dia 02 de Dezembro de 2008

Health Cluster Portugal - Associação do Pólo de Competitividade da Saúde	10h - 11,30h
TICE-PT - Associação para o Pólo de Tecnologias de Informação, Comunicação e Electrónica	11,30h - 13h
Pólo de Competitividade e Tecnologia agro-industrial - Associação Integrar - Intervenção de Excelência no Sector Agro-alimentar	14,30h - 16h
Pólo de Competitividade da Moda - Associação Pólo de Competitividade da Moda	16h - 17,30h
Pólo de Competitividade e Tecnologia das Indústrias de Base Florestal - Associação para a Competitividade da Indústria da Fiação Florestal	17,30h - 19h

Dia 03 de Dezembro de 2008

PCTE - Associação PCTE - Pólo de Competitividade e Tecnologia da Energia	9,30h - 11h
PCT das Indústrias de Refinação, Petroquímica e Química Industrial - Associação das Indústrias da Petroquímica, Química e Refinação	11h - 12,30h
Pólo de Competitividade e tecnologia Automóvel e Mobilidade - CEIA - Centro para a Excelência e Inovação na Indústria Automóvel	14h - 15,30h
PCT Engineering & Tooling - Associação POOL-NET-Portuguese Tooling Network	15,30h - 17h
PRODUITECH Pólo das Tecnologias de Produção - Associação para as Tecnologias de Produção Sustentável	17h - 18,30h

A 1.ª reunião da Comissão de Avaliação ocorreu a 7 de Novembro de 2008 e contou com a presença do Sr. Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento regional, com o Sr. Secretário de Estado Adjunto da Indústria e Inovação e com o Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional. Para além desta reunião de arranque, realizaram-se mais duas reuniões da Comissão de Avaliação.

Quer o Observatório do QREN quer o COMPETE criaram uma Área Reservada nos respectivos sítios

electrónicos para os membros da Comissão de Avaliação. O COMPETE apoiou tecnicamente a Comissão de Avaliação em colaboração com o Observatório do QREN que prestou todo o apoio administrativo.

A Comissão de Avaliação decidiu efectuar audiências públicas a todas as candidaturas a PCT, na impossibilidade temporal de estender esta relevante metodologia também aos Outros Clusters, e agendá-las para a primeira semana de Dezembro. Constituíram principais objectivos das audiências públicas: (i) obter informações complementares, (ii) avaliar o nível de empenho dos actores envolvidos em cada proposta.

As audiências públicas foram efectivadas nos dias 2 e 3 de Dezembro, em Espinho, tendo merecido uma avaliação muito positiva quer por parte dos membros da Comissão de Avaliação, quer pelos intervenientes do lado dos PCT.

Na 3.^a reunião da Comissão de Avaliação (11 e 12 de Dezembro) foram amplamente discutidos os projectos em apreciação e atribuída a notação de mérito, traduzido na emissão de um Parecer Final, o qual constituiu peça fundamental no Relatório de Avaliação submetido pela Autoridade de Gestão do COMPETE ao Ministro Coordenador da Comissão Ministerial de Coordenação do COMPETE.

O reconhecimento das EEC-Clusters objecto de análise foi efectivado por despacho datado de 30 de Janeiro de 2009 dos Ministros da Economia e Inovação, do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Este despacho assentou no reconhecimento condicional das EEC-Clusters, justificado pelo insuficiente grau de maturidade dos projectos que constavam dos Programas de Acção. Assim, foram comunicados aos promotores um conjunto de condicionantes e recomendações a reflectir numa nova versão do Programa de Acção a remeter ao COMPETE e à Comissão de Avaliação nos 60 dias subsequentes.

Deste modo, à data da elaboração do presente Relatório de Execução encontra-se a decorrer o período de análise das novas versões do Programa de Acção.

Refira-se, ainda, que o Turismo de Portugal, I.P. foi convidado a apresentar uma candidatura ao processo de reconhecimento do Pólo de Competitividade e Tecnologia do Turismo a 10 de Outubro de 2008, após autorização da Comissão Ministerial de Coordenação do COMPETE. A candidatura foi recepcionada a 20 de Novembro de 2008 e posteriormente analisada, tendo os despachos ministeriais de reconhecimento sido

datados de 16 de Março de 2009.

Tal como nas restantes EEC, também aqui se verificou um reconhecimento condicionado à apresentação de nova versão do Programa de Acção.

QUADRO 3.35 - LISTA DE EEC-CLUSTERS RECONHECIDAS CONDICIONALMENTE

Tipologia Reconhecida	EEC	Entidade Gestora
PCT	Pólo de Competitividade da Saúde	Health Cluster Portugal - Associação do Pólo de Competitividade da Saúde
PCT	Pólo de Competitividade da Moda	Associação Pólo de Competitividade da Moda
PCT	Pólo de Competitividade e Tecnologia Agro-industrial: alimentos, saúde e sustentabilidade	Associação Integralar - Intervenção de Excelência no sector agro-alimentar
PCT	Pólo de Competitividade e Tecnologia da Energia	Associação PCTE - Pólo de Competitividade e Tecnologia da Energia
PCT	Pólo de Competitividade e Tecnologia das Indústrias de Base Florestal	Associação Para a Competitividade da Indústria da Fileira Florestal
PCT	Pólo de Competitividade e Tecnologia Engineering & Tooling	Associação-POOL-NET- Portuguese Tooling Network
PCT	Pólo de Competitividade e Tecnologia das Indústrias de Refinação, Petroquímica e Química Industrial	Associação das Indústrias da Petroquímica, Química e Refinação
PCT	Pólo de Competitividade e Tecnologia das Indústrias da Mobilidade - Portugal Mobi 2015	CEIIA - "Centro para a Excelência e Inovação na Indústria Automóvel"
PCT	PRODUTECH Pólo das Tecnologias de Produção	PRODUTECH - Associação para as Tecnologias de Produção Sustentável
PCT	TICE.PT Pólo das Tecnologias de Informação, Comunicação e Electrónica	Associação TICE.PT - Associação para o Pólo de Tecnologias de Informação, Comunicação e Electrónica
PCT	Pólo de Competitividade e Tecnologia Turismo 2015	Turismo de Portugal, I.P.
Outro Cluster	Cluster Habitat Sustentável	Associação Plataforma para a Construção Sustentável
Outro Cluster	Cluster Agro-Industrial do Centro	InovCluster - Associação do Cluster Agro-Industrial do Centro
Outro Cluster	Cluster da Pedra Natural	Associação Valor Pedra
Outro Cluster	Cluster das Empresas de Mobiliário de Portugal	Associação para o Pólo de Excelência e Inovação das Empresas de Mobiliário em Portugal
Outro Cluster	Cluster das Indústrias Criativas na Região do Norte	ADDICT - Agência para o Desenvolvimento das Indústrias Criativas
Outro Cluster	Cluster Agro-Industrial do Ribatejo	Animaforum - Associação para o Desenvolvimento da Agro-Indústria
Outro Cluster	Cluster Vinhos da Região Demarcada do Douro	ADVID-Associação para o Desenvolvimento da Viticultura Duriense
Outro Cluster	Cluster do Conhecimento e da Economia do Mar	Oceano XXI - Associação para o Conhecimento e Economia do Mar

Legenda: PCT - Pólo de Competitividade e Tecnologia; EEC - Estratégia de Eficiência Colectiva.

Face ao exposto será previsível que a implementação das primeiras EEC-Clusters reconhecidas formalmente ocorra a partir do segundo trimestre de 2009, iniciando-se uma segunda fase cujo acompanhamento será chave para o sucesso desta nova filosofia de política pública.

Refira-se, ainda, que no âmbito de outras EEC, nomeadamente PROVERE (Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos) e ARDU (Acções de Regeneração e Desenvolvimento Urbanos), o COMPETE contribuiu para a proposta de decisão em sede de Comissão de Avaliação ou desenvolveu actividades de análise enquanto perito.

C. ACÇÕES INOVADORAS

Esta dimensão ainda não foi implementada no Programa, tendo-se considerado prioritário na fase inicial de arranque do Programa privilegiar os instrumentos de apoio directo às empresas (Sistemas de Incentivos).

3.1.6.2 Indicadores de Realização

O Eixo V inclui 4 indicadores, 2 de realização e 2 de resultado.

Relativamente ao primeiro indicador ainda não existe qualquer valor executado, uma vez que durante o ano de 2008 se iniciou o processo que conduzirá ao reconhecimento formal das EEC-Clusters em 2009 e só posteriormente serão apoiados projectos que corporizaram o “reforço do investimento em economias de eficiência colectiva. Note-se, ainda, que o COMPETE poderá ser PO financiador de outras EEC, nomeadamente PROVERE.

Também ainda em relação ao outro indicador de realização não é possível efectuar o seu cálculo, dado que a 31 de Dezembro de 2008 não existiam projectos aprovados neste Eixo.

Quadro 3.36 - Indicadores de Realização do Eixo V

Indicador	Metas		Cumprimento Actual	
	2010	2015	2007-2008	Sim/Não
PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DAS PME EM ACÇÕES COLECTIVAS (N.º PME envolvidas em Acções Colectivas)	10.000	15.000	-	-
PROMOÇÃO DA COOPERAÇÃO DE PME (N.º PME envolvidas em projectos de cooperação)	2.000	5.000	-	-

Fonte: SI POFC

3.1.7 REALIZAÇÃO EIXO VI – ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Através do Eixo VI pretende-se financiar as acções de preparação, gestão, acompanhamento da execução, controlo interno, análise, avaliação, informação, divulgação e publicitação, bem como os recursos humanos, materiais e técnicos de suporte à gestão e implementação de forma eficaz e eficiente do COMPETE.

Serão apoiadas candidaturas apresentadas pelo Gabinete de Gestão do COMPETE, para financiamento da estrutura interna, e pelas Entidades com responsabilidade de gestão que intervenham como Organismos intermédios ou Técnicos.

3.1.7.1 Candidaturas e Aprovações

Durante o ano de 2008 foram apresentadas e aprovadas 2 candidaturas visando o financiamento da estrutura interna do COMPETE, com um investimento elegível de 8,9 milhões de euros e um incentivo de 6,2 milhões de euros.

Foram ainda recepcionadas 14 candidaturas dos 7 Organismos Intermédios (AdI, AMA, AICEP, Ciência Viva, FCT, IAPMEI e Turismo de Portugal) para financiamento das suas actividades em 2007/ 2008 e 2009, não tendo sido objecto de análise até final do ano de 2008.

QUADRO 3.37 - CANDIDATURAS E PROJECTOS APROVADOS DO EIXO VI POR BENEFICIÁRIO

Unid: Mil Euros

Beneficiário	Candidaturas (2007-2008)		Projectos Aprovados (2007-2008)		
	Nº Proj.	Investim.	Nº Proj.	Investim. Elegível	Incentivo
Autoridade de Gestão	2	10.167	2	8.926	6.248
Organismos Intermediários	14	16.569			
TOTAL EIXO VI	16	26.736	2	8.926	6.248

Fonte: SI POFC

Das 2 candidaturas aprovadas, um dos projectos encontrava-se já contratado envolvendo o incentivo de 312 mil euros.

3.1.7.2 Indicadores de Realização

O Eixo VI integra 5 indicadores, um de resultado.

Uma vez que ainda não se verificou a aferição do cumprimento da meta N+3 e N+2 nem foram efectuadas Avaliações ao Programa, a análise do cumprimento actual dos indicadores do Eixo cinge-se aos restantes 3 indicadores.

Assim, é possível verificar que se está a cumprir a desmaterialização de processos associados a fluxos financeiros e à programação e acompanhamento e que, relativamente ao *site* do Programa, já se registaram mais de 700 mil visitas, ultrapassando em muito as metas previstas para 2010.

QUADRO 3.38 - INDICADORES DE REALIZAÇÃO DO EIXO VI

Indicador	Metas		Cumprimento Actual	
	2010	2015	2007-2008	Sim/Não
TAXA DE EXECUÇÃO DA DESPESA FUNDO (em % da Despesa Fundo Programada para o ano n+3 ou n+2, conforme os casos)	100%	100%	-	-
N.º DE VISITAS AO SÍTIO INTERNET	450.000	1.350.000	715.296	53% da meta de 2015
NÍVEL DE DESMATERIALIZAÇÃO DE PROCESSOS ASSOCIADOS A FLUXOS FINANCEIROS (certificação de despesa e pagamentos)	100%	100%	100%	Sim
NÍVEL DE DESMATERIALIZAÇÃO DE PROCESSOS ASSOCIADOS A PROGRAMAÇÃO E ACOMPANHAMENTO (documentos de programação, notificação de grandes projectos, relatórios de execução, convocatórias e circulação de informação de acompanhamento)	80%	100%	100%	Sim

Fonte: SI POFC

3.2 PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E DESPESA EXECUTADA

Tendo-se registado em 2008 as primeiras aprovações de projectos, foi consequentemente, também neste ano que se procedeu à concepção das orientações base que permitiram definir as modalidades de pagamentos a realizar aos beneficiários, bem como a metodologia para a verificação de despesa apresentada pelos beneficiários à Autoridade de Gestão.

Deste modo, no ano de 2008 ficaram reunidas todas as condições para o “arranque” financeiro do Programa.

Nos Anexos C e D é disponibilizado um conjunto de dados complementares à análise efectuada no presente ponto.

3.2.1 FINANCIAMENTO APROVADO

O financiamento aprovado durante o ano de 2008 ascende a um montante de custo total elegível de 2,4 mil milhões de euros, ao qual corresponde uma despesa pública de 929 milhões de euros e um montante de fundo comunitário FEDER de 818 milhões de euros.

Este montante de aprovações está distribuído pelos diversos Eixos Prioritários do Programa, com excepção do Eixo Prioritário 5 que, durante o ano de 2008, não registou aprovações.

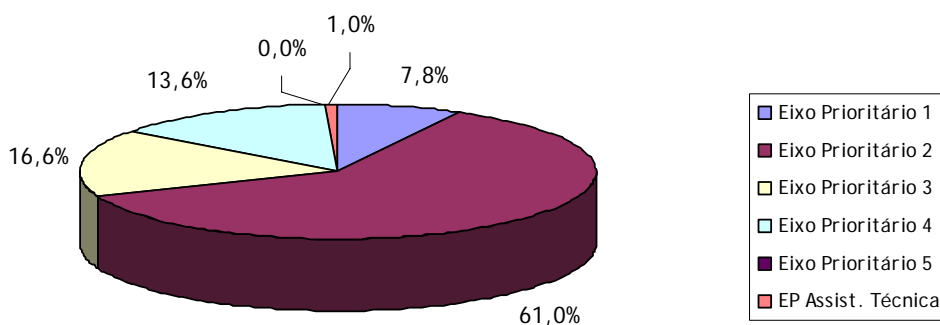
Neste contexto, tal como evidencia o gráfico que se apresenta de seguida, o Eixo Prioritário 2 - Inovação e Renovação do Modelo Empresarial e do Padrão de Especialização - absorve cerca de 61% da despesa pública aprovada em 2008.

O Eixo Prioritário 3 - Financiamento e Partilha de Risco da Inovação, regista cerca de 17% da despesa pública aprovada e o Eixo Prioritário 4 - Administração Pública Eficiente e de Qualidade, absorve cerca de 14%.

O Eixo Prioritário 1 - Conhecimento e Desenvolvimento Tecnológico, absorve cerca de 8% do montante de despesa pública aprovado.

O Eixo Prioritário da Assistência Técnica do Programa regista igualmente aprovações durante o ano de 2008, as quais respeitam a 2 projectos cujo beneficiário é a Autoridade de Gestão e representam cerca de 1% das aprovações totais que ocorreram durante o ano de 2008.

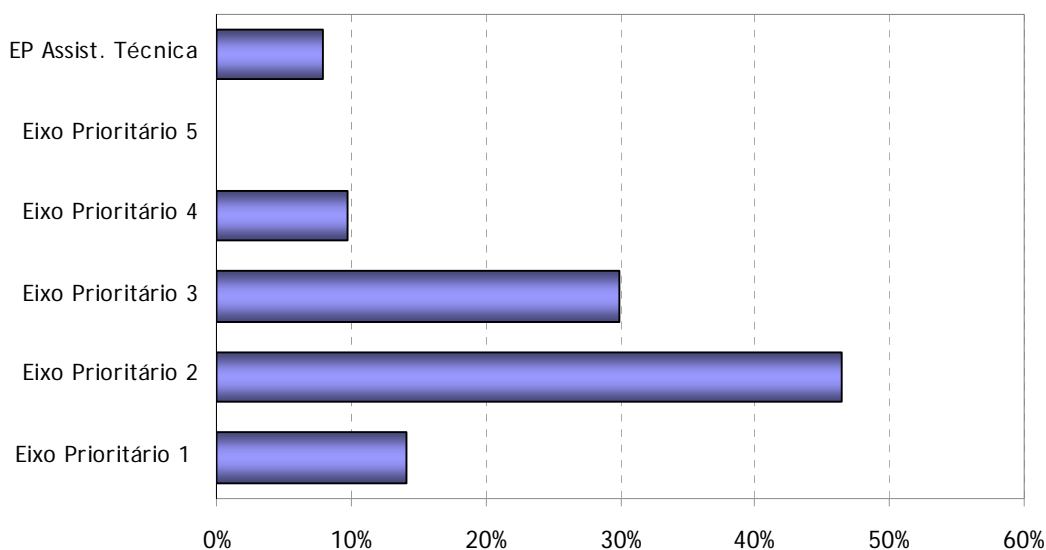
GRÁFICO 3.4 - APROVAÇÕES POR EIXO PRIORITÁRIO, 2008 (DESPESA PÚBLICA)



Fonte: SI POFC

No que concerne ao comprometimento das verbas afectas a cada Eixo Prioritário, em termos de programação financeira do Programa, o gráfico seguinte apresenta as taxas de compromisso resultantes das aprovações de projectos realizadas em 2008.

GRÁFICO 3.5 - TAXAS DE COMPROMISSO POR EIXO PRIORITÁRIO, 2008 (FUNDO COMUNITÁRIO)



Fonte: SI POFC

A leitura do gráfico evidencia taxas de compromisso diferenciadas para cada Eixo Prioritário. Com excepção do Eixo Prioritário 5 - Redes e Acções Colectivas de Desenvolvimento Empresarial, que não teve em 2008 qualquer verba comprometida, todos os restantes Eixos apresentam níveis de compromisso assinaláveis, destacando-se os Eixos prioritários 2 e 3, que, respectivamente, comprometeram já cerca de 46% e 30% do sua programação financeira de Fundo Comunitário FEDER.

Em termos globais, a 31 de Dezembro de 2008, o Programa atingiu uma taxa de compromisso de 26% da sua dotação de fundo comunitário FEDER.

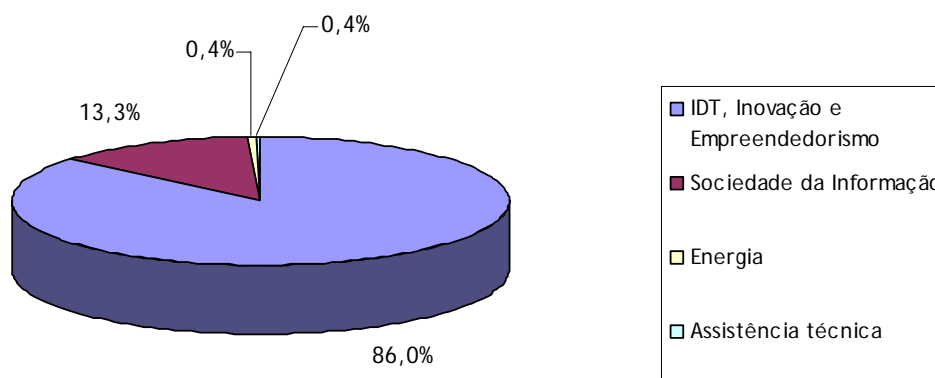
No que respeita à afectação das aprovações por dimensão Tema Prioritário, constata-se que as aprovações registadas em 2008 se concentram em dois Temas Prioritários: Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (IDT) e Inovação e Empreendedorismo e Sociedade da Informação.

O Tema Prioritário Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (IDT), Inovação e Empreendedorismo absorve cerca de 86% dos projectos aprovados e cerca de 91% do montante de Fundo Comunitário aprovado.

O Tema Prioritário Sociedade da Informação absorve cerca de 13% dos projectos aprovados e cerca de 8% do montante de Fundo Comunitário aprovado.

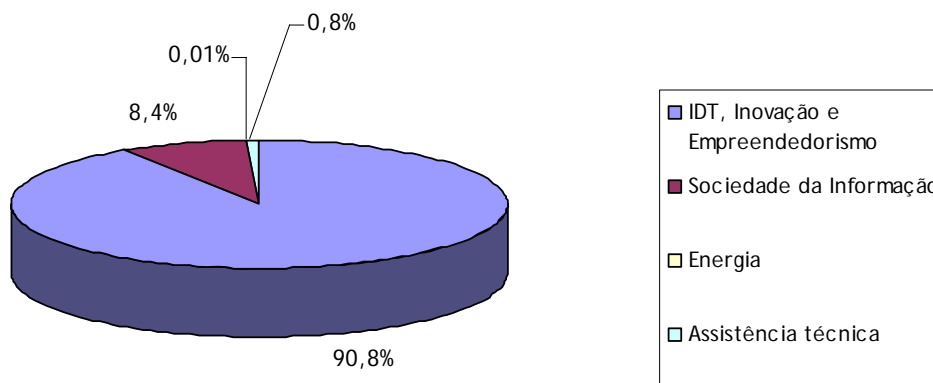
Aos Temas Prioritários Energia e Assistência Técnica estão imputadas níveis de aprovações pouco significativos, uma vez que, quer a nível de número de projectos quer a nível de montante, a afectação é inferior a 1%.

GRÁFICO 3.6 - APROVAÇÕES POR TEMA PRIORITÁRIO, 2008 (N.º PROJECTOS)



Fonte: SI POFC

GRÁFICO 3.7 - APROVAÇÕES POR TEMA PRIORITÁRIO, 2008 (FUNDO COMUNITÁRIO)

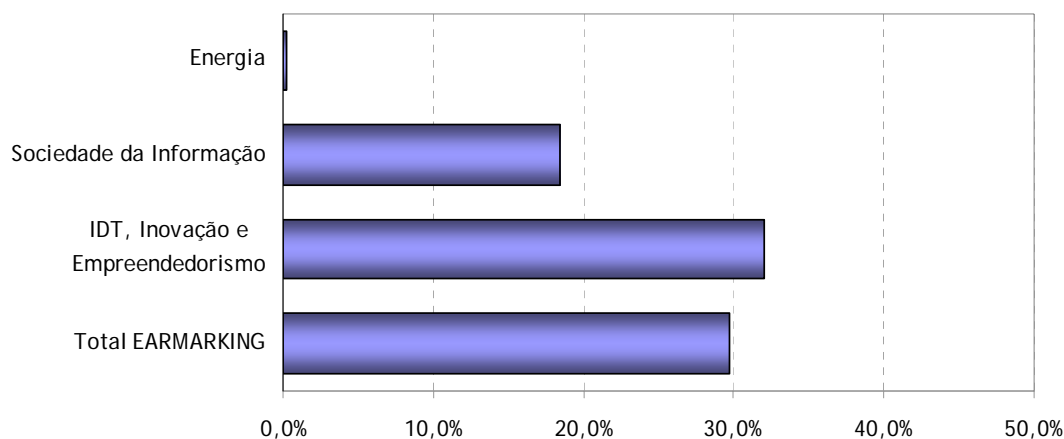


Fonte: SI POFC

Tendo por base a repartição indicativa da contribuição comunitária por Tema Prioritário - *Earmarking*, regista-se um nível de compromisso do orçamento total *Earmarking* na ordem dos 30%, sendo que o montante atribuído à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (IDT), Inovação e Empreendedorismo se encontra comprometido em 32% e o orçamento indicativo da Sociedade da Informação apresenta um compromisso de 18%.

No que respeita ao tema Energia, o compromisso é ainda bastante reduzido, situando-se abaixo do 1% da contribuição comunitária que lhe está afectada.

GRÁFICO 3.8 - TAXAS DE COMPROMISSO POR TEMA EARMARKING, 2008 (FUNDO COMUNITÁRIO)



Fonte: SI POFC

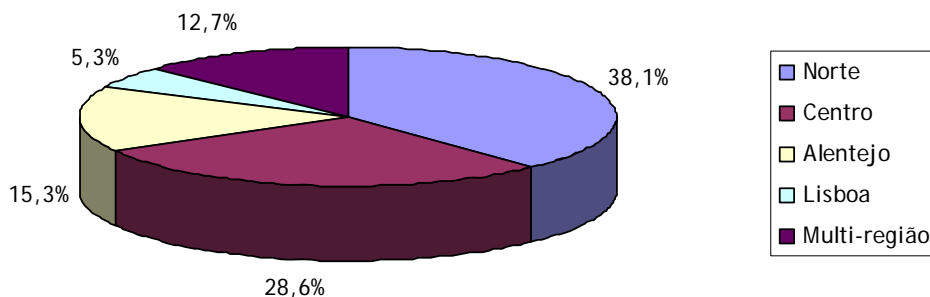
No que respeita à distribuição do montante de fundo comunitário FEDER aprovado por Regiões NUTS II, constata-se pela análise do gráfico seguinte, que o Norte é a Região que detém a maior parcela de contribuição comunitária aprovada, cerca de 38% do total aprovado.

A Região Centro concentra cerca de 29% do montante aprovado e, seguidamente, com uma parcela menor, a Região do Alentejo com cerca de 15% do montante de FEDER aprovado.

Para além das aprovações cujo investimento é directamente imputável a uma determinada Região de Convergência, cerca de 13% do montante aprovado não se encontra exclusivamente afecto a uma região, sendo, deste modo, classificado como Multi-regiões.

Existe igualmente uma parcela do montante das aprovações realizadas que está imputado à região de Lisboa, a qual decorre do efeito *Spill-Over*, e que representa cerca de 5% do total aprovado (detalhado em cada um dos Eixos respectivos).

GRÁFICO 3.9 - APROVAÇÕES POR NUT II, 2008 (FUNDO COMUNITÁRIO)



Fonte: SI POFC

Tendo em conta as modalidades de financiamento, a contribuição comunitária correspondente às aprovações realizadas em 2008, distribui-se por ajuda não reembolsável e ajuda (empréstimo, bonificação de juros e garantias), sendo que estas modalidades assumem, respectivamente, cerca de 21% e 79% das aprovações.

3.2.2 PAGAMENTOS REALIZADOS

Realizadas as aprovações e concretizada a fase de contratação, o Programa reúne agora as condições para dar início ao pagamento a beneficiários, quer a título de adiantamento, quer a título de reembolso de despesas apresentadas pelos beneficiários à Autoridade de Gestão.

Neste contexto, e após a definição e elaboração das Normas de Pagamento do Programa, bem como da Verificação de Despesa, foram realizados os primeiros pagamentos do Programa, os quais têm como Organismos Pagadores, no caso dos Sistemas de Incentivo, o IAPMEI, I.P. e o Turismo de Portugal, I.P., e nos restantes sistemas de apoio, o IFDR, I.P..

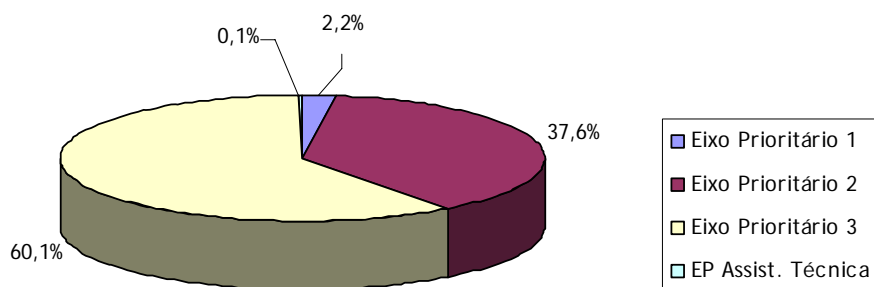
O montante total de pagamentos realizados durante o ano de 2008 ascende a 93,4 milhões de euros de fundo comunitário. Este montante de pagamentos traduz-se numa taxa de pagamento do Programa, a qual é calculada pelo rácio Pagamentos/ Aprovações, na ordem dos 11%. Em sequência do exposto nos pontos precedentes, não se verificaram

pagamentos nos Eixos Prioritários 4 e 5.

O gráfico seguinte apresenta a distribuição dos pagamentos efectuados por Eixo, sendo evidente a concentração dos pagamentos em dois Eixos: o Eixo Prioritário 3 - Financiamento e Partilha de Risco da Inovação, que absorve a maior fatia de pagamentos, cerca de 60% do total realizado, e o Eixo Prioritário 2 - Inovação e Renovação do Modelo Empresarial e do Padrão de Especialização, no âmbito do qual se realizaram cerca 38% dos pagamentos.

No Eixo Prioritário 1 e no Eixo da Assistência Técnica, o montante de pagamentos é ainda residual, equivalendo, respectivamente, a cerca de 2% e 0,1% do total de pagamentos.

GRÁFICO 3.10 - PAGAMENTOS REALIZADOS POR EIXO PRIORITÁRIO, 2008 (FUNDO COMUNITÁRIO)



Fonte: SI POFC

Parte com significado dos pagamentos realizados em 2008 foram a título de adiantamento, tendo sido observado o disposto no n.º 2 do art.º 78 do Regulamento (CE) n.º 1083/ 2006, de 11 de Julho, reunindo deste modo as condições necessárias à sua certificação.

3.2.3 EXECUÇÃO FINANCEIRA

O conceito de execução adoptado pelo COMPETE baseia-se numa execução apurada com base nos parâmetros ou pressupostos que estão previstos no art.º 78 do Regulamento (CE) n.º 1083/ 2006, de 11 de Julho e na sua nova redacção dada pelo Regulamento (CE) n.º 284/ 2009, de 08 de Abril.

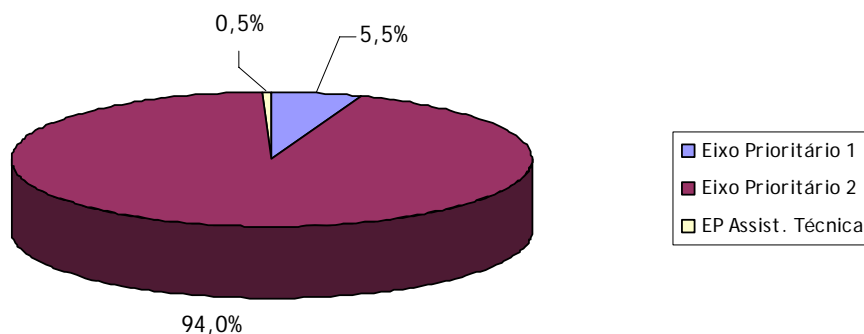
A execução reportada em sede de Relatório Anual de Execução traduz-se, deste modo, na despesa que reúne as condições para certificação e reembolso pela Comissão Europeia (incluindo os adiantamentos a beneficiários certificáveis).

Nesta óptica, a execução realizada em 2008 ascende a 66,9 milhões de euros de custo total elegível, ao qual corresponde uma parcela de despesa pública de 37,3 milhões de euros.

Esta execução, tal como demonstra o gráfico seguinte, distribui-se por 3 Eixos Prioritários, sendo que o Eixo Prioritário 2 - Inovação e Renovação do Modelo Empresarial e do Padrão de Especialização - concentra 94% da execução realizada.

O Eixo Prioritário 1 - Conhecimento e Desenvolvimento Tecnológico - regista cerca de 5,5% da execução e a Assistência Técnica do Programa assume uma parcela executada inferior a 1%.

GRÁFICO 3.11 - EXECUÇÃO POR EIXO PRIORITÁRIO, 2008 (DESPESA PÚBLICA)



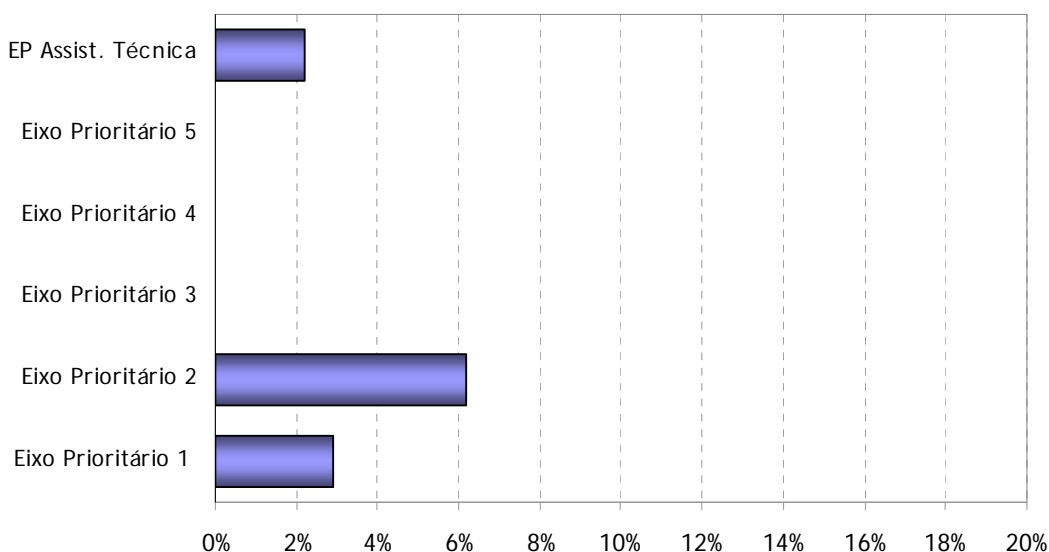
Fonte: SI POFC

No que respeita à taxa de execução refira-se que, face à programação financeira, o Eixo 2 apresenta uma taxa de execução na ordem dos 3%, sendo que, para o total do Programa, a execução realizada em 2008 corresponde a 1% da programação financeira.

Quanto à taxa de realização (execução/ aprovações), o gráfico seguinte permite verificar que o Eixo 2 realizou já cerca de 6% do seu montante aprovado, o Eixo Prioritário 3 cerca de 3% e a Assistência Técnica cerca 2% do seu montante aprovado.

Face ao montante total de aprovações, o Programa apresenta uma taxa de realização na ordem dos 5%.

GRÁFICO 3.12 - TAXAS DE REALIZAÇÃO POR EIXO PRIORITÁRIO, 2008 (FUNDO COMUNITÁRIO)



Fonte: SI POFC

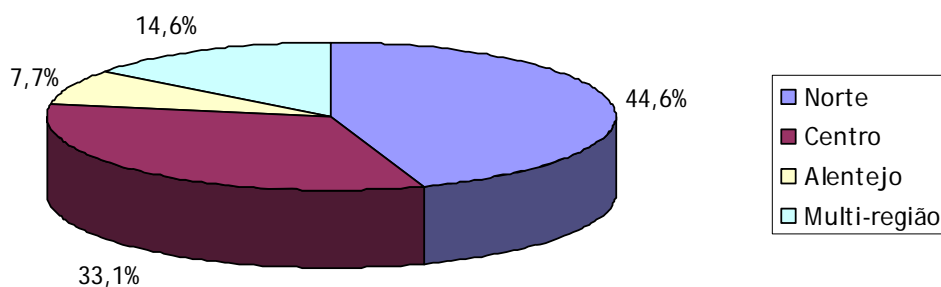
No que respeita à execução por dimensão Tema Prioritário, verifica-se que, com excepção do montante realizado no âmbito da Assistência Técnica, toda a execução de 2008 é imputada ao Tema Prioritário Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (IDT), Inovação e Empreendedorismo, representando a mesma cerca de 5% do montante das aprovações realizadas neste tema.

Quanto à distribuição do montante de fundo comunitário FEDER executado por Regiões NUTS II, constata-se que o Norte é a Região que executou a maior parcela de contribuição comunitária aprovada, cerca de 45% do total da execução de 2008.

A região Centro concentra cerca de 33% da execução do Programa e à Região do Alentejo é imputada uma parcela de 8% do total execução.

A execução relativa a projectos cujo investimento não está exclusivamente afecto a uma região - Multi-regiões - é responsável por cerca de 15% da execução do Programa.

GRÁFICO 3.13 - EXECUÇÃO POR NUT II,
2008 (FUNDO COMUNITÁRIO)



Fonte: SI POFC

Tendo em conta as modalidades de financiamento, a contribuição comunitária correspondente à execução de 2008, distribui-se por ajuda não reembolsável e ajuda (empréstimo, bonificação de juros e garantias), sendo que estas modalidades assumem, respectivamente, cerca de 15% e 85% da execução realizada.

Conforme se pode constatar pelo Anexo C.3, as despesas pagas pelos beneficiários e incluídas em pedidos de pagamento apresentados à Autoridade de Gestão ascende a 125 milhões de euros. Para o apuramento da execução (66,9 milhões de euros de custo total elegível) não foi considerada a totalidade destas despesas dado algumas delas se enquadrarem em sistemas de incentivos e não terem sido pagas pelo Programa ao beneficiário até ao final do ano de 2008.

3.3 FLUXOS FINANCEIROS COM A CE

Os fluxos financeiros com a CE que ocorreram durante o ano de 2008 respeitam exclusivamente à transferência da 2ª fracção do pré-financiamento correspondente a 3% da dotação global FEDER do PO Factores de Competitividade.

Neste contexto, e na sequência da transferência da Comissão Europeia, no dia 30 de Abril de 2008 foi depositado na conta do Programa titulada pelo IFDR, o montante de 93.113.670,33 euros.

Tendo em conta a 1ª fracção do pré-financiamento recebida em 2007, no final de 2008 o Programa registou um montante acumulado de recebimentos da CE de 155.189.450,55 euros.

Registe-se que até 31 de Dezembro de 2008 não foi enviada despesa certificada à Comissão Europeia.

3.4 GRANDES PROJECTOS

Durante o ano de 2008, além de 5 dos 7 grandes projectos a transitar do QCA III (Programa PRIME) para o COMPETE já definidos no texto do PO, foram ainda aprovados 2 grandes projectos no âmbito do SI Inovação (cf. Anexo F).

Recorde-se que a DG REGIO deverá ser consultada para confirmação do montante sobre o qual incide a taxa de co-financiamento do Eixo Prioritário.

QUADRO 3.39 - LISTA DE GRANDES PROJECTOS APROVADOS, 2007-2008

Unid: Mil Euros

Nº Proj.	Promotor	Eixo	Notificação à DGREGIO: Situação Actual	Projectos Aprovados	
				Invest. Elegível	Incentivo
001942	Soc. Portuguesa do Arlíquido `Arlíquido`, Lda	II	Formulário em vias de envio para a CE	56.674	11.428
001943	Artenius Sines Pta, SA	II	Formulário em vias de envio para a CE	355.356	38.822
001944	Celulose Beira Industrial (Celbi), SA	II	Em apreciação por parte da CE	314.083	51.645
001945	CUF - Químicos Industriais, SA	II	Formulário em vias de envio para a CE	121.784	24.939
001948	Swedwood Portugal - Indústria de Madeiras e Mobiliário, Lda	II	Aprovado pela CE em 04-Nov-08	107.112	29.000
003147	ITARION SOLAR, LDA	II	Formulário em vias de envio para a CE	74.789	27.928
003519	E OPERACIONAL ESTRUTURAS METÁLICAS SA	II	Em apreciação por parte da CE	91.491	46.843
001941	AGNI INC. DESENV. SISTEMAS PARA ENERGIAS ALTERNATIVAS, LDA	II	Projecto não sujeito a notificação à DGREGIO	37.447	7.437
001947	REPSOL POLÍMEROS, LDA	II	Projecto por aprovar pela Comissão Directiva do COMPETE		
001946	DOW PORTUGAL - Produtos Químicos, Soc. Unipessoal, Lda	II	Projecto por aprovar pela Comissão Directiva do COMPETE		

Fonte: SI POFC

Relativamente à lista de Grandes Projectos aprovados no COMPETE (que consiste na actualização do Anexo III do POFC) apresenta-se uma breve descrição considerando os principais objectivos e respectiva situação em termos de realização física e financeira.

Da lista indicativa de grandes projectos que consta do Anexo III do POFC, o projecto 001941 da AGNI INC. DESENV. SISTEMAS PARA ENERGIAS ALTERNATIVAS, LDA, dado ter um investimento elegível de 43,9 milhões de euros, não é considerado Grande Projecto (e portanto, não carece de notificação à DGREGIO). A transição para o QREN dos restantes dois grandes projectos (REPSOL Polímeros, SA e DOW PORTUGAL - Produtos Químicos, Soc. Unipessoal, Lda) ainda não se encontrava aprovada pela Comissão Directiva no final do ano de 2008.

Projecto nº 1942 - Soc. Portuguesa do ArLíquido "ARLÍQUIDO", Lda

Descrição do Projecto

A principal actividade da ARLÍQUIDO é a fabricação, compra, venda e exploração, sob qualquer forma, de gases industriais e medicinais, comprimidos, liquefeitos ou solidificados.

O projecto de investimento em causa visa a instalação de uma nova unidade SMR (Steam Methane Reformer) a gás natural (30 MNm³/ano de CO e 122 MNm³/ano de H₂) nas suas instalações do Complexo Industrial de Estarreja, com vista ao fornecimento de CO e H₂ à empresa DOW, necessários à produção de MDI e ao fornecimento de H₂ à empresa CUF, necessário à produção de Anilina, bem como a instalação de uma unidade On-site na Celtejo para o fornecimento local de O₂ (8 Milhões de m³/Ano), deixando este fornecimento de ser efectuado por transporte em camiões cisterna.

A relevância deste projecto transcende o aumento da capacidade produtiva do promotor, na medida em que desse aumento depende a manutenção do contrato de fornecimento com o seu principal cliente, a DOW Chemical, componente basilar do Projecto de Consolidação e Expansão da Fileira de Poliuteranos do Complexo Petroquímico de Estarreja, maior "cluster" químico de Portugal. Este projecto de consolidação integra assim este novo investimento da ARLÍQUIDO, bem como os novos investimentos associados da já referida DOW (consolidação e expansão da produção) e da empresa Cuf - QI (também fornecedora da DOW).

A consolidação e expansão desta fileira pela ARLÍQUIDO, CUF e pela DOW permitirão também o reforço das capacidades e da competitividade de outras importantes unidades de "Cluster" português de Refinação de Petróleos/Industriais Petroquímicas. Com efeito, a plataforma produtiva de Estarreja assume uma importância vital para toda a indústria química nacional, influenciando, directa ou indirectamente, a fábrica de aromáticos pela aquisição do benzeno e de nafta industrial da PETROGAL, em Matosinhos, a fábrica de amoníaco da ADUBOS DE PORTUGAL, no Lavradio, a fábrica de formaldeído da BRESFOR, em Aveiro e a refinaria da PETROGAL em Sines.

Igualmente, tal expansão terá um impacto indirecto nos diversos sectores que utilizam o polímero mencionado, designadamente a indústria automóvel, a construção civil, o calçado, as fibras ou o electrodoméstico, com a possibilidade de aumentar as respectivas exportações.

Refira-se ainda que o projecto conta com novos processos de produção e prestação de serviços com redução de custos e redução de emissões poluentes, redução do transporte de matérias perigosas e acréscimo da segurança industrial dos operadores.

Projecto nº 1943 - Artenius Sines Pta, S.A.

Descrição do Projecto

A ARTENIUS SINES PTA, SA é uma empresa constituída de raiz com o objectivo de construir e operar uma unidade industrial de produção de PTA em Sines.

A Artenius pertence ao grupo multinacional La Seda de Barcelona, S.A. (LSB) com sede em Barcelona, Espanha, cuja origem remonta a 1925.

O projecto de investimento apresentado no âmbito do SI Inovação tem como objectivo a instalação de uma fábrica em Sines, equipada com a mais moderna e eficiente tecnologia disponível para a produção de PTA (ácido tereftálico purificado), um pó branco fabricado a partir da reacção de paraxileno com um solvente de ácido acético e uma solução catalisadora.

O PTA é a principal matéria-prima utilizada no fabrico de PET (politereftalato de etileno). O PET é um dos plásticos mais usados na indústria de embalagens e em novas aplicações desenvolvidas nos últimos anos por ser mais ecológico, reciclável e resistente do que outros polímeros como o PVC. Com efeito, o PET é utilizado num vasto leque de aplicações em que é necessária uma grande resistência às condições climatéricas e à corrosão, tais como mobiliário de jardim e equipamento para exterior ou componentes de automóvel.

Por outro lado, devido à sua composição inócua, o PET é utilizado na produção de embalagens para a indústria alimentar.

A Artenius pretende, assim, construir uma fábrica com capacidade de produção de 700.000 toneladas de PTA por ano, o que irá permitir abastecer, fundamentalmente, as empresas do Grupo LSB.

O projecto irá contribuir através, quer da movimentação de produto acabado, quer da importação de matérias-primas, para a dinamização do Porto de Sines como plataforma logística, com impactos positivos na região, quer pela estrutura de recursos humanos a afectar, quer pelo efeito de arrastamento decorrente da aquisição de matérias-primas, subsidiárias e serviços com conseqüente criação de postos de trabalho indirectos.

O projecto contribuirá ainda para a ocorrência de sinergias potencialmente significativas e efeitos em cascata na fileira petroquímica instalada em Portugal, decorrentes da possibilidade de aquisição de um volume considerável de matéria-prima e utilities em Portugal, com impactos positivos na Balança de Pagamentos e Comercial.

Encontra-se prevista a criação de 150 novos postos de trabalho directos, estimando-se a criação de mais de 200 postos de trabalho indirectos em actividades de logística e manutenção.

Projecto nº 1944 - Celulose Beira Industrial (Celbi), S.A.

Descrição do Projecto

A empresa dedica-se à produção de pasta para papel e com o projecto propõe-se modernizar o seu parque tecnológico de modo a aumentar a qualidade do seu processo e do produto final, reduzindo os riscos e incrementando a eficiência ambiental da produção permitindo aumentar a capacidade produtiva para as 550 kton e melhorar a qualidade do processo e do produto. O investimento permitirá também à empresa substituir o fuel por gás natural e bio-combustível mantendo-se na vanguarda do cumprimento dos normativos ambientais, adaptando em cada fase do ciclo produtivo as Melhores Tecnologias Disponíveis.

O projecto irá realizar-se integralmente nas instalações fabris da Celbi, na Leirosa - Figueira da Foz.

O desenvolvimento desta unidade industrial em Leirosa - Figueira da Foz, que assume fortes características de uma zona rural e piscatória pouco desenvolvida, contribui para a redução das assimetrias regionais, assegurando a manutenção de um número importante de postos de trabalho, directos e indirectos, articulando directamente com um conjunto de fornecedores e prestadores de serviços industriais, bem como produtores da fileira florestal, assumindo-se assim como um dos principais actores económicos do Concelho da Figueira da Foz e mesmo do Distrito de Coimbra.

Com o impacto do projecto, está previsto um aumento de dezenas de postos de trabalho indirectos no sector florestal.

O projecto assume-se de relevante contributo estratégico para a empresa, para alavancar a sua posição de produtora de pasta, incorporando valor acrescentado no seu produto de pasta branqueada, reforçando a sua posição de produtora no mercado global e continuando a apostar no mercado onde opera.

Para além disso, este projecto assume também um importante papel no desenvolvimento da economia nacional, não só a nível interno e local, mas fundamentalmente, na Balança Comercial já que grande parte da actividade da empresa se destina a mercados internacionais.

Realização Financeira do Projecto

Durante o ano de 2008 foram apresentadas despesas no montante de 79,6 milhões de euros a qual se traduziu no pagamento de um incentivo no valor de 13 milhões de euros, correspondendo a aproximadamente 25% da execução do projecto.

Projecto nº 1945 - CUF - Químicos Industriais, S.A.

Descrição do Projecto

A CUF- Químicos Industriais, S.A. resulta da fusão, em Dezembro de 2002, da empresa - Uniteca - União Industrial Têxtil e Química, SA (da área dos inorgânicos - da actividade no cloro-álcalis) com a Quimigal - Químicos de Portugal, SA (da área dos orgânicos - da actividade de anilina e derivados), ambas já pertencentes ao Grupo CUF e integradas na fileira dos poliuretanos. A empresa situa-se no Complexo Industrial de Estarreja, actuando, por um lado, na linha da química orgânica a jusante da petroquímica e, por outro, na linha da química inorgânica, com a produção do cloro-álcalis e derivados.

O Projecto de Investimento apresentado pela CUF-QI, destina-se à expansão da capacidade produtiva instalada e respectiva infra-estrutura de aprovisionamento e aumento significativo da eficiência energética, tendo como metas munir a base industrial da CUF-QI de capacidade produtiva bastante para:

- a) acompanhar as necessidades acrescidas em matérias-primas resultantes da ampliação da produção da Dow Portugal, de 90 kton/a para 160 kton/a;
- b) permitir a colocação adicional no mercado internacional cerca de 35 kton/a de anilina.

Igualmente, tal expansão terá um impacto indirecto nos diversos sectores que utilizam o polímero mencionado, designadamente a indústria automóvel, a construção civil, o calçado, as fibras ou o electrodoméstico, com a possibilidade de aumentar as respectivas exportações.

Refira-se ainda que o projecto da CUF vai igualmente possibilitar a redução da emissão de efluentes, através da aplicação de novos processos tecnológicos.

Projecto nº 1948 - SWEDWOOD Portugal - Indústria de Madeiras e Mobiliário, Lda

Descrição do Projecto

O projecto do Grupo Swedwood em Portugal consiste na construção de 3 unidades fabris para a fabricação dos seguintes produtos:

- Board-on-frame, tecnologia que utiliza laca UV;
- Armários de cozinha a partir de MDF, utilizando laca com solvente;
- Mobiliário MPS com tecnologia Board-on-Frame, mas folheada.

O processo de produção inclui, corte, dobragem, furação e molde, formatação, tratamento de superfície, montagem, embalagem e distribuição para o cliente.

As fábricas irão dispor de um nível tecnológico avançado e produzir em grandes quantidades, o que tornará possível conseguir economias de escala e logo custos de produção mais baixos. O projecto deverá proporcionar além de soluções tecnológicas avançadas relativamente à área produtiva, as melhores técnicas ao nível da logística e infra-estruturas, protecção ambiental e condições de trabalho. A empresa produz uma quantidade significativa de resíduos de madeira, pelo que se pretende instalar uma caldeira para a queima de 30% dos resíduos de madeira para aproveitamento do calor. Quanto aos restantes resíduos, está prevista uma cooperação com uma entidade externa que valorize energeticamente os resíduos (biomassa) e possa injectar esta energia na rede pública.

Com a instalação desta fábrica na zona de Paços de Ferreira, será possível disseminar para as restantes unidades da região as técnicas mais avançadas ao nível da produção de mobiliário. De facto, a inovação e desenvolvimento tecnológico das fábricas da Swedwood, proporcionará o aumento das qualificações e das competências dos colaboradores da empresa, bem como dos subempreiteiros e parceiros da região. A localização de Portugal é um factor determinante para os objectivos definidos pelo grupo Swedwood quanto à exportação de grandes quantidades de mobiliário produzido para as lojas IKEA localizadas no Sul da Europa e nos EUA.

Refira-se ainda que, cerca de 90% da produção das fábricas incluídas no projecto se destina à exportação.

Realização Financeira do Projecto

Durante o ano de 2008 foram apresentadas despesas no montante de 35,3 milhões de euros a qual se traduziu no pagamento de um incentivo no valor de 10 milhões de euros, correspondendo a aproximadamente 35% da execução do projecto.

Projecto nº 3147 - ITARION SOLAR, Lda

Descrição do Projecto

A Itarion Solar é um projecto pioneiro em Portugal na área das energias renováveis, tendo como objectivo a fabricação de células fotovoltaicas a partir de silício cristalino, tecnologia inovadora no nosso país. As células fotovoltaicas a produzir pela Itarion - que resumidamente se podem definir como dispositivos capazes de transformar a energia luminosa, proveniente do Sol ou de outra fonte de luz, em energia eléctrica - irão ser fabricadas utilizando placas de silício, tecnologia dominante na fabricação destas, representando mais de 86% do mercado.

A nova unidade terá uma capacidade instalada de 100 mega Watt peak por ano [MWp/ano] numa primeira fase, tendo potencial para se estender até 250 mega Watt peak por ano [MWp/ano]. A primeira fase irá implicar um investimento de 70 milhões de euros, incluindo a construção do edifício e equipamento, e a criação de 150 postos de trabalho, sendo que caso o projecto se estenda à capacidade de 250 mega Watt peak por ano, serão investidos mais 30 milhões de euros e criados mais 50 postos de trabalho.

A tecnologia e processo serão numa primeira fase comprados a um dos maiores fornecedores de equipamento desta indústria (Centrotherm), numa perspectiva de assegurar uma entrada segura e estável no mercado.

Este projecto permitirá gerar um elevado impacto ao nível do desenvolvimento da região onde se localiza, nomeadamente, no que se refere à criação de emprego e utilização de recursos locais. A região de Vila do Conde, onde se localiza o projecto, apresenta uma taxa de desenvolvimento inferior à média nacional e europeia, acompanhada por uma taxa de desemprego elevada. A Itarion aproveitará as condições vantajosas a nível de transportes e logística (perto de redes rodoviárias, Porto de Leixões, Aeroporto Francisco Sá Carneiro), bem como de localização no sentido de potenciar a competitividade e rentabilidade do negócio, o que se consubstanciará em benefícios futuros para os trabalhadores (recrutados localmente na sua maioria) e para a sustentabilidade da região.

Projecto nº 3519 - E OPERACIONAL ESTRUTURAS METÁLICAS, S.A.

Descrição do Projecto

A entidade promotora será uma nova empresa constituída em Portugal com capital detido na sua totalidade pela EPH-SGPS, holding portuguesa, detida a 100% pela Embraer Spain Holding, subsidiária espanhola do grupo Embraer (Brasil), líder no ramo aeronáutico em sua faixa de mercado.

A unidade produtiva a instalar em Évora assenta a sua estratégia na manutenção em estado-de-arte da sua tecnologia de fabrico de estruturas aeronáuticas metálicas, principalmente asas. Sem prejuízo nunca dos elevados requisitos de qualidade, mantém-se na indústria uma intensa actividade pela busca de soluções inovadoras que permitam a aplicação em aeronaves de ligas metálicas mais leves e que ao mesmo tempo reduzam o custo de produção e operação da aeronave.

A sustentação dessa capacidade em estado-de-arte e de uma oferta competitiva em termos de qualidade e preço é uma actividade de capital intensivo, requerendo também uma integração adequada no modelo de trabalho da Embraer em matéria de desenvolvimento de produto e de produção. Para tal, o Plano de Negócios consagra um forte investimento em transferência de know-how do Brasil para Portugal, e que assentará na mobilidade permanente entre especialistas da Embraer e da unidade de Évora.

O salto qualitativo proporcionado pela nova unidade face às competências existentes em Portugal vai assim envolver um investimento em recursos de maquinaria no estado-de-arte da indústria aeronáutica, que por sua vez irá viabilizar os altos desempenhos que actualmente não existem ainda em Portugal.

Do efeito multiplicador gerado resultará um conjunto de actividades de suporte de elevado valor acrescentado incluindo o desenvolvimento dos processos de produção, ferramentais e de ferramentas especiais, a programação em controlo numérico, e metodologias de garantia da qualidade e rastreabilidade. No fabrico das peças metálicas simples que irão integrar as estruturas, o projecto implementará ainda em Portugal processos de tratamentos superficiais e acabamentos.

4.

ACÇÕES DE DIVULGAÇÃO, INFORMAÇÃO E PUBLICIDADE

Divulgar a nova identidade visual do Programa (COMPETE) junto das empresas e dos cidadãos em geral, incrementar a notoriedade deste enquanto Programa Operacional do QREN, maximizar o conhecimento do COMPETE pelos cidadãos, alargando a comunicação aos que não falam português, divulgar o *site* como meio privilegiado de comunicação e obtenção de informação, foram os grandes objectivos que pautaram a implementação da estratégia de comunicação no ano de 2008.

A 22 de Maio foi formalmente aceite pela Comissão Europeia o Plano de Comunicação do COMPETE para o período de 2007-2013.

O Plano pretende, mediante a utilização dos mais variados mecanismos de informação e comunicação, apresentar aos cidadãos em geral e aos beneficiários potenciais e finais em particular, um Programa dinâmico - com prazos de decisão mais curtos e ajustados às necessidades reais dos agentes económicos; transparente - com regras claras, bem definidas de conhecimento geral em todas as fases do ciclo de vida do projecto: da candidatura ao encerramento; eficaz - com objectivos e metas quantificadas e qualificadas e resultados efectivos.

NOVA IDENTIDADE VISUAL

O Programa possuía já uma identidade que advinha do carácter e valores da marca e cujo aspecto físico se traduzia num *lettering*. A força da identidade da marca deriva, não só, do carácter e valores da mesma, mas também do seu aspecto físico, ou seja, de como a marca se apresenta e afirma, pelo que se considerou fundamental dar-lhe expressão visual.

A expressão visual encontrada traduz-se numa bandeira, símbolo que remete para o desejado universo de resultados, num contexto de dinamismo e de acção, pelo ondedo característico de uma bandeira em movimento. A cor verde é naturalmente associada a um sinal de avançar, transmitindo mais uma vez o desafio à acção pretendido por este Programa, construindo em simultâneo uma relação cromática com a marca QREN. A utilização em gradiente na bandeira em movimento é um sinal de inovação e modernidade.

Todos estes elementos encontram-se dispostos segundo uma diagonal ascendente, como sinal de crescimento e progresso.

Esta nova identidade visual foi apresentada no âmbito da Sessão Pública de apresentação de resultados e foi implementada em todos os meios de contacto com o exterior (*site*, estacionário, sinalética do edifício, publicações, anúncios, na forma de interacção com o público e visitantes).



SITE COMPETE

A estratégia de comunicação do Programa privilegia as tecnologias digitais de informação e comunicação, que mantêm um fluxo permanente de difusão de informação e uma interacção, quer com os actores directos do Programa, quer com a sociedade em geral. Este modo de actuação permite a difusão instantânea e alargada da informação sobre o Programa e o desenvolvimento de um processo comunicacional com todos os intervenientes no processo.

Neste enquadramento durante o ano de 2008, foi disponibilizado o *site* em inglês alargando a comunicação a todos aqueles que não falam português e assim maximizando o conhecimento do Programa pelos cidadãos europeus.

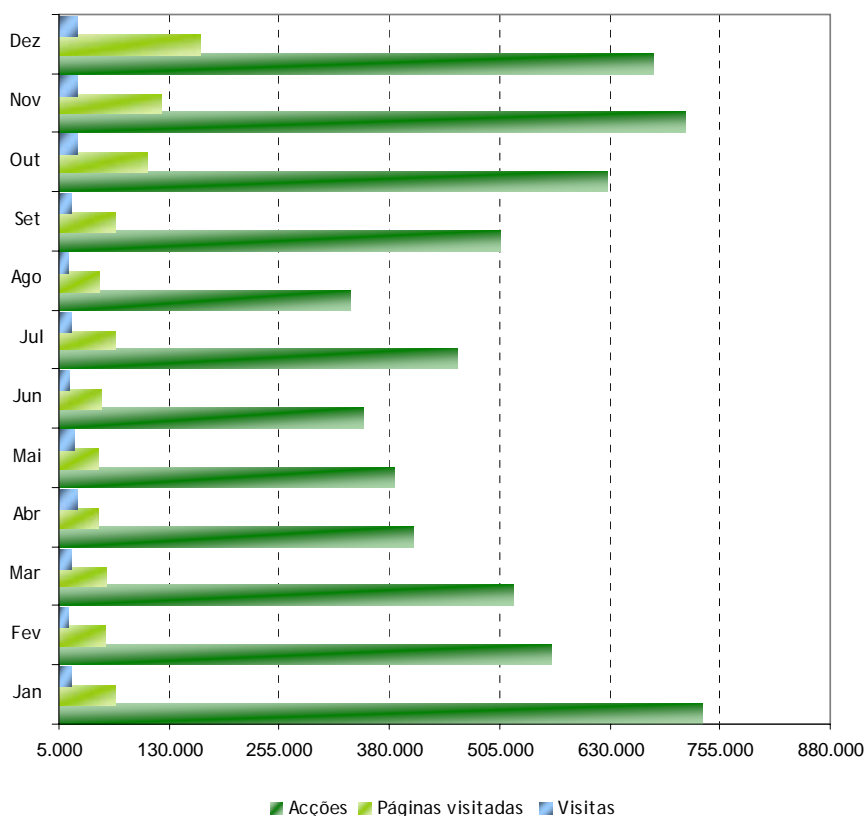
A 18 de Novembro foi lançada a *newsletter*, em português e a 23 de Dezembro foi editada pela primeira vez em inglês, com o objectivo de divulgar as principais novidades, bem como cativar e fidelizar utilizadores. Até ao final do ano foram editadas 6 *newsletters* em português.

Paralelamente foi disponibilizado o serviço RSS FEED (em português e inglês), permitindo visualizar de imediato as novidades.

Com o objectivo de divulgar projectos apoiados e resultados, em prol da transparência associado ao processo de concessão de apoios e da visibilidade ao apoio comunitário em cada projecto, deu-se início à divulgação periódica da lista de projectos apoiados.

O quadro seguinte pretende mostrar o tráfego da página do COMPETE durante o ano de 2008.

GRÁFICO 4.1 - INDICADORES DE ACTIVIDADE NO SITE COMPETE



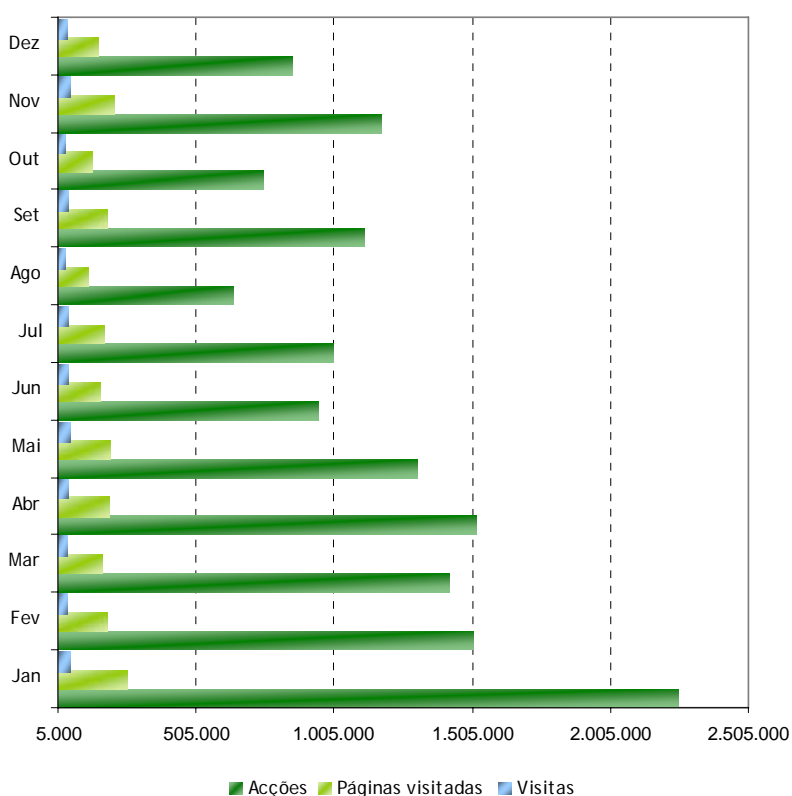
A análise efectuada sobre os visitantes do *site*, no ano de 2008, revelou que cerca de 30% destes podem ser considerados como visitantes frequentes (ou seja, consultaram a página mais do que uma vez nesse ano).

SITE INCENTIVOS ÀS EMPRESAS

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 162/2007 de 12 de Outubro determina que a Comissão Directiva do COMPETE assegura, em articulação com as Comissões Directivas dos Programas Operacionais Regionais, a gestão coordenada no que se refere aos Sistemas de Incentivos ao investimento empresarial, onde se incluem, nomeadamente, os aspectos relacionados com a divulgação, informação e comunicação.

É neste contexto que se insere a coordenação do site “Incentivos às Empresas”, o qual, durante o ano de 2008, passou a disponibilizar serviço RSS FEED bem como a divulgar os projectos apoiados e resultados, através da publicação online da lista dos mesmos.

GRÁFICO 4.2 - INDICADORES DE ACTIVIDADE NO SITE INCENTIVOS QREN



EVENTOS

A realização de eventos e sessões públicas considerou a organização contemplada no Plano de Comunicação, garantindo o cumprimento dos objectivos fixados.

Neste contexto referenciamos a Sessão Pública de Apresentação de Resultados, realizada a 12 de Novembro, a qual teve por objectivos: (i) apresentar resultados sobre o Programa



SESSÃO PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS

A Comissão Directiva do Programa Operacional Factores de Competitividade tem o prazer de convidar V. Exa. para a Sessão Pública de Apresentação e Divulgação de Resultados, que decorrerá no Auditório da Reitoria da Universidade de Aveiro, no dia 12 de Novembro de 2008, pelas 10.30 horas.

programa convite

10h30	Boas-vindas
11h00	A Política Europeia de Competitividade 2007-2013 Raoul Prado, Director da DG Régio
11h25	O Programa Operacional Factores de Competitividade Nelson de Souza, Gestor do POFC
12h00	Sessão de Encerramento Manuel Pinho, Ministro da Economia e da Inovação

e dar exemplos de projectos aprovados, através da apresentação de testemunhos que deram origem à realização de um vídeo; (ii) apresentar a nova identidade visual do programa, reforçando a relação do mesmo com os promotores; (iii) divulgar os meios de contacto, com reforço para o *site*, o lançamento deste em inglês e o *call-center*.

A divulgação prévia foi efectuada junto dos *media*, através de *press releases* e inserção de anúncios.

Com o objectivo de aumentar a proximidade aos públicos-alvo e de transmitir, para a opinião pública, uma imagem de eficácia e eficiência do processo de decisão, realizaram-se, no quadro mais abrangente dos Sistemas de Incentivos, as sessões de assinatura de contratos.

Outras Sessões realizadas, com o objectivo de divulgar os apoios disponíveis e aumentar a procura qualificada:

- Sessão de Sensibilização das Estratégias de Eficiência Colectiva;
- Sessão de Apresentação do Pólos de Competitividade;



QREN CONVITE

INCENTIVOS ÀS EMPRESAS
Projectos Conjuntos de Internacionalização de PME

Temos o prazer de convidar V. Ex.ª para a Sessão de Assinatura de Contratos QREN, no âmbito dos Incentivos às Empresas - "Projectos Conjuntos de Internacionalização de PME", que contará com a presença do Primeiro Ministro, do Ministro da Economia e da Inovação e do Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, em representação do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.

Esta sessão terá lugar no Centro Cultural de Belém, Sala Almada Negreiros, no dia 3 de Março de 2008, pelas 9.15 h.

Logos: UNIÃO EUROPEIA, QREN, PROGRAMA OPERACIONAL FACTORES DE COMPETITIVIDADE, ON.2, mais CENTRO, aicep Portugal Global

- Sessões de Esclarecimento e participação em conferências e seminários, com o objectivos de divulgar e informar sobre o Programa.

PUBLICIDADE

O lançamento da nova identidade visual do Programa envolveu a criação de um anúncio institucional e a sua inserção na imprensa nacional e regional. Para além desta campanha



INCENTIVOS ÀS EMPRESAS
Abertura de Concursos em 2008

Veja mais em: www.incentivos.qren.pt

Sistema de Incentivos	Tipo de Projectos	1.º SEMESTRE			2.º SEMESTRE		
		Recepção de Candidaturas Início	Fin	Comunicação da Decisão	Recepção de Candidaturas Início	Fin	Comunicação da Decisão
I&DT	Vale I&DT - Qualificação de Entidades do SCT	15 Fev 08	14 Mar 08	24 Abr 08	-	-	-
	Vale I&DT	02 Mai 08	16 Jun 08	14 Jul 08	15 Set 08	31 Out 08	28 Nov 08
	I&D Colectiva - Pré-qualificação	15 Abr 08	16 Jun 08	11 Ago 08	-	-	-
	I&D Colectiva	-	-	-	01 Set 08	15 Out 08	27 Jan 09
	Projectos Mobilizadores	02 Jun 08	30 Set 08	12 Jan 09	-	-	-
	Projectos Demonstradores	03 Mar 08	30 Abr 08	11 Ago 08	15 Out 08	15 Dez 08	26 Mar 09
	Núcleos e Centros de I&DT	17 Mar 08	15 Mai 08	26 Ago 08	03 Nov 08	16 Jan 09	29 Abr 09
Inovação	Projectos Individuais	17 Mar 08	15 Mai 08	26 Ago 08	03 Nov 08	16 Jan 09	29 Abr 09
	Projectos em Co-promoção	03 Abr 08	30 Mai 08	08 Set 08	03 Nov 08	16 Jan 09	29 Abr 09
	Projectos de Inovação	10 Mar 08	23 Mai 08	02 Set 08	15 Out 08	31 Dez 08	13 Abr 09
Qualificação PME	Projectos de Empreendedorismo	10 Mar 08	23 Mai 08	02 Set 08	15 Out 08	31 Dez 08	13 Abr 09
	Vale Inovação - Qualificação de Entidades do SCT	15 Fev 08	14 Mar 08	24 Abr 08	-	-	-
	Vale Inovação	02 Mar 08	16 Jun 08	14 Jul 08	15 Set 08	31 Out 08	28 Nov 08
	Projectos Individuais	15 Fev 08	16 Abr 08	15 Jul 08	15 Set 08	14 Nov 08	12 Fev 09
	Projectos Conjuntos - Internacionalização	-	-	-	15 Set 08	14 Nov 08	12 Fev 09
Projectos em Cooperação	Projectos Conjuntos - Outras Tipologias	15 Fev 08	16 Abr 08	15 Jul 08	15 Set 08	14 Nov 08	12 Fev 09
	Projectos em Cooperação	15 Fev 08	16 Abr 08	15 Jul 08	15 Set 08	14 Nov 08	12 Fev 09

institucional, durante o ano de 2008 realizaram-se: Campanha “Plano Anual de Concursos”; Campanha “Abertura de Concursos” e a Campanha “Centro de Atendimento Telefónico”.

Foram também realizados spots radiofónicos para as Campanhas “Vale I&DT” e “Inovação” e “PME Investe”.

CANAIS INFORMATIVOS E TRANSACCIONAIS:

Disponibilizar informação relevante e serviços públicos *online* é a primeira acção e a de maior visibilidade para as empresas e os cidadãos. A utilização de canais informativos e transaccionais, com resposta rápida, adequados às necessidades específicas do público, complementa a informação e estreita a relação comunicacional.

Os canais disponíveis para este efeito, durante o ano de 2008, foram: endereços electrónicos específicos e uma linha específica de apoio aos promotores que pretendiam apresentar candidaturas, de modo a esclarecer dúvidas a nível técnico, de informática ou preenchimento de formulário.

O quadro seguinte mostra, por endereço, a dinâmica de contactos, efectuados através dos endereços específicos para esclarecimento de dúvidas.

QUADRO 4.1 - DINÂMICA DE CONTACTOS PARA ESCLARECIMENTO DE DÚVIDAS

	to --> mail recebido												Total
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Oct	Nov	Dez	
pofc@gabprime.org	496	359	429	364	404	441	1144	146	312	617	1474	436	6622
incentivos.empresas@gabprime.org	1886	882	3310	1055	1623	506	403	295	540	799	611	410	12320
info@gabprime.org	481	775	340	534	491	339	778	222	397	945	331	345	5978
Total	2863	2016	4079	1953	2518	1286	2325	663	1249	2361	2416	1191	24920

	from --> mail enviado												Total
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Oct	Nov	Dez	
pofc@gabprime.org													
Número de mail's enviados	362	209	321	236	334	237	177	80	214	489	8809	219	11687
Número de destinatários	366	430	331	1902	2972	1670	4545	97	222	525	8844	226	22130
incentivos.empresas@gabprime.org													
Número de mail's enviados	1122	515	689	512	620	302	215	161	312	428	364	221	5461
Número de destinatários	1154	523	5346	526	1878	311	221	202	312	550	378	223	11624
info@gabprime.org													
Número de mail's enviados	98	174	102	287	328	83	164	57	78	174	106	70	1721
Número de destinatários	110	184	108	295	330	90	169	66	86	183	114	70	1805
Total (mail enviados)	1582	898	1112	1035	1282	622	556	298	604	1091	9279	510	18869

Nota: o número de mails recebidos inclui spam

A linha específica, antes referida, foi descontinuada com a entrada em funcionamento do *call-center* a 12 de Novembro.

QUADRO 4.2 - PONTO DE SITUAÇÃO DO CALL-CENTER, 2008

Ano/ Mês 2008	Incentivos às Empresas		COMPETE		Total	
	N.º Atendimentos	Média Diária	N.º Atendimentos	Média Diária	N.º Atendimentos	Média Diária
Novembro	119	7,93	77	5,13	196	13,07
Dezembro	169	9,39	107	5,94	276	15,33
Total	288	8,73	184	5,58	472	14,30

Nota: Linha em funcionamento a partir de 12.Nov.2008.

PUBLICAÇÕES E MANUAIS DE APOIO

Em 2008 foi elaborada a brochura institucional, com o objectivo de divulgar o COMPETE e os apoios disponíveis, bem como de consolidar a imagem institucional; foram criados cartazes de publicitação de apoios, distribuídos pelos promotores para colocação no local do investimento (desde a assinatura do contrato até ao encerramento dos projectos).

Foi realizado um vídeo institucional, com versões específicas para as sessões de assinatura de contratos.

ACÇÕES PARA O PÚBLICO INTERNO

Com o objectivo de preparar os colaboradores do Secretariado Técnico e das entidades envolvidas para todo o processo de análise/ decisão/ encerramento dos projectos e de criar um ambiente informativo e de partilha de valores entre os diversos intervenientes, realizou-se em Janeiro, um seminário de formação, envolvendo representantes do Secretariado Técnico do COMPETE, dos Organismos Intermédios, dos PO Regionais envolvidos na rede de Sistema de Incentivos QREN (desenvolvido no Cap. 2).

Foi ainda dinamizada pelo Secretariado Técnico do COMPETE, a 11 de Novembro, uma acção de formação dirigida aos colaboradores do *Call-Center*, focalizada nos seguintes sistemas de apoio: SAESCTN, SAFPRI, SAMA e SIAC.

Procurando avaliar a imagem do Programa e informar os colaboradores sobre a imagem deste, veiculada nos meios de comunicação, foi organizado e divulgado um *clipping* de imprensa nacional (genérica e especializada)¹⁰ sobre o COMPETE, a União Europeia e respectivos Fundos e os projectos apoiados.

O quadro seguinte sintetiza, por temáticas, o número de inserções de notícias.

¹⁰ Público, Diário de Notícias, Jornal de Negócios, Diário económico, Semanário Económico, Vida Económica e Oje

QUADRO 4.3 - NÚMERO DE INSCRIÇÕES DE NOTÍCIAS SOBRE O COMPETE, 2008

TEMA	N.º de Inserções
COMPETE (Geral)	303
SI I&DT	12
Inovação	12
Qualificação de PME	4
SAESCTN	2
SAFPRI (Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha de Risco da Inovação)	1
SAMA (Sistema de Apoios à Modernização Administrativa)	1
Projectos Colectivos MERCA	3
Estratégias de Eficiência Colectiva	2
Pólos de Competitividade e Tecnologia	8
Cluster	5
Linhas de crédito PME Investe I e II...	87
Eventos	18
Entrevistas/Declarações do Gestor/CD	19
TOTAL	477

MONITORIZAÇÃO

A monitorização do Plano de Comunicação e Informação, com recurso a conjunto de indicadores (quantitativos e qualitativos), desempenha uma função determinante permitindo ajustar e repensar os diversos meios e técnicas disponíveis, a fim de se atingirem mais eficazmente os objectivos definidos.

O quadro síntese que se apresenta considerou alguma dos indicadores - de meios de resultados - da bateria de indicadores definida no Plano de Comunicação. Na medida em que as metas foram fixadas em termos acumulados a análise terá ser dinâmica, permitindo também verificar da adequabilidade de alguns dos indicadores/ metas à realidade.

QUADRO 4.4 - INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO DO PLANO DE COMUNICAÇÃO DO COMPETE, 2008

Indicadores	Unidades	Execução 2008	Metas 2007-2013
Publicidade			
Anúncios (imprensa+online)	n.º	2	10
Inserções	n.º	32	450
Spots de Rádio	n.º	2	100
Assessoria de Imprensa			
Press Releases	n.º	19	10
Convites	n.º	8.000	20.000
Notícias Publicadas	n.º	477	100
Eventos			
Sessões	n.º	9	150
Média/participantes	n.º	234	n.d
Publicações			
Publicações	n.º	2	10
Tiragem	n.º	4.500	100.000
Site			
Visitas	n.º	715.296	1.500.000
Newsletter			
Emitidas	n.º	7	n.d
Subscritores	n.º	1.171	10.000
Centro de Atendimento Telefónico			
Chamadas atendidas	n.º	472	125.000
Correio Electrónico			
Mensagens Recebidas	n.º	24.920	n.d
Mensagens Enviadas	n.º	18.869	8.000

5.

PRINCIPAIS DIFICULDADES ENCONTRADAS NA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

CONSTRANGIMENTOS INTERNOS

O principal constrangimento vivenciado durante 2008 assenta na sobreposição no tempo entre as funções de encerramento do PRIME e toda a complexidade inerente ao arranque de um novo Programa (formulários, regras, orientações, manuais, etc.). Efectivamente foi significativo o esforço colectivo no sentido da gestão de actividades fortemente consumidoras de recursos como as inerentes ao encerramento de um grande Programa como o PRIME, ao mesmo tempo que se concebiam os instrumentos/ mecanismos processuais necessários ao arranque com sucesso do COMPETE.

O modelo de governação do QREN, substantivamente diferente dos anteriores quadros comunitários, ao introduzir novos procedimentos e organismos de natureza vertical, exigiu uma progressiva adaptação, nem sempre fácil de gerir.

Por outro lado, a alteração de paradigma na concepção da estrutura do Programa ao nível dos Sistemas de Incentivos, envolvendo a criação de uma estrutura em Rede com a intervenção de várias entidades - Autoridades de Gestão, Organismos Intermédios, Comissões de Coordenação - implicou um esforço de implementação de processos de coordenação e de comunicação em rede, com desafios e conquistas que vêm relevando a importância chave para a eficácia da Agenda Factores de Competitividade da implementação de uma lógica de funcionamento em rede.

Refira-se que toda a esta fase foi desenvolvida com base em equipas mínimas, sem estrutura organizativa interna implementada, traduzindo-se num relevante esforço e espírito de equipa.

DIFICULDADES EXTERNAS

O Programa foi vivenciando ao longo do ano um forte arrefecimento económico com tradução directa num crescente clima de instabilidade quer social, quer ao nível dos principais *stakeholders* do Programa. Foi sem dúvida um importante e relevante constrangimento externo ao Programa, cujas previsões só permitem inferir por uma melhoria a partir de 2010/ 2011.

Associado a previsões menos positivas em relação à procura externa e interna, com crescentes dificuldades ao nível das carteiras de encomendas, a par de um sistema financeiro fortemente restritivo, conduziu, naturalmente, a um adiamento dos projectos de investimento e nalgumas situações à sua anulação. Consequentemente, e com o agravar da situação económica e financeira no último trimestre de 2008, os ritmos de execução do Programa começaram a abrandar, ao mesmo tempo que o nível de desistências e de menor procura começa a ser visível.

Neste contexto, tal como já explicitado no Capítulo 2, procedeu-se à revisão dos regulamentos dos Sistemas de Incentivos, já em 2009, em coerência com as próprias orientações Comunitárias e com o Plano Europeu de Recuperação.

Uma vez mais, releva-se pela positiva a capacidade de resposta colectiva, quer ao nível dos vários actores envolvidos na gestão dos fundos estruturais, quer de forma particular ao nível da gestão do Programa.

6.

MEDIDAS ADOPTADAS PARA GARANTIR A COMPATIBILIDADE COM AS POLÍTICAS COMUNITÁRIAS

REGRAS DA CONCORRÊNCIA

No âmbito da Agenda da Competitividade do Programa Temático COMPETE e dos PO Regionais, foram criados três Sistemas de Incentivos: SI I&DT - Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico nas Empresas, SI PME - Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização das PME e SI Inovação - Sistema de Incentivos à Inovação.

Os sistemas de incentivos têm os seguintes enquadramentos comunitários em função das tipologias de despesas previstas.

QUADRO 6.1 - ENQUADRAMENTO COMUNITÁRIO DOS INSTRUMENTOS DE APOIO DO COMPETE

Unid: Mil Euros

Regime de Auxílios	Nº Auxílio de Estado	Enquadramento Comunitário	Apoios Concedidos (2007-2008)	
			Nº Proj.	Incentivo
SI I&DT SI PME (Vale Inovação)	N 780/07	Enquadramento Comunitário dos Auxílios Estatais à Investigação e Desenvolvimento e à Inovação (2006/C 323/01)	146	66.964
SI I&DT (Núcleos e Centros de I&DT) SI PME SI Inovação	XS 73/2008 X 60/2008	Regulamento (CE) N.º 800/2008 - Regulamento Geral de Isenção por Categoria (RIC)	345	397.733
SI I&DT (1) SI PME (1) SI Inovação ⁽¹⁾	-	Regulamento (CE) N.º 1998/2006 relativo aos auxílios <i>de minimis</i>	255	9.377
SAFPRI - Linhas de Crédito PME INVEST I e II	-	Regulamento (CE) N.º 1998/2006 relativo aos auxílios <i>de minimis</i>	1.375 ⁽²⁾	88.122
SAFPRI - Capital de Risco	-	Regulamento (CE) N.º 800/2008 - RIC	0	0

Nota ⁽¹⁾ Refere-se a componentes de Projectos cujas despesas não são enquadráveis nos anteriores regulamentos comunitários; ⁽²⁾ Número de operações de financiamento.

Fonte: SI POFC

O Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha de Risco da Inovação (SAFPRI) tem os seguintes enquadramentos comunitários em função dos instrumentos de financiamento de empresas apoiados:

- No âmbito do capital de risco - As Orientações comunitárias relativas aos auxílios estatais e capital de risco a pequenas e médias empresas (2006/C 194/02) e Regulamento (CE) n.º 800/ 2008 publicado em 9 de Agosto de 2008 (Regulamento geral de isenção por categoria);
- No âmbito das garantias - Comunicação da Comissão relativa à aplicação dos artigos 87.º e 88.º do Tratado CE aos auxílios estatais sob a forma de garantias (2008/C 155/02);
- Bonificação de juros no âmbito de linhas de crédito especiais - Regulamento (CE) n.º 1998/2006, de 15 de Dezembro, relativo aos auxílios *de minimis*.

A atribuição de apoios ao capital de risco só teve início após a entrada em vigor do Regulamento (CE) n.º 800/ 2008.

REGRAS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

No que respeita ao regime de contratação pública a Autoridade de Gestão desenvolveu e implementou duas Orientações de Gestão, cujo objectivo foi operacionalizar um instrumento de aferição da aplicação dos procedimentos inerentes a este regime relativamente às entidades promotoras de projectos apoiados pelo COMPETE que estão sujeitas à adopção do mesmo e que se traduz na definição de uma metodologia de verificação sistemática do cumprimento das disposições referidas a aplicar pelos Beneficiários e a adoptar pela Autoridade de Gestão e pelos Organismos responsáveis pelo acompanhamento dos projectos, na verificação da despesa apresentada pelos Beneficiários.

Foi com este propósito que foram elaboradas as Orientações de Gestão n.º 03/ POFC/ 2008 e a n.º 04/ POFC/ 2008, cuja diferença se situa no referencial jurídico inerente a cada uma delas, marcado pela transição entre dois regimes legais nacionais de contratação pública.

Por conseguinte, a Orientação de Gestão n.º 03/ POFC/ 2008 aplica-se aos processos de adjudicação realizados até 30 de Julho de 2008, data de entrada em vigor do novo regime de contratação pública - Código dos Contratos Públicos (CCP) -, aprovado pelo Decreto-lei n.º 18/ 2008, de 29 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Declaração de Rectificação n.º 18-A/ 2008, de 28 de Março, (que veio transpor para o ordenamento interno as Directivas Comunitárias n.º 2004/ 17/ CE, de 31 de Março de 2004, relativa à coordenação dos processos de adjudicação de contratos nos sectores da água, da energia, dos transportes e dos serviços postais, com as alterações introduzidas pela Directiva 2005/51/CE, de 7 Setembro, e a n.º 2004/ 18/ CE, de 31 de Março de 2004, relativa à coordenação dos processos de adjudicação dos contratos de empreitada de obras públicas, dos contratos públicos de fornecimento e dos contratos públicos de serviços com as alterações introduzidas pela Directiva 2005/ 51/ CE, de 7 Setembro e pela Directiva 2005/ 75/ CE, de 16 de Novembro) e, a partir de 30 de Julho de 2008, passa a aplicar-se a Orientação de Gestão n.º 04/ POFC/ 2008.

POLÍTICAS DE AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Ao longo de 2008 foram publicadas diferentes medidas legislativas nacionais (cf. Anexo A) que reforçam a importância que o Governo Português e os próprios empresários/cidadãos vêm atribuindo às questões associadas ao ambiente, à eficiência energética, enfim, a um desenvolvimento sustentável.

Do conjunto do quadro legal pode-se relevar algumas iniciativas diferenciadas mas integradoras numa abordagem a favor do ambiente e da sustentabilidade:

- O aumento do objectivo nacional de incorporação de biocombustíveis nos combustíveis fósseis de 5,75%, para 10%, em 2010;
- Permitir que as autarquias e o sector empresarial possam produzir biocombustível com origem no aproveitamento de matérias residuais;
- A aprovação do Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética (2008-2015), estabelecendo como meta a alcançar até 2015, a implementação de medidas de melhoria de eficiência equivalentes a 10% de consumo final de energia. O PNAEE contempla um conjunto de medidas de eficiência energética para cada um dos quatro sectores consumidores de energia: (i) Transportes, (ii) Residencial e Serviços, (iii) Indústria e (iv) Estado. O Plano insere-se num dos objectivos da Estratégia Nacional para a Energia sendo, também, um reforço e complemento das medidas de redução de gases com efeitos de estufa previstas no Programa Nacional para as Alterações Climáticas;
- A aprovação do sistema de gestão do consumo de energia por empresas e instalações consumidoras intensivas de energia (CIE), visando promover a eficiência energética e monitorizar os consumos energéticos de instalações consumidoras intensivas de energia. Os operadores que explorem instalações CIE (entidades que tenham tido um consumo anual superior a 500 toneladas equivalentes petróleo) estão obrigados a promover o registo das instalações, a efectuar auditorias energéticas e a elaborar e executar Planos de Racionalização do Consumo de Energia;
- A aprovação do novo Regime de Exercício da Actividade Industrial (Licenciamento Industrial - Simplex), visando: (i) diminuir o tempo de resposta da Administração Pública para a instalação de diversas actividades; (ii) reforçar o princípio do

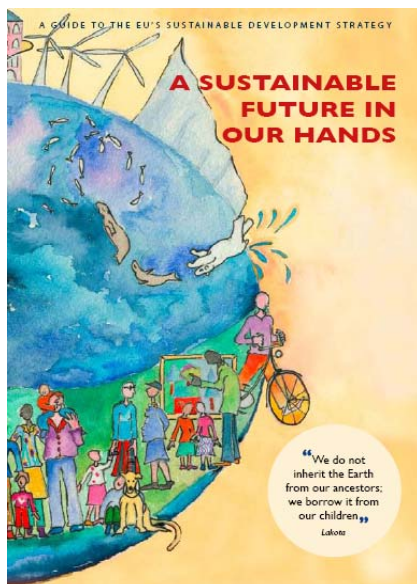
balcão único e do gestor do processo (único interlocutor que articula com as diferentes entidades públicas); (iii) permitir a normalização através da produção e guias técnicos, com vantagens para o industrial e com vantagens para a Administração pela normalização das interpretações da lei e procedimentos associados; (iv) concretizar, com maior evidência, o princípio da proporcionalidade ao risco; (v) valorizar o papel das entidades acreditadas a que o industrial pode recorrer para substituir intervenção administrativa (ex. vistorias);

- A regulamentação das normas necessárias à execução do artigo 39.º-B do Estatuto dos Benefícios Fiscais, respeitante às medidas de incentivo à recuperação acelerada das regiões portuguesas que sofrem de problemas de interioridade.

Realizou-se em Lisboa, nos dias 15 e 16 de Setembro, a *Lisbon Innovation and Renewable Conference*, no qual o Ministro da Economia fez uma análise resumida da situação energética nacional, referindo ser objectivo do Governo que Portugal aumente para 31%, em 2020, o actual consumo de energia primária a partir de fontes renováveis (22,5% do total). Este objectivo deverá ser alcançado através da actuação em três diferentes áreas: eficiência energética, transportes e produção de electricidade.

A nível europeu a Agência Internacional da Energia manifestou o seu apoio ao pacote de medidas energéticas proposto para dar cumprimento às ambiciosas metas da UE em matéria de alterações climáticas, no qual foi estabelecida uma abordagem coerente das questões da energia e do aquecimento do planeta. Em Março de 2008, os líderes da UE apoiaram as propostas da Comissão no sentido da redução das emissões de CO₂ em, pelo menos, 20% até 2020 e do estabelecimento de um objectivo vinculativo de 20% para a utilização de fontes de energia renováveis. O objectivo último é limitar a 2°C o aumento do aquecimento do planeta.

O Relatório de Progresso da implementação da Estratégia Europeia para o Desenvolvimento Sustentável (Fev. 2008) faz uma avaliação positiva das várias iniciativas



desenvolvidas a nível nacional, regional e local e da priorização da temática nas opções políticas dos governos e dos actores económicos. Naturalmente, relevam-se os diferentes contextos vivenciados nos Estados-membros e os diferentes pontos de situação em matéria de concretização das metas. Diferentes abordagens, falta de coerência inter-comunitária, falta de *mainstream* entre políticas que contribuem para o desenvolvimento sustentável (ambiente, alterações climáticas, energia, política de coesão, I&D, etc.), necessidade de uma mais clara hierarquização dos objectivos, e maior ligação com a Estratégia de Lisboa renovada, são também alguns dos pontos referidos.

Um dos aspectos chave reporta à aferição do contributo dos fundos estruturais para o aceleramento desta mudança em torno de um “futuro sustentável”.

O desenho da Agenda Factores de Competitividade teve presente estas diferentes dimensões, conduzindo à sua introdução enquanto temáticas prioritárias em sistemas de apoio como o SI Qualificação e Internacionalização de PME (de forma particular as tipologias Ambiente e Diversificação e Eficiência Energética) e Acções Colectivas (com natureza de bem público). Para além destes instrumentos, o mérito dos projectos é positivamente pontuado quando estão em causa intervenções nestes domínios.

Naturalmente, uma análise mais consistente dos contributos dos projectos apoiados no âmbito do COMPETE para o desenvolvimento sustentável e descarbonização da economia apenas poderão ser aferidos em sede de encerramento dos projectos, uma vez que se trata de indicadores de resultados do projecto e da empresa.

Nesta fase inicial de implementação do Programa, pode-se concluir desde já que cerca de 1/3 dos projectos aprovados no âmbito do SI Qualificação e Internacionalização das PME (51 projectos) apresentam investimento elegível em pelo menos uma das referidas tipologias (12 projectos apenas com a tipologia Diversificação e Eficiência Energética, 21 projectos apenas com a tipologia Ambiente e os restantes 18 projectos com ambas as

tipologias).

Ao nível do SIAC (Acções Colectivas) praticamente todos os projectos incluem investimentos em domínios associados ao ambiente e à eficiência energética.

Releve-se, ainda, a publicação de AAC específicos em 2009 dos instrumentos SI Inovação e SI Qualificação e Internacionalização de PME nos domínios da eficiência energética, em coerência com os objectivos e metas do Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética - Portugal Eficiência 2015 (PNAEE).

QUADRO 6.2 - PROJECTOS APROVADOS COM AS TIPOLOGIAS AMBIENTE E DIVERSIFICAÇÃO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Unid: N.º Projectos

Sector de Actividade	Nº Projectos Aprovados no SI PME 2007-2008		
	Ambiente	Diversif. e Eficiência Energética	Total destas Tipologias
Indústria	31	25	41
Comércio	5	2	5
Turismo	1	2	2
Serviços	1	1	2
Transportes	1	0	1
TOTAL	39	30	51

Fonte: SI POFC

LIMITE MÁXIMO DE APOIO À NÃO PME

Constitui compromisso da Autoridade de Gestão do COMPETE e dos PO Regionais do Continente assegurar que pelo menos 60% dos apoios directos totais a empresas são concedidos a PME (excluindo os apoios directos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico e incluindo os instrumentos de financiamento e partilha de risco da inovação).

Tendo em conta que a aferição desta meta extravasa o âmbito do COMPETE, particularmente pelo facto da generalidade dos apoios concedidos a micro e a pequenas empresas não terem enquadramento no COMPETE mas nos PO regionais, foi decidido que a sua monitorização seria efectuada ao nível do QREN.

LIMITE MÁXIMO DE APOIO A DESPESAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

O n.º 2 do artigo 34.º do Regulamento (CE) 1083/ 2006 determina que se podem financiar com o FEDER, de forma complementar e até um limite de 10% do financiamento comunitário de cada Eixo Prioritário de um Programa Operacional, operações que sejam abrangidas pelo âmbito de intervenção do FSE.

No final de 2008 contabilizavam-se 38 projectos aprovados com componente de formação profissional, envolvendo um incentivo¹¹ de 2,8 milhões de euros, pelo que, ao nível de compromissos, se encontra cumprido o referido limite de 10% (Eixos II e IV).

QUADRO 6.3 - PROJECTOS APROVADOS COM COMPONENTE DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL POR EIXO PRIORITÁRIO

Unid: Mil Euros

Eixo Prioritário	Projectos Aprovados com Componente Formação 2007-2008		Incentivo Total atribuído por Eixo	(% da Comp. Formação no Total)
	Nº Proj.	Incentivo Formação		
EIXO I - Conhecimento e Desenvolvimento Tecnológico	0	0	70.539	0,0%
EIXO II - Inovação e Renovação do Modelo Empresarial e do Padrão de Especialização	33	2.826	566.806	0,5%
EIXO III - Financiamento e Partilha de Risco da Inovação	0	0	107.940	0,0%
EIXO IV - Uma Administração Pública Eficiente e de Qualidade	5	56	66.394	0,1%
EIXO V - Redes e Acções Colectivas de Desenvolvimento Empresarial	0	0	0	0,0%
EIXO VI - Assistência Técnica	0	0	6.248	0,0%
TOTAL COMPETE	38	2.882	817.926	0,4%

Fonte: SI POFC

¹¹ Note-se que, no âmbito do COMPETE, o incentivo é financiado na sua totalidade com FEDER.

IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

Pela primeira vez num período de programação de fundos estruturais, a Igualdade de Oportunidades e Não Discriminação esteve presente de forma muito clara ao nível da concepção dos Programas do QREN e os respectivos textos programáticos assumiram esta temática/ desafio de forma dinâmica e integradora nas diferentes fases dos seus ciclos de vida.

O Relatório Intercalar sobre os progressos no Roteiro para a Igualdade entre Homens e Mulheres 2006-2010, datado de Novembro de 2008, conclui de forma positiva pela existência de progressos importantes em todas as políticas identificadas no roteiro, de forma particular quando estavam em causa compromissos políticos da UE e metas comuns quantificadas. Mas, não obstante os avanços, “importa promover, a nível da União, a participação equilibrada das mulheres em todas as instâncias decisórias, tanto económicas como políticas, e nas estruturas geridas pela Comissão”;



Comissão propõe uma agenda social renovada para apoiar os cidadãos na Europa do século XXI

Em 2 e 3 de Julho, a Comissão propõe um pacote global e ambicioso de iniciativas que reflecte um novo compromisso a favor da Europa social, consistindo numa abordagem integrada que conjuga várias políticas. Oportunidades, acesso, solidariedade - este pacote social mostra como a UE pode contribuir para estes objectivos, através da adopção de medidas para promover a criação de emprego, a educação e o desenvolvimento de competências, combater a discriminação, apoiar a mobilidade e permitir aos europeus viver mais tempo e com mais saúde. A agenda social renovada visa dar aos europeus, em especial aos jovens, os meios para fazer face às realidades em rápida mutação – induzidas pela globalização, o progresso tecnológico e o envelhecimento demográfico – e a evoluções como o recente aumento dos preços dos géneros alimentícios e do petróleo, bem como as perturbações dos mercados financeiros. Pretende igualmente ajudar as pessoas em dificuldades a adaptarem-se a estas evoluções.

estereótipos sexistas também deverá ser melhorada, em especial diálogo com os meios de comunicação e com os cidadãos”.

Assim, faz-se um apelo à implementação o mais rápido possível do Instituto Europeu para a Igualdade de Género (com sede previsível na Lituânia), ao mesmo

tempo que se releva a importância da integração da política de igualdade entre homens e mulheres na Agenda Social renovada¹².

O COMPETE estabeleceu como principais objectivos no domínio da Igualdade de Oportunidades e Não discriminação, a minimização das barreiras de informação, técnicas ou económicas de acesso das mulheres e demais indivíduos aos vários instrumentos do Programa, o assegurar da não discriminação da participação feminina em domínios relevantes para a competitividade nacional e promover diversas iniciativas no âmbito da

¹² Agenda Social Renovada: oportunidades, acesso e solidariedade na Europa do século XXI, COM(2008) 412 final, 2.Jul.2008.



divulgação de informação e acções de sensibilização.

Em Dezembro de 2008 foi publicado um AAC específico do SI Inovação no domínio do Empreendedorismo Qualificado tendo uma dotação inicial prevista de 13 milhões de euros. A recepção de candidaturas ocorreu até Março de 2009.

Em articulação com a Presidência do Conselho de Ministros e com a CIG foi apoiada uma campanha publicitária na imprensa e publicitados anúncios nos *sites* dos PO e de várias organizações relevantes. Foram igualmente editados 10.000 exemplares dos postais, que foram distribuídos através da CIG.

EMPREendedorISMO FEMININO

CONCURSO ABERTO
De 2 Dezembro 2008 a 2 Março 2009

1. TIPOLOGIA DOS PROJECTOS
Apoio à criação de empresas ou projectos de empresas nascentes (até 3 anos), classificadas como PME, dotadas de recursos humanos qualificados ou que desenvolvam actividades em sectores com fortes dinâmicas de crescimento.

2. DOTAÇÃO ORÇAMENTAL
13 Milhões de Euros.

3. INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR
Consulte no site dos Incentivos às Empresas (www.incentivos.qren.pt) o menu Contests/Ávulsos.

4. ESCLARECIMENTOS
Linha Azul: 808 212 212
E-mail: empreendedorismo@cig.gov.pt

COMPETE ON2 mais CENTRO PROGRAMA OPERACIONAL DO ALGARVE F&R ALGARVE 2007 QREN

No âmbito dos AAC gerais do SI Inovação - Empreendedorismo Qualificado, foi apoiado um projecto de uma empresária com um investimento elegível de 611 mil euros e um incentivo de 397 mil euros.

Relativamente à tipologia de investimentos "Igualdade de Oportunidades" prevista no SI Qualificação e Internacionalização de PME, verifica-se que nenhum dos projectos apoiados previa investimentos na referida tipologia.

Constata-se pois, pela necessidade de reforço das actividades neste domínio, em consonância com as linhas de orientação e desafios instituídos para a UE.

7.

EVOLUÇÃO PREVISÍVEL PARA 2009

MEDIDAS DE GESTÃO

A manutenção de um clima recessivo e de forte instabilidade económica e financeira em 2009, exige por parte da Autoridade de Gestão um acompanhamento muito apertado da dinâmica económica, e um elevado grau de flexibilidade de gestão no sentido de adequar da melhor forma os instrumentos disponíveis no Programa, sem desvirtuar os seus objectivos, funcionando como catalisador e alavanca para a necessária optimização das oportunidades surgidas com a melhoria do contexto económico internacional e europeu.

A par deste papel chave, dever-se-á continuar o processo de consolidação da estrutura orgânica do Programa, e a um nível operacional, continuar no sentido da simplificação e eficiência (prazos, processo, resultados), numa lógica de cooperação e rede, e de maior aproximação aos seus *stakeholders*.

2009 será igualmente um ano chave para a implementação das Estratégias de Eficiência Colectiva, as quais deverão ser formalmente reconhecidas no final do 1.º semestre do ano. Os Pólos de Competitividade e Tecnologia e Cluster reconhecidos encerram um forte potencial catalisador de iniciativas face ao objectivo da mudança do perfil económico em direcção aos grandes desafios competitivos de futuro.

O Sistema de Monitorização e Avaliação deverá ser consolidado e será expectável a produção de informação muito relevante para a gestão estratégica do Programa e da Agenda Factores de Competitividade. Recorde-se que no ano de 2009 será efectuado um exercício de "Avaliação da Operacionalização Inicial dos Sistemas de Incentivos no Contexto da Agenda da Competitividade QREN, no período 2007-2008".

Prevê-se também a certificação do Sistema de Gestão e Controlo do COMPETE que permitirá a sua efectivação plena, dentro dos normativos comunitários aplicáveis.

Face ao exposto a Autoridade de Gestão do COMPETE assume como principais metas para 2009:

- Atingir até ao final de 2009 um volume de pagamentos a beneficiários finais de 360 milhões euros;
- Minimizar a ocorrência de desvios entre a data prevista e efectiva de comunicação da decisão aos promotores, prevendo-se, no entanto, uma margem máxima de desvios de 15%;
- Cumprir as exigências estabelecidas no *Compliance Assessment* em relação ao Sistema de Informação;
- Pelo menos 70% dos colaboradores do COMPETE deverão ser abrangidos por acções de formação profissional (no mínimo 35 horas).

ACÇÕES DE DIVULGAÇÃO, INFORMAÇÃO E PUBLICIDADE

Em plena fase de implementação, os objectivos para 2009, no que concerne à comunicação, publicitação e informação, são:

- Consolidar a imagem institucional;
- Associar o Programa aos valores que lhe estão inerentes: selectividade, transparência, dinamismo, inovação, proximidade, celeridade e eficácia;
- Promover a disseminação do conhecimento e dos principais resultados gerados pelos projectos apoiados, junto da opinião pública, e de forma particular, dos públicos-alvo, e da sua importância na economia nacional, designadamente através de uma boa cobertura nos media e de uma interacção dinâmica no site do Programa;
- Transmitir o sentido de pertença à União Europeia e o valor acrescentado da participação dos Fundo Estruturais, no esforço da retoma de crescimento da economia nacional em consonância com a média de crescimento da UE;
- Garantir o cumprimento das regras de publicitação comunitárias e nacionais dos incentivos às empresas e apoios às restantes entidades públicas e privadas beneficiárias do Programa;

- Estimular a partilha de informação e dos valores do Programa entre os colaboradores.

Para concretizar estes objectivos, manter-se-á a aposta numa estratégia de meios diferenciados, privilegiando a *internet*, complementada pelos canais comunicacionais e transaccionais já criados (*e-mails* e *call-center*). Neste contexto, será disponibilizada a versão em inglês do *site* "Incentivos às Empresas" bem como lançada a *newsletter*, em português e inglês, do mesmo.

Nos sites COMPETE e "Incentivos às Empresas" será criado o módulo de consulta de projectos, completando a informação já disponibilizada pela através da lista de projectos apoiados.

Relativamente aos Eventos a realizar estão previstos:

- Sessão Anual de Resultados: acção de divulgação anual de balanço para apresentação de projectos/resultados, numa das regiões abrangidas pelo Programa. A acção será complementada com uma área de exposição, aberta à participação dos promotores, estimulado a troca de experiências entre os mesmos;
- Realização de sessões públicas de divulgação de aprovação dos projectos nos vários concursos, com presença de membros do Governo, gestores dos PO e representantes dos organismos técnicos. Estas sessões incluirão testemunhos de promotores dos projectos a contratar participação em conferências e seminários Participação da do Programa (designadamente por intermédio dos organismos técnicos), em eventos e feiras em áreas-chave do Programa, com distribuição de publicações e prestação de esclarecimentos.

Estão programadas as seguintes campanhas publicitárias: Campanhas temáticas (Empreendedorismo Feminino), Campanha "Plano Anual de Concursos", Campanha "Abertura de Concursos".

No que respeita às publicações disponibilizar-se-á o Manual de Normas Gráficas, em formato de papel e para *download*, concluir-se-á a produção do estacionário e manter-se-á a aposta na relação estreita com os meios de comunicação através dos necessários *Press-Releases*.

No que concerne à comunicação interna, para além do *clipping*, apostar-se-á na emissão de *papers* informativos sobre temas relevantes para as áreas técnicas.

EXECUÇÃO FINANCEIRA

Para cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 76.º do Regulamento (CE) n.º 1083/ 2006 do Conselho, de 11 de Julho, a Autoridade de Gestão do COMPETE elaborou as suas previsões de pagamentos FEDER a realizar a beneficiários durante o ano de 2009, as quais foram transmitidas ao IFDR.

Neste contexto, prevê-se que, em 2009, o montante a pagar pelo Programa de participação comunitária ascenda a cerca de 360 milhões de euros.

No que respeita às previsões de Pedidos de Pagamento FEDER à Comissão Europeia a realizar pelo COMPETE durante o ano de 2009, o montante comunicado pelo IFDR à Comissão Europeia foi de 241 milhões de euros.

A metodologia adoptada pelo IFDR no cálculo das referidas previsões teve em conta a execução financeira registada no Programa a 31 de Março de 2009 bem como as estimativas que lhe foram apresentadas pela Autoridade de Gestão. Considerou o IFDR que até 31 de Outubro de 2009 seriam apresentados à Comissão Europeia Certificações de Despesa e Pedidos de Pagamento tendo por base a despesa validada pela Autoridade de Gestão até Julho de 2009. Ao montante obtido foi adicionado, de acordo com as orientações da Comissão Europeia, o montante correspondente ao pré-financiamento transferido em 2009 para o Programa em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 284/.2009 do Conselho, de 07 de Abril.

CONTROLO INTERNO

Estando conferida à área do Controlo Interno do COMPETE a missão de conceber, desenvolver e implementar um sistema de controlo interno que permita assegurar que o Sistema de Gestão e Controlo do Programa funciona de forma eficaz bem como prevenir e detectar as situações de irregularidades, no ano de 2009 prevê-se a implementação de um conjunto adicional de actividades associadas aos objectivos operacionais descritos no Capítulo 2., sendo de destacar:

- Elaboração e Implementação do Plano Anual de Auditorias de Sistema e de

auditorias de projectos/ operações a efectuar pela Autoridade de Gestão do PO, através de meios próprios ou com recurso a auditores externos;

- Elaboração do Plano Anual das Acções de Acompanhamento para verificação da execução física das operações no seu local de realização, a efectuar durante a execução dos projectos pela Autoridade de Gestão do COMPETE e/ou Organismo Intermédio;
- Acompanhamento de todas as auditorias a que a Autoridade de Gestão do PO esteja sujeita no âmbito das actividades de controlo do QREN e coordenar a elaboração do respectivo contraditório;
- Monitorização da aplicação das recomendações e medidas correctivas resultantes das acções de controlo interno e das acções de auditoria ao COMPETE realizadas no âmbito do sistema de controlo do QREN.

Foi ainda equacionado a realização de um evento interno no último trimestre de 2009, para debate e reflexão em torno das conclusões extraídas dos vários exercícios de acompanhamento e controlo do Programa.